



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS/AL - Código UASG: 090010

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ/CE - Código UASG: 090008

SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA/PB - Código UASG: 090003

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO/PE - Código UASG: 090009

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE/SE - Código UASG: 090011

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE/RN - Código UASG: 090007

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO - TRF6 - Código UASG: 090059

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS/MG - Código UASG: 090013

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, por intermédio da Pregoeira designada pela Portaria Diges n. 402, de 20 de junho de 2024, torna pública a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento de MENOR PREÇO, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, a ser realizado por meio da tecnologia da informação, obedecidas aos preceitos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto 11.462 de 31 de março de 2023, do Decreto 7.174, de 12 de maio de 2010, bem como, demais normas que regem a matéria, subordinando-se às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

### 1 - DO OBJETO

**1.1 -** A presente licitação tem por objeto a formação de registro de preços para eventual contratação de empresa para o fornecimento de computadores, notebooks e monitores, com garantia "on site" de 60 (sessenta) meses, a fim de atender à necessidade do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – TRF1 e órgãos participantes, de acordo com condições, especificações e quantidades constantes deste Edital e seus Anexos.

**1.2 -** Observa-se que as especificações contidas no Edital **SEMPRE prevalecerão** em relação àquelas contidas no código BR, do Portal de Compras do Governo Federal.

### 2 - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 30/08/2024

Horário: 14:00horas (horário de Brasília)

Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

### 3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**3.1 -** Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, e que estiverem devidamente credenciados no Sistema de

2

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo servidor público, conforme o disposto no art. 10, inciso II, da Lei nº 11.127/2023, e no art. 10, inciso II, da Lei nº 11.127/2023, e no art. 10, inciso II, da Lei nº 11.127/2023.



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mg.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>



ARTIGO 1º

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeira previstos neste edital.

d) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e com os Órgãos Participantes, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

e) suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar com a União nos termos do art. 156, inciso II, da Lei 14.133/21;

f) impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021;

g) declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei 8.666/93, observando o inciso III, art. 14 da Lei 14.133/2021 ou nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei 14.133/21;

h) proibidas de contratar com o Poder Público, em decorrência de condenação definitiva com fundamento no art. 12, da Lei 8.429/1992 (consulta ao banco de dados do CNJ: Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI);

i) suspensas ou que tenham interdição parcial de suas atividades, nos termos do art. 19, da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), evidenciada em consulta ao banco de dados do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

j) que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste Tribunal ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

k) que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.6 - O impedimento ou suspensão de que tratam as alíneas "d", "e", "f", "g" e "j" do subitem 3.5, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 - Incluem-se, na vedação estabelecida no subitem anterior, as hipóteses



SEPLACAP70545705A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
previstas nos incisos I e II, art. 14º, da Lei 14.133/21.

#### 4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1 – A licitante interessada em participar do Cartame deverá registrar, sua proposta com a **descrição completa do objeto ofertado, marca/modelo e o PREÇO UNITÁRIO** proposto para cada item, com apenas duas casas decimais, exclusivamente por meio eletrônico, no site <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, a partir da data da liberação do Edital, no Portal de Compras Governo Federal, até a data e hora de abertura da Sessão Pública.

4.2 – Na formulação da proposta, as licitantes devem observar as seguintes condições:

a) redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, colações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) indicar de modo claro e inequívoco o número deste Pregão, o dia e hora da realização da Sessão Pública, bem como os seguintes dados da licitante: endereço, e-mail, telefone e o **nome do representante legal da empresa**, responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, e em caso de consórcio, indicar a empresa líder;

c) descrever individualmente e com clareza a especificação técnica, a marca, o modelo, as quantidades, os valores e outras informações aplicáveis e necessárias à perfeita caracterização dos equipamentos ofertados, assim como de todos os seus componentes expansíveis, opcionais ou que possam oferecer variação de configuração de forma a permitir a correta identificação destes na documentação técnica apresentada, obedecendo as especificações contidas neste Edital e seus Anexos;

d) consignar os preços unitários e totais, conforme modelo de Planilha para Formulação de Preços, constante do Anexo II deste Edital, adequando-os ao último lance ofertado ou valor negociado. Observe-se que **os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário proposto para cada item, com no máximo duas casas decimais**;

e) ofertar proposta considerando que todos os equipamentos cotados **deverão estar em linha de produção**, ou seja, sendo produzidos e comercializados pelo fabricante na data da licitação;

f) prever o **prazo de entrega dos equipamentos**, que não poderá ser superior a **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento pela Controladoria da Ordem de Fornecimento;

g) definir **prazo de garantia com assistência técnica "on site"**, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo;

h) estabelecer **prazo de garantia das baterias**, objeto dos itens 05 e 06,

5

Este documento é uma reprodução fiel do original. Qualquer alteração ou modificação no conteúdo é de responsabilidade do usuário. O original deve ser consultado para a versão definitiva.



SEPLACAP70545050A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

ARTIGO 1º

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

que não poderá ser inferior a **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo;

**ij) apresentar, juntamente com a proposta, declaração:**

**i.1)** que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, **não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;**

**i.2)** de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (**Lei de Crimes Ambientais**);

**i.3)** de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

**i.4)** que não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) que seja cônjuge(s), companheiro(s) ou filho(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, **vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §1º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;**

**i.5)** que ateste a não aplicação da prática de registro de oportunidade junto ao fabricante;

**j) informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contado do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 02 deste Edital;**

**k) encaminhar, juntamente com a proposta, para todos os itens:**

**k.1)** comprovação demonstrando que o equipamento ofertado não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex- Cr), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs), em atendimento aos subitens 1.13.2, 2.13.2, 3.13.2, 4.13.2, 5.13.2, 6.13.2, 7.18, 8.18, 9.12, 10.12, 11.27 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, constantes do Anexo I deste Edital;

6



SPLACAP70545705A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENHO ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.ojpedrocmf.gov.br/legisla/publicar/app/validarDoc?n=30054200-696>

SIGA

ARTIGO 1º

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

k.2) manuais, catálogos, folhetos, impressos ou publicações originais do fabricante, **fazendo constar dos formulários para avaliação técnica, a identificação e página do documento onde se encontra descrita cada uma das funcionalidades e características ofertadas.** Caso a licitante não disponha de catálogos, folhetos, impressos ou publicações originais do fabricante quanto as especificações técnicas dos componentes, deverá apresentar declaração do fabricante do equipamento em questão com as referidas especificações.

k.3) **Formulário de Avaliação Técnica, conforme Anexo III, devidamente preenchido conforme alínea "k.2" acima, para os equipamentos indicados na alínea "k";**

**l) enviar, juntamente com a proposta, para os itens 1, 2, 3, 4, 5, e 6 (microcomputadores e notebooks):**

l.1) Certificado, Selo, Laudo ou outro documento idôneo emitido por instituições públicas ou privadas, sendo admitida a declaração de conformidade emitida pela fabricante, que atestem eficiência energética Energy Star ou equivalente, observando o disposto no art. 3º da IN 01/2010 – MPDG, em atendimento aos subitens 1.10.2, 2.10.4, 3.10.2, 4.10.2, 5.13.1, 6.12.1 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, constante do Anexo I deste Edital;

l.2) Comprovação de conformidade com a norma IEC 60950 ou similar, emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou organismo internacional equivalente, para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos, em atendimento aos subitens 1.13.3, 2.13.3, 3.13.3, 4.13.3, 5.13.3, 6.12.3 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, constante do Anexo I deste Edital;

m) incluir nos preços ofertados todos os custos decorrentes da contratação, tais como: transporte, mão de obra, impostos, logística reversa, encargos sociais, garantia, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, embalagem, prêmio de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à elevação dos fornecimentos na forma prevista neste Edital.

**4.3 - Será permitido o uso de expressões técnicas de uso comum na língua inglesa.**

**4.4 - A participação no Certame, com o registro da proposta, implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, não se lhe reconhecendo o direito à arguição de omissões, enganos ou erros posteriores que encarnem a pretensão de alterar o valor ofertado.**

**4.5 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outras que contrariem este Edital, salvo no que tange aos preços ofertados, que poderão ser reduzidos no curso da fase de lances do Certame.**

**4.6 - Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da solicitação, exclusivamente via sistema eletrônico, em**

7

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo servidor público, conforme o disposto no art. 10º, inciso II, da Lei nº 11.127/2005, e no art. 10º, inciso II, da Lei nº 11.127/2005, e no art. 10º, inciso II, da Lei nº 11.127/2005.



SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publica/app/autenticar?n=30054200-696>

ANEXO PRECATOR

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção "Enviar Anexo", a proposta de preços, elaborada conforme exigido no subitem 4.2 acima, ajustada ao valor do lance ou da negociação, bem como, documentos complementares reputados necessários, mercê de eventuais particularidades reconhecidas pela Pregoeira.

4.7 - À pedido da licitante, via chat, e justificadamente, o prazo concedido para envio do anexo a que se refere o subitem 4.6 poderá ser prorrogado pela Pregoeira, levando-se em conta o interesse deste Tribunal, a justificativa e a razoabilidade do pleito.

4.8 - A licitante que deixar de enviar a proposta indicada no subitem 4.6, no prazo estipulado, sem que tenha apresentado justificativa aceita pela Pregoeira, nos termos do subitem anterior, terá sua proposta recusada e sujeitar-se-á à aplicação de penalidade, na forma do subitem 13.4 deste Edital.

4.9 - Durante a análise da aceitação e habilitação, na hipótese de serem detectados erros ou falhas graves nas propostas ou nos documentos de habilitação apresentados, a Pregoeira poderá determinar à licitante vencedora os respectivos ajustes ou complementos, nos termos do §1º, art. 64, da Lei 14.133/21.

## 5 - DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1 - A Pregoeira e sua equipe de apoio obedecerão, na execução dos seus trabalhos, aos trâmites e procedimentos estabelecidos nos subitens abertos.

5.1.1 - No horário estabelecido no item 2 deste Edital, a Pregoeira efetuará a abertura das propostas encaminhadas pelo sistema "PREGÃO ELETRÔNICO", por meio do site <https://www.gov.br/compras/pl-br>.

## 6 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES - MODO ABERTO E FECHADO)

6.1 - Aberta a etapa competitiva (sessão pública), as licitantes poderão ofertar lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2 - Os lances deverão ser formulados pelo VALOR UNITÁRIO proposto para cada ITEM.

6.3 - Os lances oferecidos pela licitante deverão ser inferiores ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

6.4 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo de: Item 01 R\$ 88,99; Item 02 R\$ 155,00; Item 03 R\$ 78,00; Item 04 R\$ 67,00; Item 05 R\$ 81,00; Item 06 R\$ 125,99; Item 07 R\$ 8,00; Item 08 R\$ 9,00; Item 09 R\$ 8,00; Item 10 R\$ 220,00 e Item 11 150,00.

6.5 - A licitante poderá ofertar lances iguais ou superiores aos de outras proponentes (lance intermediário), desde que estes sejam inferiores ao último lance ofertado por ela própria.

3

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado digitalmente pelo servidor público, conforme a Lei 14.133/21, art. 64, § 1º, e a Lei 12.896/2013, art. 1º, inciso II.



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/publico/app/autenticar?n=30054200-696>



## ARTIGO 198 DA LEI

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**6.6 - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.**

**6.7 - No modo de disputa aberto e fechado, a oferta de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances. A partir desse marco, transcorrerá período aleatoriamente determinado de até 10 (dez) minutos, que finalizará, automática e peremptoriamente, a recepção de lances.**

**6.8 - Encerrado o prazo de que trata o subitem 6.7, o sistema abrirá a oportunidade para que a licitante da oferta de valor mais baixo e as proponentes com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.**

**6.9 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 6.8, as licitantes detentoras dos menores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.**

**6.10 - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.8 e 6.9, haverá o reinício da etapa fechada, para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.**

**6.11 - Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, a Pregoeira poderá, motivadamente, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.9.**

**6.12 - Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.7 a 6.9, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantagemidade.**

**6.13 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, mesmo que sejam propostas iniciais, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/21.**

**6.14 - Durante o transcurso da sessão pública, a Pregoeira poderá enviar mensagens, via chat, às licitantes, que só poderão se comunicar com a Pregoeira por iniciativa desta, após o encerramento da fase de lances.**

**6.15 - No caso de desconexão, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.**

**6.16 - Se a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa da Pregoeira aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.**

**6.17 - É vedada a desistência de proposta ou de lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no art. 155, da Lei 14.133/21.**

9



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**7 – DOS CRITÉRIOS DE PREFERÊNCIA E DE DESEMPATE**

**7.1** – Encerrada a fase de lances, o sistema identificará a existência de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPPs no Certame e fará uma comparação entre os valores por elas ofertados e o da primeira colocada, caso esta não seja ME/EPP.

**7.2** – Será considerado empate quando uma ou mais ME/EPPs apresentarem propostas com valores iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, ocasião em que a(s) ME/EPP(s) terá(ão) a preferência do desempate na ordem de classificação.

**7.3** – A ME/EPP mais bem classificada, na faixa dos 5 % da proposta de menor preço, terá o direito de, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada para o desempate, sob pena de decair do direito concedido.

**7.4** – Na hipótese do subitem 7.3, caso a ME/EPP convocada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação.

**7.5** – Não havendo ME/EPP ou quando não for exercido o direito previsto no subitem 7.3, e após a aplicação do critério estabelecido no § 1º, art. 60 da Lei 14.133/2021, em se tratando de fornecimento de bens e serviços de informática e automação, será assegurada o direito de preferência, na forma do art. 3º da Lei 8.248/1991 e Decreto 7.174/2010, obedecido o procedimento descrito nos subitens 7.6 e 7.7 deste Instrumento.

**7.6** – Serão convocadas, as licitantes, na ordem classificatória, cujas propostas finais estejam situadas em até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, com vistas ao exercício do direito de preferência, desde que atendam aos seguintes critérios:

- I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e
- II - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

**7.7** – Os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação que declararem beneficiários do direito, deverão apresentar, juntamente com a proposta, sob as penas da lei, comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos no subitem 7.6.

**7.8** – Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais da classificação e julgamento previstas na Lei 14.133/2021.

**8 - DA AVALIAÇÃO DE PROPOSTA E DE HABILITAÇÃO APÓS FASE DE LANCES**

**8.1** – Superada a fase de lances, a Pregoeira procederá ao exame de proposta.

10

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo servidor público responsável pela elaboração e publicação.



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

ARTIGO 8º

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**8.2** - Após negociação, por meio do sistema eletrônico, com a licitante autora da melhor proposta, nas mesmas condições previstas em Edital, e não se obtendo preço compatível com o valor estimado para a contratação, a Pregoeira recusará a proposta e direcionará contraproposta à licitante imediatamente classificada, e assim sucessivamente, até a obtenção do preço julgado aceitável;

**8.3** - Obtida uma proposta de preços julgada aceitável e concluída a fase competitiva, a Pregoeira consultará a base de dados do SICAF para verificar o preenchimento dos requisitos habilitatórios fixados neste Edital;

**8.4** - Constatado o desatendimento, pela licitante, de qualquer dos requisitos de habilitação, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da proposta e o preenchimento das exigências habilitatórias por parte das remanescentes, até a apuração de uma proposta que atenda aos termos deste Edital;

**8.5** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior, nos termos do §9º, art. 39 da IN SEGES/ME 73/2022;

**8.6** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação e não havendo quem pretenda recorrer, o processo licitatório será encaminhado à Autoridade Superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.7** - Manifestando, qualquer das licitantes, a intenção de recorrer e caso esta seja aceita, o processo somente será encaminhado para adjudicação e homologação do resultado após o transcurso da fase recursal;

**8.8** - No ato da homologação, o sistema convocará as licitantes remanescentes, que poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante vencedora, para formação do cadastro reserva. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada (art. 18 do Decreto 11.462/2023);

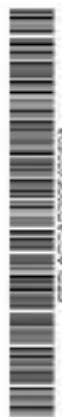
**8.9** - Caso entenda necessário examinar, mais detidamente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá a Pregoeira suspender a sessão, hipótese em que comunicará às licitantes a data e o horário de reabertura da sessão pública;

**8.10** - A Pregoeira e a Autoridade Superior do Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderão pedir esclarecimentos e promover diligências destinadas a elucidar ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação e sempre que julgar necessário, fixando às licitantes prazos para atendimento;

**9 – DA HABILITAÇÃO**

**9.1** - Para habilitar-se na presente licitação, a licitante **deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, contado a partir da solicitação pela Pregoeira, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do

11



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigaprotm.gov.br/legisla/publicarapp/autenticar?n=30054200-696>

## CONCLUSIONS

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Governo Federal, por meio da opção "Enviar Anexo", os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

- a) Documentação de Habilitação Jurídica;  
b) Documentação de Qualificação Técnica;  
c) Documentação de Qualificação Econômico-Financeira; e  
d) Documentação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista.

**9.2 - A habilitação jurídica** será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

9.2.1 - Atto constitutivo, estatuto ou contrato social, com a última alteração, Registro Empresarial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - (EIRELI), devidamente registrado no órgão competente.

**9.2.1.1 –** Em qualquer dos atos constitutivos, deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da fidejussão:

**9.2.1.2 – Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.**

**9.2.1.2.1** – São aplicáveis as regras do art. 3º, da Lei 13.726/2018, relativamente à autenticação de documentos.

**9.2.2 - Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.**

9.2.3 - Em se tratando de cooperativas:

9.2.3.1 - Ata de fundação e documento que aprovou o Estatuto Social, devidamente registrado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede; e

**9.2.3.2 - Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, nos termos do art. 107 da Lei 5.764/1971**

**9.2.4 - Em se tratando de empresas reunidas em consórcio:**

**9.2.4.1 - Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio** assinado pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

#### 9.2.4.1.1 - Designação do consórcio e sua composição

#### 9.2.4.1.2 - Finalidade do consórcio:

**9.2.4.1.3 - Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;**

**9.2.4.1.4 -** Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

**9.2.4.1.5 - Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção económica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;**



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 106507 C152  
01/09/2025 às 15:25:41  
Documento Nº. 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sistema.mt.gov.br/sistema/autenticacao/validar.asp?doc=30054200-656>

Documento Nº: 30054200-655 - consulte a autenticidade em  
[http://ltda.br/consulta.asp?cd\\_documento=30054200-655](http://ltda.br/consulta.asp?cd_documento=30054200-655)

**SIGA**

ARTIGO 9º

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**9.2.4.1.6** - Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

**9.2.4.1.7** - Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos; firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

**9.2.4.1.8** - No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Compromisso, previsto no subitem 9.2.4.1, deve estar prevista as seguintes condições:

**9.2.4.1.8.1** - que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 9.2.4.1.3 deste Edital;

**9.2.4.1.8.2** - que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

**9.2.4.1.8.3** - acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

**9.3** - A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:

**9.3.1** - Apresentar pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado em nome da empresa, que comprove o fornecimento e prestação dos serviços de garantia "on site" para os equipamentos microcomputador, notebook e monitor, nas quantidades mínimas, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE (20% do quantitativo total do item)
1	831
2	253
3	766
4	1.920



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENHO ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/publico/app/autenticar?n=30054200-696>



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

5	775
6	173
7	73
8	4.000
9	400
10	777
11	743

**9.3.1.1** – Será admitido o somatório de diferentes atestados para fins de comprovação de quantitativo mínimo da tabela acima.

**9.3.1.2** – Caso a licitante seja vencedora em mais de um item, será considerada o item com a maior quantidade para comprovação.

**9.3.1.3** – Será permitido, independente do item, o somatório de atestados de capacidade técnica dos seguintes bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto: microcomputador, notebook, impressora, multifuncional, scanner e monitor.

**9.3.2** – A Licitante, caso solicitado, em caráter de diligência, deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando cópia do contrato e/ou Notas Fiscais, dentre outros documentos idôneos necessários que deram suporte à contratação, contendo endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**9.3.3** – Para as cooperativas será exigida a seguinte documentação complementar:

**9.3.3.1** – A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei 5.764/1971.

**9.3.4** – Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

**9.3.4.1** – Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio;



ARTIGO 9º

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**9.3.4.2** – Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio futurogêneo, as despesas atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação;

**9.3.4.3** – Na hipótese do subitem 9.3.4 deste Edital, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

**9.4** – A **qualificação Econômico-Financeira** será comprovada mediante apresentação de:

**9.4.1** – Certidão negativa de fatos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**9.4.2** – Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referentes aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentado na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral-LG, Liquidez Corrente - LC, e Solvência Geral - SG superiores a 1(um);

**9.4.2.1** – A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1, em quaisquer dos índices previsto no subitem acima, deverá possuir Patrimônio Líquido conforme item em que a licitante for classificada na fase de habilitação, na forma da lei, vedada a substituição por balançotes ou balanços provisionais, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação das propostas, nos valores mínimos abaixo:

ITEM	Patrimônio Líquido mínimo:
1	R\$ 2.071.637,20
2	R\$ 951.150,00
3	R\$ 1.404.300,00
4	R\$ 3.217.340,00
5	R\$ 1.566.730,00
6	R\$ 541.127,05
7	R\$ 15.639,42
8	R\$ 080.850,04
9	R\$ 83.965,88
10	R\$ 427.300,67

15



SEPLACAP70545959A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

11	R\$ 278.664,10
----	----------------

**9.4.3** – Comprovar Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) do respectivo item em que a licitante for classificada na fase de habilitação de no mínimo:

ITEM	Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro mínimo:
1	R\$ 2.071.837,20
2	R\$ 981.150,00
3	R\$ 1.404.390,00
4	R\$ 3.217.340,00
5	R\$ 1.589.780,00
6	R\$ 541.127,05
7	R\$ 15.630,42
8	R\$ 950.859,04
9	R\$ 83.985,88
10	R\$ 427.300,67
11	R\$ 278.664,10

**9.4.4** - Caso a licitante seja vencedora em mais de um lote, será considerado o lote com o maior valor estimado para comprovação dos subitens 9.4.3. e/ou 9.4.2.1.

**9.4.5** - Os consórcios, exceto quando compostos em sua totalidade por micro e pequenas empresas, deverão possuir um Patrimônio Líquido e/ou Capital Circulante Líquido mínimo 10% maior que o exigido nos subitens 9.4.2.1 e 9.4.3 deste Edital.

**9.4.6** - As demonstrações contábeis exigidas no subitem 9.4.2 deste Edital, deverão observar o que se segue:

**9.4.6.1** - Para as empresas com escrituração em formato digital deverão apresentar arquivos gerados pelo SPED Contábil da Receita Federal contendo ainda, Termo de Autenticação (Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital-ECOD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED) e Termo de Abertura e Encerramento.



## ARTIGO 9º

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**9.4.6.2** - Para as empresas com escrituração em formato não-digital deverão apresentar as cópias extraídas das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas pelo órgão de registro público competente da sede ou domicílio do licitante (Junta Comercial ou em outro órgão equivalente), em conjunto com os competentes Termos de Abertura e de Encerramento, todos evidenciando a correta ordem sequencial de extração do Livro Diário.

**9.4.7** - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.4.8** - O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**9.4.9** - Poderão ser exigidas das licitantes, para confrontação com as demonstrações contábeis, as informações prestadas à Receita Federal.

**9.4.10** - No caso de constituição de consórcio, deverão ser observadas as regras dos subitens a seguir:

**9.4.10.1** - Será apólice o somatório de cada consorciado para comprovar o exigido nos subitens 9.4.2.1 e 9.4.3, conforme o caso.

**9.4.10.2** - Todos os documentos e exigências para qualificação econômico-financeira deverão ser apresentados por cada empresa consorciada, a serem examinados separadamente.

**9.4.11** - Para as sociedades em cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

**9.4.11.1** - A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

**9.4.11.2** - A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executam o contrato; e

**9.4.11.3** - A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.5** - A Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista será comprovada mediante consulta, da Pregoeira, ao Sistema do Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

**9.5.1** - prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, junto à Caixa Econômica Federal;

**9.5.2** - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil;

**9.5.3** - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante;



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento RP: 30054200-626 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-626>

ARTIGO 9º

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**9.5.4** - prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quando se tratar de empresa sediada fora do Distrito Federal;

**9.5.5** - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.5.6** - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**9.5.7** - inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.6** - Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado à licitante o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 9.4.1, 9.5.1 a 9.5.4, por meio da opção "Enviar Anexo", do Portal de Compras do Governo Federal, no prazo estipulado pela Pregoeira.

**9.5.1** - Caso a validade dos documentos citados nos subitens 9.4.1, 9.5.1 a 9.5.4, esteja vendida no SICAF, poderá também a Pregoeira consultar sites oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

**9.7** - Além da documentação descrita nos subitens anteriores, a Pregoeira irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário-TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponíveis no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07/07/2011, bem como, a Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social no Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, prevalecendo a certidão mais recente sobre a mais antiga.

**9.7.1** - Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado à licitante, o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

**9.8** - Sempre que julgar necessário, a Pregoeira poderá solicitar a apresentação do original dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitações de documentos" em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

**10 - DO JULGAMENTO**

**10.1** - O julgamento e a adjudicação do objeto desta licitação serão realizados pelo **menor preço por ITEM**.

**10.2** - No julgamento desta licitação, levar-se-á em conta o valor ofertado pelas licitantes, devendo ser declarada vencedora aquela que, habilitada, seja também a autora do menor preço julgado aceitável pela Pregoeira.



SIGA





ARTIGO 11º

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

10.3 - Serão desclassificadas/recusadas as propostas:

- a) com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis ou com valores totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou iguais a zero;
- b) que não indicarem marca/modelo ou mencionarem mais de uma marca/modelo para os equipamentos;
- c) que ofertaram quantidade inferior a prevista no Edital, nos termos do subitem 11.3 deste Edital;
- d) que não atendam às exigências técnicas obrigatórias;
- e) elaboradas em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos, observado o disposto no art. 50, da Lei 14.133/21;
- f) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas, ou que apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável;
- g) não anexadas nos termos do subitem 4.6 deste Edital.

10.4 - Serão inabilitadas as empresas:

- a) que não anexarem a documentação de habilitação, conforme estabelecido no subitem 5.1 deste Edital;
- b) com impedimentos ou irregularidades, nos termos do subitem 9.7 deste Instrumento.

10.4.1 - A proponente que fizer indevida declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou quanto a reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos de alínea (I) do subitem 3.4 deste Edital, será inabilitada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.

#### 11 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, com renovação dos quantitativos registrados, desde que comprovada a vantagem do preço.

11.2 - Não será admitida proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto na tabela constante do item 3 do Anexo I deste Edital.

11.3 - O TRIBUNAL REGIONAL DA 1ª REGIÃO - TRF1 é o Órgão Gerenciador e os Órgãos: SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE/AC; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ/AP; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS/AM; SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA/BA; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL/DF; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS/GO; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO/MA; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO/MT; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ/PA; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ/PI; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA/RO; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA/RR; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS/TO; CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL - CJF; TRIBUNAL

19

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 07/09/2025 às 15:28:41.



SEPLACAP70545505A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
07/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapto.trf1.gov.br/sigapto/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - TRF2; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO/RJ; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO/ES; TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO - TRF3; TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO - TRF5; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS/AL; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ/CE; SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA/PB; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO/PE; SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE/RN; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE/SE; TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO - TRF6; SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS/MG, são os participantes desta ARP.

11.4 – Homologado o resultado da licitação e disponibilizado a Ata de Registro de Preços no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o licitante vencedor **deverá assiná-la eletronicamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data do envio da notificação, que será expedida para o e-mail indicado na proposta de preços, nos termos da alínea "b", subitem 4.2 deste Edital, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado.

11.5 – O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

11.6 – Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no subitem 11.4 deste Edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preço nos termos dos subitens 11.10 e 11.12 deste Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.6.1 – Caso não haja licitantes na hipótese acima, fica facultada a Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições da sua proposta original, nos termos da alínea "b", inciso II, art. 18 do Decreto 11.462/2023.

11.7 – Serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços nos moldes deste Edital e seus Anexos, em atendimento ao art. 30 da Resolução CJF 842/2023, conforme disposto no Capítulo VIII do Decreto 11.462/2023, quando:

- a) houver concordância do fornecedor beneficiário da ata, com declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF 1ª Região, observando o art. 30 da Resolução CJF 842/2023;
- b) as aquisições ou contratações adicionais não excederem, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de cada item do Instrumento Convocatório registrados na Ata de Registro de Preços; e
- c) os quantitativos das adesões, na totalidade, não excederem ao dobro do quantitativo total de cada item registrado na Ata de Registro de Preços.



ARTIGO 118º

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

11.8 - Informações da Ata serão disponibilizadas no Portal de Compras Governamentais, no site do Tribunal - <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/transparencia/licitacoes-e-compras/compras.htm> e Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) <https://pncp.gov.br/app/atas?n=&status=vigente&pagina=1>.

11.9 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados, nos termos dos arts. 25 a 27 do Decreto 11.462/2023 e inciso IV, § 5º, art. 82 da Lei 14.133/2021.

11.10 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de registro de preços sem motivo justificado;

b) não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

c) não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 27 do Decreto 11.462/2023; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.11 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, este Tribunal poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação, nos termos do subitem 11.6 desta Edital.

11.12 - Os preços registrados poderão ser cancelados total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

a) por razão de interesse público;

b) a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

c) se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 4º do art. 27 do Decreto 11.462/2023.

11.13 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11.14 - Será realizada pesquisa de preços para comprovação da vantagem da contratação quando decorridos 06 (seis meses) da publicação da ARP ou da última pesquisa de preços realizada para o item pretendido, ou em caso de prorrogação da ARP.

11.15 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

**12 – DA CONTRATAÇÃO**

12.1 - Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá por base os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela adjudicatária.



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publica/app/autenticar?n=30054200-696>

## ARTIGO PRELIMINAR

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**12.2 -** Após regular convocação por parte do Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou Órgão Participante, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 156, da Lei 14.133/21.

**12.3 -** O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região ou Órgão Participante.

**12.4 -** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, após comprovação dos requisitos para habilitação, análise da proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156, da Lei 14.133/21.

**12.5 -** Será exigida da licitante vencedora, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, numa das seguintes modalidades, conforme opção da Contratada:

a) caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária; ou

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**12.6 -** No caso da prestação de garantia na modalidade de caução em dinheiro, a Contratada deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal – CEF, Agência n. 2301 – PAB – Tribunal Regional Federal da Primeira Região, apresentando, logo em seguida, o comprovante ao Contratante.

**12.7 -** Em caso de apresentação de fiança bancária, deverá constar na carta de fiança, expressa renúncia, pelo fador, aos benefícios do artigo 827 do Código Civil Brasileiro (Lei n. 10.408/2002).

**12.8 -** Na hipótese de opção pela modalidade seguro-garantia, observar-se-ão as disposições dos arts. 86, § 3º, e 97 da Lei 14.133/2021 e da minuta de contrato que compõe este Edital.

**12.9 -** No instrumento de garantia, deve estar assegurado, expressamente, que o garantidor tem ciência das respectivas cláusulas de sancionamento e que, em caso de penalidade imposta pelo Contratante, basta a apresentação da decisão final esarada no processo administrativo, para que o correspondente valor seja recolhido



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigaprot.mf.gov.br/sigaprot/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

ARTIGO PRECISO

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

em favor do arário, na forma fixada pela Administração, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da contratada.

**12.10 - A apresentação do comprovante da garantia prestada deverá ser feita no prazo determinado no Contrato. A opção pela modalidade seguro-garantia implica sua imediata providência após o ato de homologação do Certame.**

**12.11 - A impossibilidade de celebração do contrato por falta da apresentação do seguro-garantia caracterizará recusa do ajuste, o que implicará incidência da multa de 10% sobre o valor total da proposta, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 13.1, alínea "c", deste Edital.**

**12.12 - As formas de pagamento, recebimento, obrigações das partes, penalidades contratuais e demais condições estabelecidas para o ajuste estão discriminadas na minuta do contrato, parte integrante desse Edital.**

## 13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1 - Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:**

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei 14.133/2021);

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**13.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 13.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b" do mesmo subitem.**

**13.3 - O atraso injustificado na prestação da garantia, conforme previsto no §3º, art. 97 da Lei 14.133/2021, na devolução da Ata de Registro de Preços ou do Contrato assinado sujeitará o licitante à multa diária de 0,1% (um décimo por cento) calculado sobre o valor total da proposta, até o limite de 2% (dois por cento).**

**13.4 - Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:**

**13.4.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o Certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o Certame;**

**13.4.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:**

- 13.4.2.1 - não enviar a proposta ou documentação de habilitação;**
- 13.4.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;**
- 13.4.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;**
- 13.4.2.4 - apresentar proposta em desacordo com o Edital;**



SEPLACAP70545705A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapto.mt.gov.br/sigapto/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA



ARTIGO 133

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

13.4.3 - não prestar a garantia, conforme previsto no §3º, art. 17 da Lei 14.133/2021 ou não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.4.3.1 - recusar-se, sem justificativa, a assinar a Ata de Registro de Preços ou o Contrato, no prazo estabelecido pela Administração;

13.4.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.4.5 - fraudar a licitação;

13.4.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.4.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.4.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.4.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.4.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

13.5 - A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 13.4.1, 13.4.2 e 13.4.3, ensejará na sanção prevista no subitem 13.1, alínea "c", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 13.1, alínea "b".

13.6 - A licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 13.4.4, 13.4.5, 13.4.6, 13.4.7 e 13.4.8, será aplicada a pena prevista na alínea "d" do subitem 13.1.

13.7 - O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente (§8º, art. 156 da Lei 14.133/2021).

13.8 - A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9 - O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

**14 - DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES**

14.1 - Logo após a aceitação da proposta e habilitação, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após a divulgação da interposição do recurso. **Observe-se que os recursos deverão ser**



SICAF - SISTEMA DE LICITAÇÃO



## ARTIGO PRELIMINAR

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.

**14.2** - A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito. A não apresentação das razões do recurso no prazo legal caracterizará desistência do recurso.

**14.3** - Os recursos contra anulação ou revogação da licitação ou rescisão do contrato, poderão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

**14.4** - Os recursos contra aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, poderão ser interpostos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados, nos termos do art. 106 da Lei 14.133/2021.

**14.5** - O recurso de que tratam os subitem 14.1 e 14.3 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.6** - Qualquer pessoa que pretender impugnar os termos deste Edital deverá fazê-lo por meio do expediente escrito, dirigido à Pregoeira, exclusivamente na forma eletrônica, para o e-mail: [dire3trf1@trf1.jus.br](mailto:dire3trf1@trf1.jus.br), observada a antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, contados da data fixada para abertura da sessão pública.

**14.7** - Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, a licitante que não o fizer no prazo previsto no subitem anterior, não revestindo natureza de recurso as alegações apresentadas por empresa que, tendo aceitado, sem objeção, o instrumento convocatório, venha, após julgamento desfavorável, alegar falhas ou irregularidades que o viciariam.

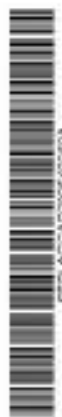
**14.8** - A impugnação, feita tempestivamente, será decidida, pela Pregoeira, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Contrato.

**15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**15.1** - As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, dos Participes ou a ele provisionados, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

**16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica na plena aceitação das condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, bem como, do previsto na alínea "d" inciso II, art. 11 Lei nº 13.709, de 14.08/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.trf1.gov.br/legisla/publicar/app/autenticar?e=30054200-696>

ARTIGO 163

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**16.2** - O Tribunal Regional Federal da Primeira Região poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, documento de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149, da Lei 14.133/21.

**16.3** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**16.4** - Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato, nota de empenho e demais documentos) à licitante será feita pelo e-mail cadastrado no Portal de Compras do Governo Federal, ou outro que o substitua, apontado formalmente em sua proposta.

**16.4.1** - É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

**16.4.2** - Em caso de inobservância do previsto no subitem 16.4.1, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

**16.4.3** - Frustradas as tentativas na forma do subitem 16.4.2, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da licitante mediante publicação na Biblioteca Digital do TRF1 da 1ª Região - BDTRF1, disponível no site do Contratante <https://sistemas.trf1.jus.br/dspace/handle/12345>, para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses legais em que se determina publicação no Diário Oficial da União.

**16.5** - Esse Instrumento Convocatório e eventuais alterações das suas condições, bem como informações adicionais, serão divulgadas no Portal deste Tribunal [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ficando as licitantes obrigadas a acessá-las para ciência.

**16.6** - Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura do Certame, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: [d@trf1.jus.br](mailto:d@trf1.jus.br).

**16.6.1** - Os pedidos de esclarecimentos, feitos tempestivamente, serão respondidos pela Pregoeira, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do Certame.

**16.7 - ATENÇÃO:** Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução PRESI SEGE 16, de 03/09/2014. Para tanto, o representante da empresa vencedora, de que trata a alínea "h" do subitem 4.2 (DO ENVIO DAS PROPOSTAS), após a homologação do Certame, ela deverá obrigatoriamente cadastrar-se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: [https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_login&id](https://sei.trf1.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_login&id).



SEI-ACAP70545705A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mf.gov.br/sigapetro/publicar/app/autenticar?c=30054200-696>

ATA DA PRECATORIA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

origem: processo eletrônico=0; para assinatura da Ata de Registro de Preço e do Contrato digital sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 13.3 e/ou 13.4.5 deste Edital.

16.7.1 - Após o cadastro no SEI, as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

16.8 - Maiores informações poderão ser obtidas na Divisão de Licitações do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, localizada no 2º Andar do Ed. Sede III - SAS Quadra 01 Bloco C, Brasília/DF, CEP 70.070-900, telefones (61) 3410-3411 ou 3410-3417.

16.9 - Integram o presente Edital, independentemente de qualquer transcrição, os seguintes Anexos:

**ANEXO I - SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO II - MODELO DE PLANILHA PARA FORMULAÇÃO DE PREÇOS**

**ANEXO III - MODELO DE FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

**ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO**

Brasília-DF, 19 de agosto de 2024.



COMPROVANTE DA AUTENTICAÇÃO DO QRCODE

Elizete Ferreira Costa  
Pregoeira

27



SEPLACAP70545959A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-695 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publico/app/autenticar?n=30054200-695>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
**ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90023/2024**

**SÍNTESE DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de computadores, notebooks e monitores, com garantia "on site" de 60 (sessenta) meses, a fim de atender à necessidade do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – TRF1, de acordo com condições, especificações e quantidades constantes Edital e seus Anexos.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1. Motivação:**

2.1.1. A aquisição de microcomputadores, notebooks e monitores visa atender demandas gerais da Justiça Federal e as demandas específicas das diversas unidades responsáveis pela Editoração de Imagens, por Projetos de Engenharia, pelo Desenvolvimento de Sistemas e pela Governança e Gestão da TI. Nesse sentido, a demanda visa garantir a eficiência, a eficácia, a segurança e a celeridade dos trabalhos realizados pelas áreas competentes.

2.1.2. Primeiramente, as unidades da Justiça Federal responsáveis pela Editoração de Imagens, carecem de equipamentos que suportem softwares de edição de imagem, vídeo e áudio de alta qualidade. Sem essas ferramentas adequadas, a produção de material para execução dessas atividades pode ser comprometida, impactando diretamente no desempenho das atribuições das respectivas unidades.

2.1.3. As unidades da Justiça Federal responsáveis pela elaboração, execução e fiscalização de Projetos de Engenharia necessitam de equipamentos capazes de suportar adequadamente, sem perda significativa de desempenho, os softwares de uso laboral.

2.1.4. As unidades da Justiça Federal responsáveis pela Governança e Gestão da TI desenvolvem atividades adstritas a manutenção e atualização dos sistemas de informação e sustentação da infraestrutura.

2.1.5. Os notebooks visam dar mais celeridade ao trabalho e permite maior produtividade fora da sede do tribunal.

2.1.6. Desse modo, para atender o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, necessita manter atualizado seus equipamentos

28

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo Sr. FRANCISCO MARCOS COLANTONIO, ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE, em 01/09/2025 às 15:28:41.



SEPLACAP70545050A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/validarDoc?n=30054200-696>

**SIGA**



JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

visando a atualização dos sistemas operacionais, bem como a manutenção dos sistemas operacionais e softwares.

2.1.7. Atualmente, os microcomputadores das unidades estão sujeitos as limitações em termos de desempenho, resultando em déficit notável de eficiência, isso acarreta prejuízos para desenvolvimento das atividades diárias de processamento de sistemas — atividades essenciais no âmbito da JF1.

2.1.8. Nesse contexto, torna-se claro que os computadores em uso não conseguem atender as demandas existentes no JF1, tornando indispensável a aquisição de microcomputadores com capacidade de processamento significativamente superior.

## 2.2. Benefícios

### 2.2.1. Benefícios Diretos

2.2.1.1. Modernização tecnológica, com substituição de equipamentos obsoletos e (ou) com garantia expirada, bem como com acréscimo de equipamentos especiais de alto desempenho, com objetivo de aprimorar substancialmente a eficiência das atividades essenciais no âmbito da JF1.

2.2.1.2. Redução da média de tempo gasto em tarefas específicas, aumentando produtividade e eficiência das equipes.

2.2.1.3. Prover a execução mais eficiente de tarefas específicas, como design gráfico, edição de imagens e criação de conteúdo, resultando em maior produtividade e qualidade nas atividades de publicidade do TRF1.

2.2.1.4. Auxílio de suporte técnico, incluindo suporte on-site em eventuais problemas ou dúvidas que possam aparecer durante o uso do equipamento.

2.2.1.5. Garantir a disponibilidade e desempenho necessários ao correto funcionamento dos equipamentos.

2.2.1.6. Manter os componentes da solução em perfeito funcionamento, com reposição de peças do hardware da solução e atualização ao software.

### 2.2.2. Benefícios Indiretos

2.2.2.1. A utilização de equipamentos com capacidade de processamento ampliada desempenha um papel crucial ao aprimorar a análise de dados, o que resulta em melhoria significativa na qualidade do trabalho.

2.2.2.2. Redução de riscos associados a indisponibilidade de sistemas.

2.2.2.3. Garantir continuidade dos serviços com qualidade.

## 2.3. Correlação com o planejamento existente:

2.3.1. A presente contratação encontra-se em consonância com o planejamento existente e com as diretrizes dos macrodesafios do Poder Judiciário,



SEPLACAP70545950A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento RP: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.ojgpeito.rj.gov.br/legisla/publicar/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

no aperfeiçoamento da gestão de custos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

**2.3.2.** A Secretaria de Tecnologia da Informação - SECIN realiza as suas aquisições de equipamentos, materiais e serviços de Tecnologia da Informação (TI) com base em seu PDTI e demais planos, conforme item 3.1.3 do Alinhamento Estratégico. Os artefatos que embasam a contratação foram elaborados em conformidade com a IN-SGD/ME 94/2022, quais sejam: o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos.

**2.3.3.** Por fim, cabe destacar, ainda, que este Termo de Referência foi elaborado seguindo o Decreto nº 7.174/2010 e a Resolução 468/2022 do CNJ.

**2.4. O objeto da contratação está previsto no plano de contratações anual 2024, conforme detalhamento a seguir:**

**2.4.1.** O objeto da contratação está previsto no planejamento anual do Tribunal para 2024, conforme detalhamento no Plano Anual de Contratações PAC – 2024, PAe (0013308-28.2022.4.01.8000) doc. SEI (19304939).

**2.4.2.** Unidade Requisitante: Divisão de Apoio aos Usuários - DIATU.

**2.4.3.** Id da Futura Contratação: TRF1 DIATU 0010-2024 - Contratação de Microcomputadores e Notebooks para substituição dos equipamentos que restarem sem garantia no parque do TRF1.

**2.4.4.** Classificação: Compras - Bens permanentes de TI.

**2.4.5.** Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal – PETI para 2021-2026, ambos aprovados pela resolução CJF-RES-2020/985 de 15 de dezembro de 2020.

**2.4.5.1.** ID 1, Aperfeiçoar e Assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

**2.4.6.** Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região – PDTI-TRF1 2024/2026 (20508167). PAe 0027159-03.2023.4.01.8000.

**2.4.6.1.** Iniciativa do PDTI relacionada: PDTI-2024-003 - Prover microcomputadores, notebooks e monitores de vídeo para a JF1

**2.4.6.2.** É importante ressaltar que o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o período de 2024 a 2026 está em fase de aprovação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (Cogeti).

**2.4.7.** Plano de Contratação de Soluções de TI – PCSTI 2024 (18482326):

**2.4.7.1.** 44016 - Nova Contratação - Microcomputadores e Notebooks.

30



SEPLACAP70545950A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE - 01/09/2025 às 15:28:41  
Documento RP: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigedtrf.jf1.jus.br/legisla/publicar/app/autenticar?n=30054200-696>



ANEXO I  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

				SJRN	20	
				TRF 1ª REGIÃO	48	
				SJAC	20	
				SJAP	10	
				SJAM	12	
				SJBA	10	
				SJDF	50	
				SJGO	20	
				SJMA	7	
				SJMT	12	
				SJPI	5	
				SJRO	8	
				SJRR	80	
				CJF	200	
2	BR619123	Microcomputador TIPO II	Unidade	TRF 2ª REGIÃO	250	1268
				SJRU	50	
				SJES	44	
				TRF 3ª REGIÃO	166	
				SJSP	24	
				SJMS	20	
				TRF 5ª REGIÃO	100	
				SJCE	10	
				SJPE	100	
				SJRN	20	
3	BR619124	Microcomputador TIPO II	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	152	3601
				SJAC	80	
				SJAP	120	
				SJDF	300	
				SJGO	15	
				SJMA	84	
				SJMT	16	
				SJPA	70	
				SJPI	100	
				SJRO	10	

12

Informações sobre o processo de licitação e contratação de bens e serviços, bem como sobre o processo de aquisição de bens e serviços, estão disponíveis no site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região: [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)



SEPLACAP70545705A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

ANEXO I  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

				SJRR	80	
				SJTO	200	
				SJES	400	
				TRF 5ª REGIÃO	556	
				SJAL	120	
				SJCE	400	
				SJPE	236	
				SJPS	200	
				SJRN	200	
				SJSE	250	
4	BR519125	Microcomputador TIPO IV	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	1821	
				SJAC	40	
				SJAP	180	
				SJAM	265	
				SJBA	430	
				SJDF	300	
				SJGO	713	
				SJMA	220	
				SJMT	450	
				SJPA	851	
				SJPI	300	
				SJRO	54	
				SJRR	80	
				SJTO	100	
				SJAL	180	
				SJCE	500	
				SJPS	200	
				SJRN	200	
				TRF 6ª REGIÃO	1538	
				SJMG	562	
				SJSE	250	
5	BR519126	Notebook Tipo I	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	244	
				SJAC	20	
				SJAP	20	

13

Informações sobre o processo de licitação e contratação de bens e serviços, bem como sobre o processo de execução de obras e serviços de engenharia, estão disponíveis no site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região: [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)



SEPLACAP70545505A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:25:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/balancapublico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

				SJAM	26	
				SJBA	60	
				SJDF	30	
				SJGO	48	
				SJMA	68	
				SJMT	25	
				SJPA	22	
				SJPI	30	
				SJRO	30	
				SJRR	30	
				SJTO	40	
				SJF	13	
				TRF 2ª REGIÃO	100	
				SURJ	200	
				SJES	60	
				TRF 3ª REGIÃO	410	
				SJSP	1640	
				SJMS	100	
				TRF 5ª REGIÃO	100	
				SJAL	100	
				SJCE	100	
				SJPB	100	
				SJRN	100	
				SJSE	100	
				TRF 1ª REGIÃO	58	
				SJAC	15	
				SJAP	30	
				SJBA	30	
				SJDF	30	
				SJGO	48	
				SJMA	40	
				SJMT	25	
				SJPA	48	
				SJPI	40	
0	BR010300	Notebook Tipo II	Unidade			800



SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

				SJRO	88	
				SJRR	15	
				SJTD	40	
				CJF	7	
				TRF 2ª REGIÃO	20	
				TRF 5ª REGIÃO	30	
				SJAL	30	
				SJCE	80	
				SJPS	35	
				SJRN	100	
				SJSE	90	
7	BR519127	Monitor Tipo I	Unidade	SJDF	30	390
				SJMT	150	
				SJRR	160	
				CJF	00	
8	BR472635	Monitor Tipo II	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	96	20001
				SJAC	100	
				SJAP	300	
				SJAM	600	
				SJBA	800	
				SJDF	850	
				SJGO	845	
				SJMA	1800	
				SJMT	250	
				SJPA	1420	
				SJPI	400	
				SJRO	60	
				SJRR	160	
				CJF	950	
				TRF 2ª REGIÃO	1000	
				SJRJ	3000	
				SJES	400	
				SJAL	540	
				SJCE	920	



SEPLACAP70545505A

SIGA





JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

				SJPB	400	
				SJRN	200	
				TRF 8ª REGIÃO	3076	
				SJMG	1024	
				SJSE	250	
9	BR519128	Monitor Tipo III	Unidade	SJAC	300	2002
				SJAP	300	
				SJBA	40	
				SJDF	20	
				SJGO	60	
				SJMA	400	
				SJMT	250	
				SJPI	30	
				SJRO	48	
				SJRR	24	
				SJTO	500	
				SJAL	30	
10	BR519128	Monitor Tipo IV	Unidade	TRF 1ª REGIÃO	2148	3886
				SJAC	60	
				SJAP	36	
				SJBA	20	
				SJDF	30	
				SJGO	30	
				SJMA	400	
				SJMT	60	
				SJPA	140	
				SJPI	6	
				SJRO	58	
				SJRR	10	
				SJTO	100	
				CJF	100	
				TRF 2ª REGIÃO	100	
				SJRJ	100	
				SJES	20	
				SJPE	336	



SEPLACAP70545950A

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

				SJPB	35	
				SJRN	50	
				SJSE	30	
				TRF 1ª REGIÃO	55	
				SJAP	25	
				SJAM	15	
				SJBA	80	
				SJDF	100	
				SJGO	107	
				SJMT	45	
				SJRO	35	
				SJRR	10	
				SJTO	20	
11	BR519128	Monitor Multimídia	Unidade	TRF 2ª REGIÃO	100	3718
				SJRU	300	
				TRF 3ª REGIÃO	155	
				SJSP	24	
				SJMS	20	
				TRF 5ª REGIÃO	650	
				SJCE	920	
				SJPE	335	
				SJPB	450	
				SJRN	300	

3.2. Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Comprasnet (código BR) e as especificações dos serviços constantes deste instrumento, prevalecerão as últimas.

3.3. O estudo que definiu os quantitativos apresentados neste termo foi realizado conforme detalhamento e justificativas contidas no item "5. Estimativa da demanda - Quantidades de bens e serviços" do Estudo Técnico Preliminar, onde consta a relação entre a demanda prevista e o dimensionamento dos itens a serem registrados.

3.4. Como as quantidades são meramente estimativas, não se constitui nenhum compromisso de consumo mínimo por parte do CONTRATANTE e nem poderão ser



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-695 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/publico/app/autenticar?n=30054200-695>



## JUSTIÇA FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

b) Lei nº 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

c) Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

d) Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

e) Decreto nº 11.482/2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

#### 4.1.3.2. Normas específicas para contratações de TI:

a) Decreto nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

b) Instrução Normativa nº 65/2021 SGD/ME - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

c) Instrução Normativa nº 94/2022 SGD/ME - Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SIISP do Poder Executivo Federal.

d) Portaria nº 2.715/2023 SGD/ME - Estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SIISP do Poder Executivo Federal.

#### 4.1.3.3. Normas do Conselho Nacional de Justiça:

a) Resolução CNJ nº 468/2022 - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.

b) Resolução CNJ nº 370/2021 - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

c) Resolução CNJ nº 400/2021 c/c Portaria CJF nº 96/2023 - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

d) Resolução CNJ nº 347/2020 - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário.

#### 4.1.3.4. Normas do Conselho de Justiça Federal:



SEPLACAP70545505A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadp.cjfm.gov.br/legisla/publicar/app/autenticar?e=30054200-696>

SIGA

## JUSTIÇA FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

a) Resolução CJF nº 477/2018 - Dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal.

b) Resolução CJF nº 685/2020 - Dispõe do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (PETI) para 2021-2025.

c) Resolução CJF nº 709/2021 e/o Portaria CJF nº 96/2023 e/o - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal - PSJF.

d) Portaria CJF nº 232/2023 - Dispõe sobre as etapas do planejamento das contratações de bens e serviços fundamentadas por meio da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Conselho da Justiça Federal.

e) Instrução Normativa CJF nº 12/2022 - Dispõe sobre a definição dos serviços e fornecimentos contínuos no âmbito do Conselho da Justiça Federal, para fins de aplicação à Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### 4.1.3.5. Normas da Justiça Federal da 1ª Região:

a) Resolução PRESI nº 36/2021 - Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça Federal da 1ª Região.

b) Portaria PRESI nº 340/2021 - Aprova o Plano de Logística Sustentável do TRF1 - PLS 2021-2026.

c) Portaria PRESI nº 413/2021 - Aprova o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do PGRS-TRF1.

#### 4.1.4. Requisitos de manutenção

4.1.4.1. A garantia será de 60 (sessenta) meses "on site" para todos os bens, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste TR, contados a partir do recebimento definitivo do item.

4.1.4.1.1. Para as baterias objeto dos itens 5 e 6: **36 (trinta e seis) meses de garantia.**

4.1.4.2. Justifica-se a contratação pelo período de garantia de **60 (sessenta) meses** tendo em vista que tal período é uma orientação normativa prevista na Resolução CJF nº 477/2018, que dispõe sobre a Política de Nivelamento de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal, in verbis:

Art. 1º Serão adquiridos anualmente a quantidade correspondente de equipamentos cujas garantias estejam previstas para fins: condicionada à disponibilidade orçamentária.

§ 1º O prazo mínimo de garantia para os equipamentos relacionados nesta resolução será de: Estação de trabalho GARANTIA 4 (anos).

§ 2º A garantia aqui referido diz respeito à durabilidade técnica ou funcional, que é caracterizada pela redução de vida útil de determinado produto provocada pelo surgimento de um modelo mais moderno ou pela evolução tecnológica.



SISACAP70545505A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadp.mf.gov.br/legisla/publica/app/autenticar?c=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**4.1.4.3.** Justifica-se também a contratação pelo período de garantia de **60 (sessenta) meses** tendo em vista que tal período é uma orientação normativa prevista na Portaria SGO/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, que estabelece o modelo de contratação e gestão das estações de trabalho, in verbis:

6.5.3. Deverá considerar a previsão de garantia técnica pelo período mínimo de 2 (dois) anos para o Tablet; 4 (quatro) anos para notebook, sendo 3 (três) anos para bateria e 6 (seis) anos para desktop, workstation, Thin client e monitor, salvo exceções devidamente justificadas.

**4.1.4.4.** A garantia será realizada pela CONTRATADA credenciada/autorizada pelo fabricante ou diretamente com o fabricante, devendo em todo o caso, ser prestada "on site", no local de entrega dos equipamentos, a pedido do CONTRATANTE em dias úteis das 08h às 18h.

**4.1.4.5.** O prazo máximo para finalização do atendimento será de 02 (dois) dias úteis contados a partir do dia subsequente ao da abertura do chamado técnico, para equipamentos instalados no TRF1, TRF2, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6 e CJF.

**4.1.4.6.** O prazo máximo para finalização do atendimento será de 06 (seis) dias úteis para equipamentos instalados nas Subseções Judiciárias: Oiapoque (AP), Laranjal do Jari (AP), Tabatinga (AM) e Tefé (AM).

**4.1.4.7.** O prazo máximo para finalização do atendimento será de 04 (quatro) dias úteis contados a partir do dia subsequente ao da abertura do chamado técnico, para equipamentos instalados nas demais Seções e Subseções Judiciárias.

**4.1.4.8.** Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, condicionada à aprovação do CONTRATANTE, por meio do setor competente.

#### **4.1.5. Requisitos temporais**

**4.1.5.1.** O prazo de entrega dos equipamentos objeto do fornecimento não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Fornecimento.

**4.1.5.2.** Até 7 (sete) dias úteis para o Recebimento Provisório, contados a partir da entrega dos produtos.

**4.1.5.3.** Até 7 (sete) dias úteis para o Recebimento Definitivo, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

**4.1.5.4.** Para todos os itens: **60 (sessenta) meses** de garantia "on site", contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**4.1.5.4.1.** Para as baterias objeto dos itens 5 e 6: **36 (trinta e seis) meses** de garantia, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

41

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo signatário, conforme consta no sistema de registro eletrônico de documentos, e não possui validade jurídica.



SEPLACAP70545705A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

4.1.6. Requisitos de segurança

4.1.6.1. Os equipamentos devem adequar-se às necessidades de negócio e técnicas estabelecidas pela segurança do TRF1. É necessário considerar a infraestrutura existente, bem como sua integração eficiente.

4.1.7. Requisitos de garantia

4.1.7.1. Os requisitos de garantia serão descritos na Minuta do Contrato Anexo V desta Edital.

4.1.8. Requisitos de segurança da informação

4.1.8.1. Os requisitos de segurança da informação serão descritos no Item 08 desta Anexo.

4.1.9. Ciclo de vida do objeto:

4.1.9.1. O ciclo de vida pode seguir as seguintes etapas:

4.1.9.1.1. Identificação das necessidades: Trata-se da primeira etapa do planejamento da contratação e consiste em identificar as necessidades do TRF1 e demais órgãos participantes, em relação aos equipamentos de microinformática, na qual determina-se os recursos necessários, os requisitos de segurança, entre outros aspectos relevantes.

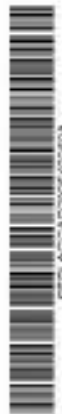
4.1.9.1.2. Análise de fornecedores: Nesta fase, busca-se por fornecedores de equipamentos de microinformática que possam atender aos requisitos identificados. São considerados fatores como a qualidade dos equipamentos oferecidos, a confirmação da empresa fornecedora, a capacidade de suporte técnico, o custo do contrato e outras considerações relevantes.

4.1.9.1.3. Elaboração do contrato: Após selecionar o fornecedor adequado por meio da licitação, é elaborado um contrato que estabelece os termos e condições da contratação. O escopo deve incluir os equipamentos e serviços oferecidos, o prazo do contrato, os custos envolvidos, as garantias, as responsabilidades de ambas as partes, entre outros aspectos legais e operacionais.

4.1.9.1.4. Implementação dos equipamentos: Os equipamentos são instalados nas dependências do órgão CONTRATANTE, bem como a configuração dos dispositivos e integração com a infraestrutura existente.

4.1.9.1.5. Operação e suporte contínuo: Após a entrega, os equipamentos serão operados regularmente para atender às necessidades da Justiça Federal, devendo o fornecedor contratado prestar suporte técnico e assistência em caso de problemas ou falhas nos equipamentos.

4.1.9.1.6. Ressalte-se que o ciclo de vida de equipamentos pode variar de acordo com as práticas e políticas específicas de cada organização. É importante



SEPLACAP70545505A





JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

que todas as etapas sejam cuidadosamente executadas para garantir a eficiência, economia e satisfação ao longo do processo.

#### 4.2. Sustentabilidade:

4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e normas específicas da Justiça Federal:

##### 4.2.1.1. Para todos os itens serão solicitados os seguintes critérios:

4.2.1.1.1. Os produtos não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilopolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela Diretiva 2002/95/EC do Parlamento Europeu, também conhecida como diretiva RoHS27 (Restriction of Certain Hazardous Substances), sendo que o atendimento a essa diretiva deve ser comprovado por meio de certificado ou por declaração do fabricante, nos termos do inciso IV do Art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.2.1.1.1.1. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar juntamente com a proposta comprovação de que os bens ofertados não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 4ª Edição, revista, atualizada, emendada - agosto 2021 - Advocacia Geral da União (AGU), Consultoria Geral da União).

4.2.1.2. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (Microcomputadores e Notebooks), comprovar a eficiência energética (Energy Star ou equivalente) do equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idôneo emitido por instituições públicas ou privadas.

4.2.1.3. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (Microcomputadores e Notebooks), comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60850 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente emitido por laboratório reconhecido pelo INMETRO para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos.

4.2.1.4. Vale destacar que é impossível identificar no ETP todos os materiais recicláveis possíveis de serem utilizados nas embalagens dos equipamentos, pois há muitos tipos e formas de materiais recicláveis. É comum que os equipamentos venham embalados em caixas de papelão ou papel, mas no interior estejam acondicionados em embalagens de isopor e plástico, sendo os referidos materiais também recicláveis e podem ser admitidos como critérios de sustentabilidade. Desse modo, prever apenas um tipo de material sem atender para as diversidades de mercado poderá comprometer a competitividade do certame.



SEPLACAP7054505A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-626 - consulte a autenticidade em:  
<https://www.o-gp.net.br/portal/gestao-publica/app/autenticar?n=30054200-626>

SIGA

ARTIGO 19º DO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**4.2.1.5.** É dever da CONTRATADA fornecer equipamentos sustentáveis, comprovados por documento de certificação (ou na sua falta, por meio de diligências do órgão), em atenção ao Decreto nº 10.240, de 12 de fevereiro de 2020, que estabelece a implementação do sistema de logística reversa de produtos eletrônicos e seus componentes de uso doméstico.

**4.2.1.6.** Por fim, para efeito de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, deverão ser observadas as regras estabelecidas nas normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas, bem como normas específicas da Justiça Federal.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Prazo e/ou Condições de Entrega

**5.1.1.** O prazo de entrega dos equipamentos objeto do fornecimento não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Fornecedor.

**5.1.2.** O objeto pactuado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento da notificação pela CONTRATANTE.

**5.1.3.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incompleta execução do contrato.

**5.1.4.** Em caso de comprovada superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade do adjudicatário e que afete substancialmente as condições de seu cumprimento, será examinado pedido de prorrogação.

**5.1.4.1.** O pedido, formulado com as pertinentes razões e acompanhado de comprovante do alegado, deverá ser dirigido à Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no endereço abaixo, com pelo menos 10 (dez) dias corridos de antecedência do prazo inicialmente estipulado, ficando a critério do ordenador de despesas acolher ou não o requerimento da CONTRATADA.

### 5.2. Local de Entrega

**5.2.1.** A entrega para o TRF1 deverá ser efetuada em horário de expediente normal deste Tribunal, devendo ser agendada previamente pelos telefones (61)3314-1973/1974/1976, na Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP, no Setor Bancário Sul, Quadra 02, Bloco D, 2º Subsolo, Edifício Adriana, Brasília, CEP: 70.070-903, com a apresentação da correspondente nota fiscal, no prazo estipulado e nas quantidades indicadas.



SEPLACAP70545705A



Assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 07/09/2025 às 15:28:41. Assinado por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE.

Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em <https://www.ojpedro.trf1.gov.br/legisaca/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

5.2.2. A entrega para as Seccionais, Tribunais e CJF deverão ser efetuadas nos endereços e contatos abaixo, devendo ser agendado previamente:

ORGÃO	TELEFONE	E-MAIL
<b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE/AC</b> Alameda Miguel Ferreira, S/N, Portal de Amazônia, Rio Branco/AC, CEP: 69015-032	(68) 3214-2781 (68) 3214-2004	secao.ac@trf1.jus.br seam.ac@trf1.jus.br
<b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ/AP</b> Edifício sede, Rodovia Norte-Sul, s/n - Bairro Infração II, CEP: 68906-211 Macapá/AP	(95) 3196-8533 (95) 3199-9350	antoninido.cenfora@trf1.jus.br bruno.prestes@trf1.jus.br
<b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS/AM</b> SJAM - SEÇÃO JUDICIÁRIA, Edifício Fórum Ministro Roldenir Pedreira Avenida André Araújo, nº 25 - Anexo Monsenhor Amadorim CEP: 69.060-000 Tabatinga - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Edifício Fórum Juízo Federal Substituto Fabiana Bernardi Rua Almeida da Cunha, nº 45, Bairro São Joana CEP: 69.640-000, Tabatinga/AM Tufé - UAA - Tufé Unidade Avançada de Atendimento - UAA em Tufé/AM Estrada do Geopis, nº 1035, Jurema/AM CEP: 69.152-375, Tufé/AM	(92) 3612- 3321/3475 (92) 3612- 3301/3310 (91) 95145-5149	secao.am@trf1.jus.br seam.am@trf1.jus.br
<b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA/BA</b> SJB - SEÇÃO JUDICIÁRIA, Fórum Tolentino de Faria, Av. Oliveira Guimarães, s. 2798 - Sussuarana Centro Administrativo da Bahia CNPJ: 05.442.057/0001-01 Salvador/BA - CEP: 41213-970 Alegria - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua Silva Jardim, s/n (prédio do INSS), 2º andar - Parque São João CEP: 43.000-000 Bom Jesus - Rua Antel Barbosa, s/n, Bairro Centro, 5º andar - Fórum Tarcisio Vitor de Melo - Balaia - Bahia CEP: 47.000-500 Bom Jesus da Lapa - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Av. Agostinho Magalhães, s/n, Bairro Monte da Lapa, Bom Jesus da Lapa - BA CEP: 47.000-000 Campo Formoso - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Praça da Bandeira, nº 95 - Centro CEP: 44.990-000 Campo Formoso (BA) Euclides - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Avenida Antônio Carlos Magalhães, n. 190 - Bairro Dshah, Bargem Cep: 45.520-340 Foz de Santana - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua Santos, nº330, Bairro CASEB CNPJ: 05.442.057/0001-01 Foz de Santana/BA - CEP: 44.040-000 Guanambi - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Av. Santos Dumont, nº 325 - Centro CEP: 46430-000 Guanambi (BA) Ilhéus - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua Ministro José Café Filho, n. 90 - Centro CEP: 45650-042 Ilhéus (BA) Itacaré - Avenida Sol Poente, s/n, bairro Ara Norte, Novo Fórum da Câmara de Itacaré, 4º andar, CEP: 44.900-000, Itacaré/BA Itapicuru - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Av. Amélia Amado, n. 331 Centro (antigo CNPJ) - Itapicuru/BA CEP: 45.000-000 Jequié - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua Laudelino Barreto, s/n - Centro - Jequié	(71) 3612-2777 (75) 3423-6724 (77) 3481-2026 (77) 3611-6301 (74) 3645-1907 (73) 3261-1070 (75) 3221-6274 (77) 3451-3388 (73) 3634-2060 (74) 3641-3910 (73) 3215-3388 (73) 3525-6355 (74) 3611-1970 (75) 3381-2307 (73) 3291-1731 (77) 3475-8900 (71) 3612-2777 (71) 3612-2701	auto.ba@trf1.jus.br seam.ba@trf1.jus.br



SEPLACAP70545705A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10050 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-626 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigetrio.trf1.gov.br/legisla/publicar/app/validarDoc?n=30054200-626>

SIGA

## JUSTIÇA FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

<p>Juizado - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua Dom Pedro I, s/n - João XXIII, CEP: 48900-230, Juazeiro (BA)</p> <p>Paulo Afonso - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua da Garganta, Quadra 12, U. 149-A - Alves Souza, CEP: 48900-340, Paulo Afonso (BA)</p> <p>Telma da Freitas - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Av. Marchal Castelo Branco, n. 225 - Centro, Teixeira de Freitas, CEP: 45665-014</p> <p>Vitória da Conquista - SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA, Rua Ministro Hermes Lima, S/N - Cidade Universitária, Vitória da Conquista - BA</p>		
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL</b> SEFAT - Seção de Patrimônio Sefar do Gargapira Oficina Norte (SOGN) Quadra 92, Lote 30-66, Brasília - DF, CEP: 70.610-620</p>	<p>(61) 3221-6402 (61) 3221-6310 (61) 3221-6401</p>	<p>marc.d@trf1.jus.br marc.d@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO GOIÁS</b> Edifício sede - Rua 10, nº 244, Centro, CEP: 74030-090</p>	<p>(62) 3226-1642 (62) 3226-1528 (62) 3226-1803</p>	<p>solit.go@trf1.jus.br marc.go@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO</b> Av. Senador Vitorino Freire, nº 350 - Anápolis, São Luis/MA, CEP: 65.031-900, A/C: Seção da Material e Patrimônio/ITCAI</p>	<p>(66) 3214-5748 (66) 3214-5746 (66) 3214-5707</p>	<p>joão.henrique@trf1.jus.br michael.trf@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO</b> Av. Historiador Roberto de Mendonça 4888 - Fórum Federal JJ Moreira Rebello - Centro Público Administrativo, Quadra MT, CEP: 78040-042</p>	<p>(65) 3814-5700 (65) 3863-8373</p>	<p>mucal.m@trf1.jus.br silvaco.m@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ</b> Rua Domingos Mariano, 508 - Bairro: Universal, Belém/PA, CEP: 66.055-210</p>	<p>(61) 3321-6260 (61) 3350-6156 (61) 3321-6260</p>	<p>marc.pa@trf1.jus.br henrique@trf1.jus.br gleyson.branden@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ</b> Edifício Sede Av. Miguel Ross, nº 7315, Redenção, Teresina-PI, CEP: 64018-500</p>	<p>(86) 2107-2881 (86) 2107- 3250/3251 (86) 2107-2050 / 2107-2851 (86) 2107-3250 / 2107-3251</p>	<p>marc.pi@trf1.jus.br benf.pi@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA</b> SUDO - Justiça Federal de 1ª Grau - Seção Judicial da Rondônia, Avenida Presidente Dutra, 2209 - Bairro: Centro, Porto Velho - Rondônia CEP: 76005-902 Subseção Judiciária de Ji-Paraná - Rua Raimundo Alves de Almeida, 925 - Centro - Ji-Paraná/RO CEP: 76906-036 Subseção Judiciária de Vilhena - Avenida Espadouro Eduardo Gomes, 1100 - Centro - Vilhena/RO CEP: 76907-174</p>	<p>(69) 2181-5732 (69) 2181-5734 (69) 2181-5700 (69) 2181-5800 (69) 2181-5706</p>	<p>sefiro@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA</b> Av. Getúlio Vargas, 3999, Canabarro/Boa Vista/RR, CEP: 69006-545</p>	<p>(65) 2121-4221 (65) 2121-4203 (65) 2121-4223</p>	<p>seefi.rr@trf1.jus.br seefi.rr@trf1.jus.br</p>
<p><b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS</b> Av. Teodoro Saguado, Qd 201 Norte, Cj 01, Lote 2A, Palmas-TO, CEP: 77.001-128</p>	<p>(63) 3218-3856 (63) 3218-3858 (63) 3218-3622</p>	<p>seefi.to@trf1.jus.br seefi.to@trf1.jus.br</p>
<p><b>CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL</b> Edifício Sede do Conselho da Justiça Federal -</p>	<p>(61) 3022-7547 (61) 3022-7425</p>	<p>edenilda.cury@trf1.jus.br ms.trf@trf1.jus.br</p>



SEFACAP70545509A

SIGA



## JUSTIÇA FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Sede do Clubes Esportivos Sul - RSES TRECHO 3, POLO 8, LOTE 8, Bairro Asa Sul - Cidade Brasileira/DF - CEP 70.200-003		
<b>TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - TRF2</b> Seção de Amparo - SALMOX Rua Arns, 80, Sala 305, Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20020-080	(21) 2282-6234 (21) 2282-6204 (21) 2282-6006 (21) 2282-7704	edimco@trf2.jus.br m.lucas@trf2.jus.br drcs@trf2.jus.br bernardo.cinco@trf2.jus.br lissac@trf2.jus.br
<b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO</b> Seção de Gestão de Suprimentos - SEGSU Rua Ecuador, 813, Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20220-410	(21) 3218-6613 (21) 3218-6613 (21) 2282-6006 (21) 2282-7704	lissac@trf2.jus.br m.lucas@trf2.jus.br drcs@trf2.jus.br bernardo.cinco@trf2.jus.br lissac@trf2.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA - ES</b> Ed. Sede da Seção Judiciária do Espírito Santo, localizada à Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, Monte Belo, Vitória - ES, CEP: 20.053-210.	(27) 3583-5006 (27) 3583-5104	sedut@es.jus.br sedut@es.jus.br
<b>TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 3ª REGIÃO</b> Rua Veneza, nº 666 - Vila Carioca - São Paulo - SP CEP 04217-050, o Setor de Controle de Material CADASTRO DE BENS E ALMOXARFADO - DICA	(11) 3612-3021	dica@trf3.jus.br dica@trf3.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM SP</b> Rua Veneza, nº 666 - Vila Carioca - São Paulo - SP CEP 04217-050, o Setor de Controle de Material de Informática	(11) 2202-9758	dica@trf3.jus.br dica@trf3.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU EM MS</b> Rua Costa, nº 1.158, Jardim Sorriso Gomes, Campo Grande/MS, CEP 79.201-090, na Seção de Materiais e Patrimônio - (0800) 3320.1113 na Seção de Compras	(67) 3320-1108	dica@trf3.jus.br dica@trf3.jus.br
<b>TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO - TRF6</b> Cais de Apoio S/N - Ed. Ministro Délio Falcão - Bairro da Natche - Recife - PE - CEP 50030-268	(81) 3452-0267 (81) 3452-0368	secom.servidores@trf6.jus.br abn@trf6.jus.br jvanago@trf6.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS</b> Sede de Justiça Federal em Alagoas, situada na Avenida Menino Marcelo, s/n - Sertão, Maceió/AL CEP 57.040-000, no horário de expediente normal das 8h às 18h	(82) 2122-4109 (82) 2122-4248	lissac@trf6.jus.br m.lucas@trf6.jus.br bernardo.cinco@trf6.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA NO CEARA</b> JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO CEARA, com sede na Praça General Murilo Borges, 01, Centro CEP 60.005-210, na cidade de Fortaleza	(85) 3521-2716 (85) 3521-2588	geren@trf6.jus.br drcs@trf6.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO</b> Avenida Recife, 4550 - Parque Ministro Antônio Menino, Bairro do Jiquê, Recife/PE, CEP 50.805-500, no horário de expediente normal das 8h às 17h	(81) 3213-6128	compras@trf6.jus.br lucas_gs@trf6.jus.br



SEPLACAP70545504

SIGA



## JUSTIÇA FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

<b>JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAIBA</b> Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480, Pedro Góndim - João Pessoa - PB, CEP: 55031-920, horário de expediente 08:00 às 17:00	(82) 3850-1164 (83) 3850-1208	tp4@trf1.jus.br trunna@trf1.jus.br
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO RIO GRANDE DO NORTE</b> Rua Doutor Lauro Pinto, 245 - Bairro Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59.064-250, no horário do expediente normal desta Seccional, das 08:00h às 17:00h	(84) 4055-7813 (84) 4055-7016	infrajud@trf1.jus.br planejamento.rn@trf1.jus.br
<b>TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 8ª REGIÃO</b> Subseção Judiciária de Belo Horizonte - Galpão - Rua José Antônio da Almeida 88 - Bairro Comarcas - Belo Horizonte/MG, CEP 30.520-230	(31) 3501-1205	rita.brando@trf8.jus.br katicacw@trf8.jus.br paulo.gomes@trf8.jus.br vagnog@trf8.jus.br
<b>SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS/MG</b> Subseção Judiciária de Divinópolis: Praça Dom Cristiano, 208 - Bairro Centro, CEP: 35.500-008 Subseção Judiciária de Governador Valadares: Rua Bárbara Holobova, 862 - Bairro Centro CEP: 35.016-040 Subseção Judiciária de Ipatinga: Av. Vile Lobos, 311 - Bairro Jardim Niterói CEP: 35.162-418 Subseção Judiciária de Ituiutaba: Rua Vinte e Oito, 1.155 - Bairro Centro CEP: 38.300-002 Subseção Judiciária de Januária: Rua São João da Ponte, 1.332 - Bairro São Gonzalo CEP: 39.445-042 Subseção Judiciária de Juiz de Fora: Rua Leopoldo Schmidt, 145 - Centro CEP: 36.900-040 Subseção Judiciária de Leópolis: Rua Kennedy dos Santos, 40 - Bairro Jardim Bela Vista CEP: 37.205-210 Subseção Judiciária de Marília: Rua Duarte Pinheiro, 70 - Bairro Coqueiro CEP: 38.900-080 Subseção Judiciária de Montes Carmos: Av. Deputado Estevão Rodrigues, 852 - Centro CEP: 38.400-215 Subseção Judiciária de Muriaé: Rua Dr. Mário Inácio Cardoso, 536 - Bairro Cordeiro Inácio CEP: 38.889-087 Subseção Judiciária de Paracatu: Av. Olegário Novais, 138 CEP: 38.600-000 Subseção Judiciária de Passos: Rua Oura Preto, 1.61 - Bairro Centro CEP: 37.950-038 Subseção Judiciária de Patos de Minas: Rua Alberto Pereira da Rocha, 12 - Bairro Guaraná CEP: 38.701-210 Subseção Judiciária de Poços de Caldas: Av. João Pinheiro, 1.011 - Bairro Campo da Moagem CEP: 37.701-000 Subseção Judiciária de Ponta Nova: Rua Doutor Antônio Gonçalves Leão, 119 - Bairro Guaporanga CEP: 35.430-266 Subseção Judiciária de Pouso Alegre: Rua Santo Antônio, 105 - Centro CEP: 37.550-036	(37) 2101-8005 (33) 2101-8101 (31) 2109-6104 (34) 3271-1022 (38) 3820-4060 (22) 3311-1534 (35) 3826-8302 (23) 3339-2551 (36) 2101-8200 (22) 3311-0100 (38) 3311-1303 (25) 3311-1184 (34) 3818-5400 (35) 3857-4450 (31) 3604-1005 (35) 2102-1000 (32) 3322-1252 (25) 3411-1150 (31) 2106-8005 (33) 3887-0115 (24) 2103-5100 (34) 2101-3800 (35) 2103-1881 (35) 2105-6101 (31) 3811-7426	rita.brando@trf8.jus.br katicacw@trf8.jus.br paulo.gomes@trf8.jus.br vagnog@trf8.jus.br



SEPLACAP70545505A

SIGA



## JUSTIÇA FEDERAL

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Subseção Judiciária de São João Del Rey: Avenida Otto de Dezembro, 293 Bairro Centro - MG CEP: 38.307-200		
Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso: Av. Oliveira Botelho, 660 - Bairro Brás CEP: 37.850-000		
Subseção Judiciária de São Leopoldo: Rua Santos Dumont, 140 - Bairro Casa CEP: 35.700-284		
Subseção Judiciária de Teófilo Otoni: Rua Dr. Romão, 505 - Centro CEP: 35600-018		
Subseção Judiciária de Uberaba: Av. Maria Carmela de Castro Cunha, 30 - Bairro Vila Olímpica CEP: 38.065-328		
Subseção Judiciária de Uberlândia: Av. Cássio Alves, 3.300 - Bairro Brasil CEP: 38.400-806		
Subseção Judiciária de Uruaçu: Rua João Pinheiro, 548 - Centro CEP: 38810-079		
Subseção Judiciária de Varginha: Av. Princesa do Sul, 1.055 - Resende CEP: 37.062-447		
Subseção Judiciária de Viçosa: Av. Joaquim Lopes da Faria, 505 - Bairro Santo Antônio CEP: 36.570-000		
<b>JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SERGIPE</b> Av. Dr. Celso Rodrigues da Cruz, 1500, Capucho, Aracaju/SE, CEP 49.081-015, no térreo do expediente das 09:00h às 18:00h	(79) 3216-3200 (79) 3216-3213	rfc@trf1.jus.br adilson.bonifacio@trf1.jus.br silvia.silva@trf1.jus.br

5.2.3. 11.2.2.1. Segue abaixo a planilha com o quantitativo dos itens por subseção:

Nº do Item	Item	Município/UF de Entrega	Quantidade
<b>SJAM</b>			
2	Microcomputador Tipo II	Manaus/AM	12
4	Microcomputador Tipo IV	Manaus/AM	248
		Tabatinga/AM	20
		Tefé/AM	5
5	Notebook Tipo I	Manaus/AM	26
8	Monitor Tipo II	Manaus/AM	548
		Tabatinga/AM	10



SEPLACAP70545509A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENHO ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publica/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Tefe/AM	12
11	Monitor Multimídia	Manaus/AM	15
S/BA			
Nº do Item	Item	Município/UF de Entrega	Quantidade
1	Microcomputador Tipo I	Salvador/BA	20
2	Microcomputador Tipo II	Salvador/BA	10
4	Microcomputador Tipo IV	Salvador/BA	275
		Alagoinhas/BA	8
		Barras/BA	8
		Bom Jesus da Lagoa/BA	8
		Campo Formoso/BA	8
		Eurípides/BA	8
		Fátima de Santana/BA	24
		Guaraná/BA	8
		Itaém/BA	8
		Irecê/BA	8
		Itabuna/BA	16
		Jequié/BA	8
		Juazeiro/BA	8
		Paulo Afonso/BA	8
		Teresina de Freitas/BA	8



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Vitoria da Conquista/BA	16
5	Notebook Tipo I	Salvador/BA	61
		Alagoinhas/BA	1
		Bananeiras/BA	1
		Som Jesus da Lapa/BA	1
		Campo Formoso/BA	1
		Európolis/BA	1
		Feira de Santana/BA	3
		Guanambi/BA	1
		Ilhéus/BA	1
		Itacaré/BA	1
		Itabuna/BA	2
		Jequié/BA	1
		Jucuruçu/BA	1
		Paulo Afonso/BA	1
		Teixeira de Frias/BA	1
		Vitória da Conquista/BA	2
6	Notebook Tipo II	Salvador/BA	54
		Alagoinhas/BA	2
		Bananeiras/BA	1



SEPLACAP70545959A

SIGA



ARTIGO 1º DO art. 1º  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Bom Jesus da Lapa/BA	1
		Campos Formosos/BA	2
		Eurápolis/BA	1
		Feira de Santana/BA	3
		Ihéus/BA	2
		Guaraná/BA	2
		Irecê/BA	1
		Itabuna/BA	3
		Jequié/BA	1
		Juzuelo/BA	2
		Paulo Afonso/BA	2
		Teixeira de Freitas/BA	1
		Vitória da Conquista/BA	2
8	Monitor Tipo II	Salvador/BA	596
		Aracaju/BA	16
		Bananeiras/BA	16
		Bom Jesus da Lapa/BA	16
		Campos Formosos/BA	16
		Eurápolis/BA	16
		Feira de Santana/BA	40



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Guanambi/BA	16
		Itiúba/BA	16
		Itacaré/BA	16
		Itabuna/BA	32
		Jequié/BA	16
		Juzizinho/BA	16
		Paulo Afonso/BA	16
		Telhada de Fátima/BA	16
		Vitoria da Conquista/BA	32
9	Monitor Tipo III	Salvador/BA	40
10	Monitor Tipo IV	Salvador/BA	20
11	Monitor Multimídia	Salvador/BA	84
		Alagoinhas/BA	2
		Barras/BA	1
		Bom Jesus da Lapa/BA	1
		Campo Formoso/BA	2
		Európolis/BA	1
		Feira de Santana/BA	3
		Guanambi/BA	2
		Itiúba/BA	2
		Itacaré/BA	1



SEPLACAP70548705A



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Itabuna/BA	3
		Jequiá/BA	1
		Juazeiro/BA	2
		Paulo Afonso/BA	2
		Telúria de Freitas/BA	1
		Viçosa da Conquista/BA	2
<b>SJRO</b>			
Nº do Item	Item	Município/UF de Entrega	Quantidade
1	Microcomputador Tipo I	Porto Velho/RO	6
		Vilhena/RO	1
		Ji-Paraná/RO	1
2	Microcomputador Tipo II	Porto Velho/RO	5
		Vilhena/RO	1
		Ji-Paraná/RO	2
3	Microcomputador Tipo II	Porto Velho/RO	5
		Vilhena/RO	2
		Ji-Paraná/RO	3
4	Microcomputador Tipo IV	Porto Velho/RO	36
		Vilhena/RO	2
		Ji-Paraná/RO	17
5	Notebook Tipo I	Porto Velho/RO	36
		Vilhena/RO	5



SEPLACAP70548705A



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

		Ji-Paraná/RO	7
6	Notebook Tipo II	Porto Velho/RO	33
		Vilhena/RO	2
		Ji-Paraná/RO	3
8	Monitor Tipo II	Porto Velho/RO	30
		Vilhena/RO	10
		Ji-Paraná/RO	20
9	Monitor Tipo III	Porto Velho/RO	40
		Vilhena/RO	4
		Ji-Paraná/RO	4
10	Monitor Tipo IV	Porto Velho/RO	60
		Vilhena/RO	4
		Ji-Paraná/RO	4
11	Monitor Multimídia	Porto Velho/RO	30
		Vilhena/RO	4
		Ji-Paraná/RO	4
TRF3			
Nº do Item	Item	Município/UF de Entrega	Quantidade
2	Microcomputador Tipo II	São Paulo/SP	190
		Campo Grande/MS	20
5	Notebook Tipo I	São Paulo/SP	2050
		Campo Grande/MS	100

55

Informações sobre o processo de licitação: https://www.trf3.jus.br/licitacao/licitacao.aspx?processo=0011516/2025 e https://www.trf3.jus.br/licitacao/licitacao.aspx?processo=0011516/2025



SEPLACAP70545950A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENHO ECON. SOCIAL L 10650 / CIBS -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em:  
<https://www.sigapetro.mf.gov.br/legisla/publicar/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

REGIÃO FEDERAL DA 1ª REGIÃO			
11	Monitor Multimídia	São Paulo/SP	190
		Campe Grande/MS	20
SJMG - JF6			
4	Microcomputador Tipo IV	Divinópolis/MG	40
		Governador Valadares/MG	54
		Ipatinga/MG	44
		Ituiutaba/MG	16
		Jacuba/MG	6
		Juiz de Fora/MG	56
		Lavras/MG	26
		Marília/MG	24
		Montes Claros/MG	64
		Muriae/MG	24
		Paracatu/MG	18
		Pesqoa/MG	26
		Patos de Minas/MG	30
		Ponte Nova/MG	10
		Pouso Alegre/MG	68
		Poços de Caldas/MG	10
		Seta Lagoa/MG	40
		São João Del Rei/MG	34



ARTIGO 1º DO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

8	Monitor Tipo II	Edo Secção do Paraíso/MG	20
		Teófilo Otoni/MG	22
		Uberaba/MG	108
		Uberlândia/MG	108
		Unaí/MG	8
		Varginha/MG	82
		Viçosa/MG	90
		Divinópolis/MG	98
		Governador Valadares/MG	108
		Ipojuca/MG	88
		Ribeirão Preto/MG	32
		Jaraguá/MG	12
		Juiz de Fora/MG	116
		Lavras/MG	56
		Marília/MG	48
		Montes Claros/MG	128
		Murici/MG	48
		Paracatu/MG	36
		Piedade/MG	56
		Patos de Minas/MG	60
		Peças de Caldas/MG	20
		Ponte Nova/MG	20

57



SEPLACAP70548705A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENHO ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

	Pouso Alegre/MG	118
	São João Del Rei/MG	68
	São Sebastião do Paraíso/MG	40
	Serra Laposa/MG	80
	Teófilo Otoni/MG	44
	Uberaba/MG	216
	Uberlândia/MG	216
	Unaí/MG	16
	Varginha/MG	104
	Viçosa/MG	100

## 6. DA PROTEÇÃO DE DADOS

**6.1.** Na execução do objeto, deverão ser observados os ditames da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

**6.2.** A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), da Resolução/ CNJ 363/2021 e da Lei 12.527/2011.

**6.2.1.** Obriga-se também a comunicar à Administração, em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

58



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigetec.mf.gov.br/legisla/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

ARTIGO 6º

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**6.3.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com os princípios e as hipóteses previstas nos arts. 6º, 7º e 11 da Lei 13.709/2018 (LGPD), limitado ao estritamente necessário à consecução do objeto, na forma deste Instrumento e seus anexos.

**6.4.** É vedado, na execução do ajuste, revelar, copiar, transmitir, reproduzir, transportar ou utilizar dados pessoais ou informações sigilosas a que tiver acesso prepostos, empregados ou colaboradores direta ou indiretamente envolvidos na realização de serviços, produção ou fornecimento de bens. Para tanto, devem ser observados as medidas e os procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei 13.709/2018 (LGPD) e do parágrafo único do art. 26 da Lei 12.527/2011.

**6.5.** Em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD) e da Lei 12.527/2011.

**6.6.** Extinto o ajuste ou alcançado o objeto que enseja tratamento de dados, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art. 16 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

**6.7.** Não haverá tratamento específico de dados pessoais para esta contratação.

**7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

**7.2.** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Unidade Gestora (UG)/Responsável: DIATU

II) Fonte de Recursos: MTGI

III) Programa de Trabalho (PTRES): 168363

IV) Natureza de Despesa: Ordinária

**7.3.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

59



SEPLACAP70545705A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

AUTUAÇÃO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

8.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas a imediatamente após o julgamento das propostas, conforme justificativa constante do processo SEI 0016576-27.2021.4.01.8000.

## 9. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

## 9.1. Microcomputador Tipo I

## 9.1.1. Processador:

9.1.1.1. Referência processadores Intel Core i7 ou AMD Ryzen Pro 8000 Series;

9.1.1.2. Deverá possuir, no mínimo, 16 núcleos físicos e 24 threads, com chip gráfico integrado (Intel) ou 8 núcleos físicos e 16 threads (AMD) com chip gráfico integrado;

9.1.1.3. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;

9.1.1.4. Controlador de memória DDR5 integrado;

9.1.1.5. Apenas serão aceitos processadores de última ou penúltima geração;

9.1.1.6. Possuir, no mínimo, 30 MB de cache (Intel) ou 16 MB de cache L3 (AMD);

9.1.1.7. O processador deverá possuir tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (processadores de AMD);

## 9.1.2. Memória:

9.1.2.1. Deverá possuir, no mínimo, 64 GB de memória RAM DDR5, com taxa de transferência, no mínimo, de 4400 MHz;

9.1.2.2. Deve suportar a tecnologia Dual Channel;

9.1.2.3. Possuir, no mínimo, 4 slots para memórias do tipo DDR5, permitindo expansão para, no máximo, 128 GB;

9.1.2.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido em nenhum de seus termos devido à realização de expansões previstas nesta especificação;

## 9.1.3. Placa-Mãe

9.1.3.1. Fabricação própria e exclusiva do modelo ofertado, do mesmo fabricante do equipamento. Não serão aceitas personalizações;

## 9.1.4. Interfaces e dispositivos integrados à placa principal

9.1.4.1. Após a instalação do mouse e do teclado, deverá possuir no mínimo 8 interfaces USB livres;

9.1.4.1.1. Não serão aceitas adaptações;

9.1.4.2. Pelo menos 2 das portas USB devem ser compatíveis com o padrão USB 3.2 ou superior, não sendo unidades hub, placas ou adaptadores;

9.1.4.3. No mínimo, 1 porta deverá ser no padrão USB-C 3.0 ou superior, sendo esta localizada na parte frontal;

9.1.4.4. No mínimo, uma porta USB onerada, sendo no padrão tipo A ou C;

9.1.4.5. Interface de rede Ethernet (Gigabit), com pelo menos 1 conector RJ-45, suportando o modo de operação Full Duplex, auto-sense, integrada à placa-mãe, possuindo WOL (Wake On LAN), totalmente compatível com o padrão Ethernet IEEE;

9.1.4.6. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou estendida da área de trabalho;

9.1.4.7. O microcomputador deve possuir a tecnologia modular de plataforma confiável (TPM), versão 2.0 ou superior;

9.1.4.8. Deverá possuir uma (uma) interface de rede wireless padrão Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E);

## 9.1.5. Armazenamento

9.1.5.1. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) unidade de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive) padrão NVMe com capacidade de 1 TB, utilizando a interface PCIe 4.0;

9.1.5.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 3.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo 2.300 MB/s;

9.1.5.3. Deverá possuir tecnologia TLC, MLC ou superior;

## 9.1.6. Teclado

69



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL 1.10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigetec.mf.gov.br/legisla/publicar/app/validarDoc?n=30054200-696>

ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 1.6.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT2 membrana; O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT2;
- 1.6.2. Deverá possuir ajuste de inclinação;
- 1.6.3. Os LEDs indicativos devem ser individualizados e devem possibilitar a identificação sem equívoco de qual LED está aceso;
- 1.6.4. LED indicador de teclado numérico habilitado e LED indicador de tecla Caps Lock (PRESSION);
- 1.6.5. Teclado da memória predominante do gabinete (CPU);
- 1.6.6. Padrão USB;
- 1.6.7. O teclado fornecido deverá ser da mesma marca/fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 1.7. Controladora de vídeo
- 1.7.1. Deverá suportar resolução de, no mínimo, 1920 x 1080 (FullHD);
- 1.7.2. Deverá atender ao padrão DIRECTX 12 ou superior;
- 1.7.3. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou extensão da área de trabalho;
- 1.7.3.1. As saídas deverão ser do tipo HDMI 1.4 ou superior ou DisplayPort 1.4 ou superior;
- 1.8. UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)
- 1.8.1. Deve ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos (copyright) sobre a UEFI, em que não serão aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- 1.8.2. Deve fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema por meio de menus e opções visuais;
- 1.8.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 1.8.4. Deve estar em conformidade com a especificação UEFI 800-147, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da UEFI antes de passar para ela o controle de execução;
- 1.8.5. Controle de permissões de acesso por meio de senhas, em que, uma para inicializar o equipamento, uma para os recursos de gestão e outra para alteração das configurações da UEFI (supervisor);
- 1.8.6. Deve permitir atualização de firmware, tanto localmente quanto remotamente, para garantir que o sistema esteja sempre atualizado com as últimas correções de segurança e melhorias;
- 1.8.7. Deve ser capaz de detectar e suportar corretamente os dispositivos de hardware instalados no sistema, além de carregar os drivers necessários durante o processo de inicialização;
- 1.8.8. Deve suportar a inicialização a partir de unidades de estado sólido (SSDs) e outros dispositivos de armazenamento, oferecendo opções de boot flexíveis e personalizáveis;
- 1.8.9. Deve permitir personalização das configurações do sistema, como ordem de inicialização, configurações de energia e ajustes avançados;
- 1.8.10. Deve possuir mecanismo, em hardware e/ou software, independente do sistema operacional, que assegure recuperação da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados;
- 1.8.11. Deverá ser gravado em campo próprio da BIOS o número do patrimônio do equipamento (Asset Tag), consultável via "WMI Query" (systembiosquery get 344biosassettag);
- 1.9. Mouse
- 1.9.1. Possuir 2 botões na parte superior, para manuseio com os dedos indicador e médio;
- 1.9.2. Deverá ser ambidiestro (alétrico), permitindo o uso adequado por pessoas destros e canhotos;
- 1.9.3. Deverá possuir tecnologia óptica de, no mínimo, 1.000 dpi (pontos por polegadas);
- 1.9.4. Possuir pelo menos 3 botões em função scroll;
- 1.9.5. Conexão USB com fio, sem uso de adaptadores;
- 1.9.6. Deverá acompanhar mousepad com apoio para o pulso, base antiderrapante e que permita o perfeito funcionamento do mouse especificado;



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL 1.10650 / CIBS -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-626 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigetec.mt.gov.br/bolsa/publicar/app/validarDoc?n=30054200-626>

## ANEXO PRÉDUI

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 1.9.7. Deverá possuir a mesma tonalidade do gabinete (cor);
- 1.9.8. O mouse fornecido deverá ser da mesma marca e/ou fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 1.10. Gabinete e fonte:
- 1.10.1. Com, no mínimo, categoria selo 80 Plus Gold;
- 1.10.2. Comprovar a eficiência energética (Energy Star ou equivalente) do equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idôneo emitido por instituições públicas ou privadas;
- 1.10.3. Com, no mínimo, 200 W de potência;
- 1.10.4. O volume total do gabinete não poderá ultrapassar 22 litros; A capacidade em litros é medida por intermédio da multiplicação de (A x L x P);
- 1.10.5. A potência nominal máxima deve ser capaz de suportar 1000s os dispositivos internos na configuração mínima do microcomputador especificado no Item 1 destas especificações técnicas;
- 1.10.6. Com baixo ruído;
- 1.10.7. Alimentação elétrica bivolt 110V/220V automática;
- 1.10.8. Possuir, no mínimo, 1 (um) alto falante interno de pelo menos 1 (um) Watt de potência, compatível com o controlador de som do equipamento;
- 1.10.9. Possuir sistema para ato de cadeado ou fechadura, para controle de acesso ao interior do gabinete, em que não sejam utilizadas adaptações no gabinete;
- 1.10.10. Possuir sistema anelante que impeça o acesso aos componentes internos, bem como tráfego para fixação de cadeado;
- 1.10.11. Possuir sensor de intrusão que permita permissão posterior auditiva;
- 1.10.12. Possuir "pé" ou "suporte" de borracha antiderrapante;
- 1.10.13. Capaz de suportar a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento;
- 1.11. Sistema Operacional
- 1.11.1. Cada equipamento deverá vir previamente instalado e licenciado com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, em português (Brasil), configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;
- 1.11.2. Os equipamentos devem ser entregues customizados com a imagem padrão do CONTRATANTE, com o Windows 11 Professional 64bit ou superior, em português (Brasil) e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectiva configuração;
- 1.11.3. Deverão ser fornecidas, por local de entrega, 3 (três) mídias de instalação/restauração do Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, em português (Brasil), ou uma mídia para cada equipamento, se a quantidade de equipamentos adquiridos pelo local for menor que 3;
- 1.11.4. Por mídia de instalação/restauração, entende-se o Sistema Operacional customizado em imagem ISO gravado em pendrive;
- 1.11.5. Soluções de restauração em partição dentro do HD não serão aceitas como forma de substituir as mídias mencionadas;
- 1.12. Microfone
- 1.12.1. Função fone de ouvido e função microfone em um único dispositivo;
- 1.12.2. Não deve requerer placa de som no computador;
- 1.12.3. Estéreo, com Tiro/Haste ajustável/fixável, sobre a cabeça;
- 1.12.4. Protetor do ouvido abobadado substituível para ambas as orelhas (baur ouder);
- 1.12.5. Braço do microfone fixável ou rígido com eixo ajustável;
- 1.12.6. Microfone com cancelamento de ruído e bloqueando o barulho do ambiente;
- 1.12.7. Deve oferecer controle de volume e mudo acoplado no próprio cabo;
- 1.12.8. O modo deve ter uma indicação luminosa quando ativado;
- 1.12.9. Falantes: Resposta de frequência: 50Hz a 10KHz; Sensibilidade: mínima de 85 dB;
- 1.12.10. Microfone: Resposta de frequência: 100Hz a 8KHz; Sensibilidade: mínima de -45dB;
- 1.12.11. Cor predominante preta;
- 1.12.12. Único conector USB 2.0 + Tipo A, com partilhado para ambas as funções (fone de ouvido e microfone);



SEPLACAP70545505A

SIGA





**ANEXO PRONAI**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

- 1.12.12.1. Poderá ser oferecido com conector USB-C, desde que fornecido com o adaptador para USB-A, homologado pelo fabricante do hardware;
- 1.12.13. Drivers disponível para Windows 10 e 11 - 64 bits;
- 1.13. Responsabilidade Ambiental
- 1.13.1. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;
- 1.13.2. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pelo diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), níquel hexavalente (Hex-Cr), bisfenóis polibromados (PBBs) e éteres difenil éteres (PFDEs);
- 1.13.3. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente emitido por laboratório reconhecido pelo INMETRO para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- 1.14. Disposições Gerais
- 1.14.1. Serão aceitos equipamentos com características iguais ou superiores às descritas nesta especificação técnica;
- 1.14.2. Será considerado equipamento superior, aquele que possuir configuração e desempenho superior ao equipamento especificado;
- 1.14.3. Cada equipamento deverá ser acompanhado de 1 (um) cadeado;
- 1.14.4. Todos os cadeados deverão ser abertos com chaves;
- 1.14.4.1. Não serão aceitos cadeados baseados em código;
- 1.14.4.2. Todas as "taggedors" deverão ser iguais, podendo ser abertas por qualquer uma das chaves entregues;
- 1.14.5. Deverá ser entregue, no mínimo, 2 chaves por cadeado;
- 1.14.6. O fabricante do equipamento deverá mostrar ser membro da TCG Group comprovada através do link <https://www.comptia.org/membership/member-companies/> em qualquer categoria. Os membros da TCG desenvolvem práticas visando manter a qualidade de todos os componentes produzidos fazendo com que o próprio uso e, ocasionalmente, necessidade de manutenção e a reposição de peças também sejam garantidas;
- 1.14.7. O fabricante, deverá estar aderente ao DMIT (Desktop Management Task Force), comprovado através do site <https://www.dmtf.org/about/dmtf/> ou UEFI 9.0. Esta comprovação visa garantir que o equipamento atenda aos padrões para melhorar a gestão interoperável das tecnologias de informação;
- 1.14.8. O equipamento deverá ser compatível e superior a tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (item 1.1.7).

**2. Microcomputador Tipo II**

- 2.1. Processador
- 2.1.1. Referência processadores Intel Core i7 ou AMD Ryzen PRO 8000 Series;
- 2.1.2. Deverá possuir no mínimo 16 núcleos físicos e 24 threads (Intel) ou 8 núcleos físicos e 16 threads (AMD);
- 2.1.3. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;
- 2.1.4. Controlador de memória DDR5 integrado;
- 2.1.5. Apenas serão aceitos processadores de última ou penúltima geração;
- 2.1.6. Possuir, no mínimo, 30 MB de cache (Intel) ou 16 MB de cache L3 (AMD);
- 2.1.7. O processador deverá possuir tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (processadores da AMD);
- 2.2. Memória
- 2.2.1. Deverá possuir, no mínimo, 32 GB de memória RAM DDR5 com frequência de 4800 MHz;
- 2.2.2. Deve suportar a tecnologia Dual Channel;
- 2.2.3. Possuir, no mínimo, 4 slots para memória do tipo DDR5, permitindo expansão para, no mínimo, 64 GB;



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL 1 10650 / CISE -  
 01/09/2025 às 15:28:41  
 Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em:  
<https://www.sigetec.mt.gov.br/sigetec/publico/app/validarDoc?n=30054200-696>

ANEXO 000001  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 2.2.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido em nenhum de seus termos devido à realização de expansões previstas nesta especificação.
- 2.3. **Rack-MSE:**
- 2.3.1. Fabricação própria e exclusiva de modelo ofertado, do mesmo fabricante do equipamento;
- 2.3.1.1. Não serão aceitas personalizações;
- 2.4. **Interfaces e dispositivos integrados à placa principal:**
- 2.4.1. Após a instalação do mouse e do teclado, deverá possuir no mínimo 6 interfaces USB frontais;
- 2.4.1.1. Não serão aceitos adaptadores;
- 2.4.2. Pelo menos 2 das portas USB devem ser compatíveis com o padrão USB 3.2 ou superior, não sendo utilizadas hubs, placas ou adaptadores;
- 2.4.3. No mínimo, 1 porta deverá ser ao padrão USB-C 3.0 ou superior, sendo uma localizada na parte frontal;
- 2.4.4. No mínimo, uma porta USB integrada, sendo ao padrão tipo A ou C;
- 2.4.5. Interface de rede Ethernet Gigabit, com pelo menos 1 conector RJ-45, suportando o modo de operação Full Duplex, auto-sense, integrada à placa mãe, possuindo WOL (Wake On LAN), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE;
- 2.4.6. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou estendido da área de trabalho;
- 2.4.7. O microcomputador deve possuir a tecnologia Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior;
- 2.4.8. Deverá possuir uma (uma) interface de rede wireless padrão Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E);
- 2.5. **Armazenamento:**
- 2.5.1. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) unidade de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive) padrão NVMe com capacidade de, no mínimo, 500GB, utilizando a interface PCIe 4.0;
- 2.5.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 3.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo, 2.100 MB/s;
- 2.5.3. Deverá possuir tecnologia TLC, MLC ou superior;
- 2.6. **Teclado:**
- 2.6.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ANSI2 membrana; O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT2;
- 2.6.2. Deverá possuir ajuste de inclinação;
- 2.6.3. Os LEDs indicativos devem ser individualizados e devem possibilitar a identificação sem equívocos de qual LED está ativado;
- 2.6.4. LED indicador de teclado mantém habilitado o LED indicador de tecla Caps Lock pressionada;
- 2.6.5. Teclado de mesma cor predominante do gabinete (GPU);
- 2.6.6. Padrão USB;
- 2.6.7. O teclado fornecido deverá ser da mesma marca/fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 2.7. **Controladora de vídeo com GPU:**
- 2.7.1. GPU com, no mínimo, 1.800 núcleos;
- 2.7.2. Memória, no mínimo, 32 GB padrão GDDR6 ou superior;
- 2.7.3. Superior, no mínimo, 3 monitores;
- 2.7.4. Deverá possuir, no mínimo, 3 portas do tipo HDMI ou DisplayPort, para conexão de monitores e projetores;
- 2.7.4.1. Caso a interface seja de tipo mini DisplayPort ou mini HDMI, deverá ser fornecido adaptador do próprio fabricante Mini DisplayPort para DisplayPort ou HDMI;
- 2.7.5. A Placa de Vídeo deverá ser da linha "Profissional";
- 2.8. **UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)**
- 2.8.1. Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos copyright sobre a UEFI, em que não serão aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;



ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 2.8.2. Deve fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema por meio de menus e opções visuais;
- 2.8.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 2.8.4. Deve estar em conformidade com a norma NIST 800-147, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da UEFI antes de passar para ela o controle da execução;
- 2.8.5. Controle de permissões de acesso por meio de senhas, em que, uma para inicializar o equipamento, uma para os recursos de gestão e outra para alteração das configurações da UEFI (supervisor);
- 2.8.6. Deve permitir atualizações de firmware, tanto localmente quanto remotamente, para garantir que o sistema esteja sempre atualizado com as últimas correções de segurança e melhorias;
- 2.8.7. Deve ser capaz de detectar e suportar constantemente os dispositivos de hardware instalados no sistema, além de carregar os drivers necessários durante o processo de inicialização;
- 2.8.8. Deve suportar a inicialização a partir de unidades de estado sólido (SSDs) e outros dispositivos de armazenamento, oferecendo opções de boot flexíveis e personalizáveis;
- 2.8.9. Deve permitir personalização das configurações do sistema, como ordem de inicialização, configurações de energia e ajustes avançados;
- 2.8.10. Deve possuir mecanismo, em hardware e/ou software, independente do sistema operacional, que execute recuperação da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados;
- 2.8.11. Deverá ser gravado em campo próprio da BIOS o número de patrimônio do equipamento (Asset Tag), consultável via "fwinfo" (SystemInfoAssetTag) (SystemInfoAssetTag);
- 2.9. Mouse
- 2.9.1. Deverá ser de alto desempenho;
- 2.9.2. Possuir, no mínimo, 4 (quatro) botões, para manuseio com os dedos indicador e médio;
- 2.9.3. Possuir pelo menos 1 (um) botão com a função scroll, que permita ser clicado;
- 2.9.4. Deverá ser ambidestro (sinistral), permitindo o uso adequado por pessoas destros e canhotos;
- 2.9.5. Deverá ser ergonômico, com qualidade para edição, precisão e suavidade para trabalhos;
- 2.9.6. Deverá possuir sensor óptico com resolução de, no mínimo, 1.600 DPI (ativo);
- 2.9.7. Deverá ter conexão USB com fio, sem uso de adaptadores;
- 2.9.8. Deverá acompanhar mouse pad, com apoio para o pulso, base anti-derapante e que permita o perfeito funcionamento do mouse especificado;
- 2.9.9. Deverá possuir a mesma cor do gabinete ou ser fornecido na cor preta;
- 2.9.10. O mouse fornecido deverá ser da mesma marca e/ou fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 2.10. Gabinete e Fonte
- 2.10.1. Alimentação elétrica, nível 130V/220V automático;
- 2.10.2. Bico rápido;
- 2.10.3. Com, no mínimo, categoria nível 80 Plus Gold;
- 2.10.4. Comprovar a eficiência energética (Energy Star ou equivalente) de equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idêneo emitido por instituições públicas ou privadas;
- 2.10.5. Com, no mínimo, 500 W de potência real;
- 2.10.6. A potência nominal máxima deve ser capaz de suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima do microcomputador especificado no Item 2 das especificações técnicas;
- 2.10.7. O volume total do gabinete não poderá ultrapassar 39 litros; a capacidade em litros é medida por intermédio da multiplicação de (A x L x P);
- 2.10.8. Possuir no mínimo 1 (um) alto falante interno de pelo menos 1 (um) Watt de potência, compatível com o controlador de som do equipamento;
- 2.10.9. Possuir sistema para uso do cadeado na fechadura para controle de acesso ao interior do gabinete, não sendo utilizadas adaptações no mesmo;



**ANEXO PRECATORIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

- 2.10.10. Passar sensor de intrusão que gere log para posterior auditoria;
- 2.10.11. Passar "pelo" ou "suporte" de borracha antiderrapante;
- 2.10.12. Capas de suporte a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento;
- 2.11. Sistema Operacional
- 2.11.1. Cada equipamento deverá vir previamente instalado e licenciado com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, em português (Brasil), configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;
- 2.11.2. Os equipamentos deverão ser entregues customizados com a imagem padrão do CONTRATANTE com o Windows 11 Professional 64bit, em português (Brasil), e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectiva configuração;
- 2.11.3. Deverão ser fornecidos, por local de entrega, 3 (três) mídias de instalação/restauração do Microsoft Windows 11 Professional 64 bits ou superior, em português (Brasil), ou uma mídia para cada equipamento, se a quantidade de equipamentos adquiridos pelo local for menor que 3;
- 2.11.4. Por mídia de instalação/restauração, entende-se o Sistema Operacional customizado em imagem ISO gravado em pendrive;
- 2.11.5. Soluções de restauração em partição dentro do HD são serão aceitas como forma de substituir as mídias mencionadas;
- 2.12. Headset
- 2.12.1. Função fone de ouvido e função microfone em um único dispositivo;
- 2.12.2. Não deve requerer placa de som no computador;
- 2.12.3. Estéreo, com Tira/Mastro ajustável/teleguê, sobre a cabeça;
- 2.12.4. Protetor de ouvido almofadado substituível para ambas as orelhas (binaurais);
- 2.12.5. Braço do microfone flexível ou rígido com eixo ajustável;
- 2.12.6. Microfone com cancelamento de ruído e o bloqueando o barulho do ambiente;
- 2.12.7. Deve oferecer controle de volume e muito acoplado no próprio cabo;
- 2.12.8. O mudo deve ter uma indicação luminosa quando acionado;
- 2.12.9. Faixa de Resposta de frequência: 50Hz a 10KHz; Sensibilidade: mínima de 85 dB;
- 2.12.10. Microfone Resposta de frequência: 100Hz a 8KHz; Sensibilidade: mínima de -55dB;
- 2.12.11. Cor predominantemente preta;
- 2.12.12. Único conector USB 2.0 – Tipo A, compartilhado para ambas as funções (fone de ouvido e microfone);
- 2.12.12.1. Poderá ser oferecido com conector USB-C, desde que fornecido com o adaptador para USB-A, homologado pelo fabricante do headset;
- 2.12.13. Drivers disponíveis para Windows 10 e 11 - 64 bits;
- 2.13. Responsabilidade Ambiental
- 2.13.1. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;
- 2.13.2. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (hex-Cr), bifenilos polibromados (PBB) e éteres difenil polibromados (PBDEs);
- 2.13.3. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente emitida por laboratório reconhecido pelo INMETRO para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- 2.14. Disposições Gerais
- 2.14.1. Serão aceitos equipamentos com características iguais ou superiores às descritas nesta especificação técnica;
- 2.14.2. Será considerado equipamento superior, aquele que possuir configuração e desempenho superior ao equipamento especificado;
- 2.14.3. Cada equipamento deverá ser acompanhado de 1 (um) manual;
- 2.14.4. Todos os cadeados deverão ser abertos com chaves;



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10050 / CISE -  
 01/09/2025 às 15:28:41  
 Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigapetro.mf.gov.br/sigapetro/public/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

2.14.4.1. Não serão aceitos cadastros baseados em código;  
2.14.4.2. Todos os "taggers" deverão ser iguais, podendo ser abertos por qualquer uma das chaves entregues;  
2.14.5. Deverá ser entregue, no mínimo, 2 chaves por cadastro;  
2.14.6. O fabricante do equipamento deverá mostrar ser membro da TCG Group (certificado através do link <https://trustcomputinggroup.org/membership/member-companies/>) em qualquer categoria. Os membros da TCG desenvolvem práticas visando manter a qualidade de todos os componentes produzidos fazendo com que o próprio uso e, ocasionalmente, necessidade de manutenção e a reposição de peças também sejam garantidas;  
2.14.7. O fabricante deverá estar aderente ao DMTT (Desktop Management Task Force), comprovado através do site (<https://www.dmtt.org/about/tdf/>) ou DMT 9.0. Esta comprovação visa garantir que o equipamento atenda aos padrões para melhorar a gestão interoperável das tecnologias de informação;  
2.14.8. O equipamento como um todo deve ser compatível e suportar a tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (item 2.1.7);

**5. Microcomputador Tipo III**

5.1. Processador

5.1.1. Referência processadores Intel Core i7 ou AMD Ryzen PRO 8000 Series;  
5.1.2. Deverá possuir no mínimo 36 núcleos físicos e 24 threads com vídeo integrado (Intel) ou 8 núcleos físico e 16 threads com vídeo integrado (AMD);  
5.1.3. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;  
5.1.4. Controlador de memória DDR5 integrado;  
5.1.5. Possuir, no mínimo, 30 MB de cache (Intel) ou 16 MB de cache L3 (AMD);  
5.1.6. Apenas serão aceitos processadores de última ou penúltima geração;  
5.1.7. O processador deverá possuir tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (processadores de AMD);

5.2. Memória

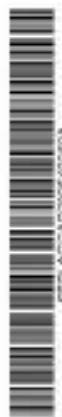
5.2.1. Deverá possuir no mínimo 32 GB de memória RAM DDR5, com barramento de 4800 MHz;  
5.2.2. Deve suportar a tecnologia Dual Channel;  
5.2.3. Possuir, no mínimo, 2 slots para memórias do tipo DDR5, de modo a permitir expansão para, no mínimo, 64 GB;  
5.2.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido em nenhum de seus termos devido à realização de expansões previstas nesta especificação;

5.3. Placa Mãe

5.3.1. Fabricação própria e exclusiva de modelo ofertado, do mesmo fabricante do equipamento; não serão aceitas personalizações;

5.4. Interfaces e dispositivos integrados à placa principal

5.4.1. Após a instalação do mouse e do teclado, deverá possuir no mínimo 3 interfaces USB fronto;  
5.4.1.1. Não serão aceitos adaptadores;  
5.4.2. Pelo menos 2 das portas USB devem ser compatíveis com o padrão USB 3.2 ou superior, não sendo utilizadas hubs, placas ou adaptadores;  
5.4.3. No mínimo, 1 porta deverá ser do padrão USB-C 3.0 ou superior, sendo uma localizada na parte frontal;  
5.4.4. No mínimo, uma porta USB energizada, sendo no padrão tipo A ou C;  
5.4.5. Interface de rede Ethernet Gigabit, com pelo menos 1 conector RJ-45, suportando o modo de operação Full Duplex, auto-sense, integrada à placa mãe, possuindo WOL (Wake On LAN), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE;  
5.4.6. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 1 (um) monitor(s) simultaneamente, cópia de imagem duplicada ou estendido da área de trabalho;  
5.4.7. O microcomputador deve possuir a tecnologia Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior;



SEPLACAP70545850A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/public/app/validarDoc?c=30054200-696>

**ANEXO 1**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

- 3.4.8. Deverá possuir uma (1) [uma] interface de rede wireless padrão Wi-Fi 802.11ac (Wi-Fi 6 e 6E).
- 3.5. Armazenamento
- 3.5.1. Deverá possuir, no mínimo, 1 unidade de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive) padrão NVMe com capacidade de 500 GB, utilizando a interface PCIe 4.0;
- 3.5.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 3.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo, 2.100 MB/s;
- 3.5.3. Deverá possuir tecnologia TLC, MLC ou superior;
- 3.6. Teclado
- 3.6.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT2 brasileira; O equipamento deverá funcionar constantemente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT2;
- 3.6.2. Deverá possuir ajuste de iluminação;
- 3.6.3. Os LEDs indicativos devem ser individualizados e devem possibilitar a identificação sobre a qual LED está ativado;
- 3.6.4. LED indicador de teclado numérico habilitado e LED indicador de tecla Caps Lock pressionada;
- 3.6.5. Teclado da mesma cor predominante do gabinete (CPU);
- 3.6.6. Padrão USB;
- 3.6.7. O teclado fornecido deverá ser da mesma marca/fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 3.7. Controladora de vídeo
- 3.7.1. Deverá suportar resolução de, no mínimo, 1920 x 1080 (Full HD);
- 3.7.2. Deverá atender ao padrão DIRECTX 42 ou superior;
- 3.7.3. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou extensão da área de trabalho;
- 3.7.3.1. As portas deverão ser de tipo HDMI 2.0 ou superior ou DisplayPort 1.4 ou superior;
- 3.7.3.2. A CONTRATADA poderá fornecer adaptadores de HDMI para DisplayPort ou vice-versa, desde que estes não limitem os recursos exigidos no item anterior;
- 3.8. UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)
- 3.8.1. Deve ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos copyright sobre a UEFI, em que não serão usadas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- 3.8.2. Deve fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema por meio de menus e opções visuais;
- 3.8.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 3.8.4. Deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-547, baseado nos padrões do mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da UEFI antes de passar para ela o controle de execução;
- 3.8.5. Controle de permissões de acesso por meio de senhas, em que, uma para inicializar o equipamento, uma para as tarefas de gestão e outra para alteração das configurações da UEFI (superávia);
- 3.8.6. Deve permitir atualizações de firmware, tanto localmente quanto remotamente, para garantir que o sistema esteja sempre atualizado com as últimas correções de segurança e melhorias;
- 3.8.7. Deve ser capaz de detectar e suportar corretamente os dispositivos de hardware instalados no sistema, além de carregar os drivers necessários durante o processo de inicialização;
- 3.8.8. Deve suportar a inicialização a partir de unidades de estado sólido (SSDs) e outros dispositivos de armazenamento, oferecendo opções de boot flexíveis e personalizáveis;
- 3.8.9. Deve permitir personalização das configurações do sistema, como ordem de inicialização, configurações de energia e ajustes avançados;
- 3.8.10. Deve possuir mecanismo, em hardware e/ou software, independente do sistema operacional, que execute recuperação da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados.



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento RP: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapto.mf.gov.br/legisla/publico/app/autenticar?e=30054200-696>



## ANEXO PRÉDUI

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 1.8.11. Deverá ser gravado em campo próprio do BIOS o número do patrimônio do equipamento (Asset Tag, consultável via "WMIC Query") (SystemInfo.exe get SMbiosAssetTag);
- 3.9. Mouse
- 3.9.1. Possuir 2 botões na parte superior, para manuseio com os dedos indicador e médio;
- 3.9.2. Deverá ter ambidestro (simétrico), permitindo o uso adequado por pessoas destros e canhotos;
- 3.9.3. Deverá possuir tecnologia óptica de, no mínimo, 3000 dpi (pontos por polegada);
- 3.9.4. Possuir pelo menos 1 botão com a função scroll;
- 3.9.5. Conexão USB com fio, sem uso de adaptadores;
- 3.9.6. Deverá acompanhar mouse pad com apoio para o pulso, base antiderrapante e que permita o perfeito funcionamento do mouse especificado;
- 3.9.7. Deverá possuir a mesma cor da cor do gabinete (cor);
- 3.9.8. O mouse fornecido deverá ser da mesma marca e/ou fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 3.10. Gabinete e Fonte
- 3.10.1. Baixo ruído;
- 3.10.2. Comprovar a eficiência energética (Energy Star) ou equivalente) de equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idêntico emitido por instituições públicas ou privadas;
- 3.10.3. A potência nominal máxima deve ser capaz de suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima do microcomputador especificado no item 3 destas especificações técnicas;
- 3.10.4. O volume total do gabinete não poderá ultrapassar 14 litros; A capacidade em litros é medida por intermédio da multiplicação de (A x B x C);
- 3.10.5. Possuir no mínimo 1 (um) alto falante interno de pelo menos 1 (um) Watt de potência, compatível com a controladora de som do equipamento;
- 3.10.6. Possuir ventilação na parte frontal e traseira;
- 3.10.7. Possuir botão liga/desliga na parte frontal do gabinete;
- 3.10.8. Possuir luzes de indicação na parte frontal do equipamento, um para indicar que o equipamento está ligado e o outro para indicar a atividade do disco rígido;
- 3.10.9. Possuir sensor de intrusão que gere alarme para posterior auditoria, passível de obtenção via protocolo SNMP ou superior;
- 3.10.10. Possuir "pés" ou "suportes" de borracha antiderrapante;
- 3.10.11. Capaz de suportar a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento;
- 3.10.12. Possuir sistema de refrigeração dimensionado para perfeito refrigeração do processador e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes, considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado;
- 3.10.13. Possuir sistema para uso de cadeado ou fechadura para controle de acesso ao interior do gabinete, não sendo utilizadas adaptações no mesmo;
- 3.10.14. Possuir sistema anti-furto que impede o acesso aos componentes internos e crítico para fixação de cadeado do tipo Kensington;
- 3.11. Sistema Operacional
- 3.11.1. Cada equipamento deverá ser previamente instalado e licenciado com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Profissional 64 bits ou superior, em português (Brasil), configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;
- 3.11.2. Os equipamentos devem ser entregues customizados com a imagem padrão do CONTRATANTE com o Windows 11 Profissional 64 bits ou superior, em português (Brasil), e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectiva configuração;
- 3.11.3. Deverão ser fornecidos, por local de entrega, 3 (três) mídias de instalação/restauração do Microsoft Windows 11 Profissional 64 bits ou superior, em português (Brasil), ou uma mídia para cada equipamento, se a quantidade de equipamentos adquiridos por local for maior que 3;



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/buagapublico/app/validarDoc?n=30054200-696>



ARTIGO 1º  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 3.11.4. Permissão de instalação/restauração, entende-se o Sistema Operacional customizado em imagem ISO gravado em pen-drive;
- 3.11.5. Soluções de restauração em partição dentro do HD não serão aceitas como forma de substituir as mídias mencionadas;
- 3.12. Headset
- 3.12.1. Função fone de ouvido e função microfone em um único dispositivo;
- 3.12.2. Não deve requerer placa de som no computador;
- 3.12.3. Estéreo, com Tira/Haste ajustável/Regulável, sobre o cabeço;
- 3.12.4. Protetor do ouvido almofadado substituível para ambas as orelhas (bauricular);
- 3.12.5. Braço do microfone fixável ou rígido com eixo ajustável;
- 3.12.6. Microfone com cancelamento de ruído e bloqueando o barulho do ambiente;
- 3.12.7. Deve oferecer controle de volume e modo acoplado no próprio cabo;
- 3.12.8. O modo deve ter uma indicação luminosa quando acionado;
- 3.12.9. Faixas: Resposta de frequência: 50Hz a 10KHz; Sensibilidade: mínima de 85 dB;
- 3.12.10. Microfone Resposta de frequência: 100Hz a 5KHz; Sensibilidade: mínima de -45dB;
- 3.12.11. Cor predominante preta, branca e/ou rosa;
- 3.12.12. Único conector USB 2.0 – Tipo A, com partição para ambas as funções (fone de ouvido e microfone);
- 3.12.12.1. Poderá ser oferecido com conector USB-C, desde que fornecido com o adaptador para USB-A, homologado pela fabricante do headset;
- 3.12.13. Drivers disponíveis para Windows 10 e 11 - 64 bits;
- 3.13. Responsabilidade Ambiental
- 3.13.1. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;
- 3.13.1. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas aos meio ambiente nas quantidades permitidas pelo dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-Cr), bifenilos polibromados (PBB) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 3.13.1. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente emitida por laboratório reconhecido pelo INMETRO para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- 3.14. Disposições Gerais
- 3.14.1. Serão aceitos equipamentos com características iguais ou superiores às descritas nessa especificação técnica;
- 3.14.2. Será considerado equipamento superior, aquele que possuir configuração e desempenho superior ao equipamento especificado;
- 3.14.3. Cada equipamento deverá ser acompanhado de 1 (um) cabo de aço com trava do padrão Kensington;
- 3.14.4. Todos os cadeados deverão ser abertos com chave;
- 3.14.4.1. Não serão aceitos cadeados baseados em código;
- 3.14.5. Deverá ser entregue, no mínimo, 2 chaves por cadeado;
- 3.14.6. Todos os "segredos" deverão ser iguais, podendo ser abertos por qualquer uma das chaves entregues;
- 3.14.7. O fabricante do equipamento deverá mostrar ser membro do TCG Group comprovado através do link <https://trustcomputinggroup.org/membership/member-companies/> em qualquer categoria. Os membros do TCG desenvolvem práticas visando manter a qualidade de todos os componentes produzidos fazendo com que o próprio uso e, ocasionalmente, necessidade de manutenção e a reposição de peças também sejam garantidas;
- 3.14.8. O fabricante deverá estar aderente ao DMTF (Desktop Management Task force), comprovado através do site <https://www.dmtf.org/about/dmtf/> ou UEFI 9.0. Esta comprovação visa garantir que o equipamento atenda aos padrões para manter a gestão interoperável das tecnologias de informação;

70



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigetec.mt.gov.br/sigetec/publicapp/validarDoc?n=30054200-696>

ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

3.1.4.5. O equipamento deverá ser compatível e superior a tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (Item 3.1.3).

**4. Microcomputador Tipo IV**

**4.1. Processador**

- 4.1.1. Referência processadores Intel Core i5 ou AMD Ryzen PRO 8000 Série;
- 4.1.2. Deverá possuir no mínimo 34 núcleos físicos e 70 threads com vídeo integrado (Intel) ou 8 núcleos físicos e 32 threads com vídeo integrado (AMD);
- 4.1.3. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;
- 4.1.4. Controlador de memória DDR5 integrado;
- 4.1.5. Possuir no mínimo 24 MB de cache (Intel) ou 16 MB de cache L3 (AMD);
- 4.1.6. Apenas serão aceitos processadores de última ou penúltima geração;
- 4.1.7. O processador deverá possuir tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (processadores da AMD).

**4.2. Memória**

- 4.2.1. Deverá possuir no mínimo 32 GB de memória RAM DDR5, com frequência de 4400 MHz;
- 4.2.2. Deve suportar a tecnologia Dual Channel;
- 4.2.3. Possuir, no mínimo, 2 slots para memória do tipo DDR5, de modo a permitir expansão para, no mínimo, 32 GB;
- 4.2.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido em nenhum de seus termos devido à realização de expansões previstas nesta especificação.

**4.3. Placa Mãe**

- 4.3.1. Fabricação própria e exclusiva do modelo ofertado, do mesmo fabricante do equipamento;
- 4.3.1.1. Não serão aceitas personalizações;
- 4.4. Interfaces e dispositivos integrados à placa principal
  - 4.4.1. Após a instalação do mouse e do teclado, deverá possuir no mínimo 3 interfaces USB livres;
  - 4.4.1.1. Não serão aceitos adaptadores;
  - 4.4.2. Pelo menos 2 das portas USB devem ser compatíveis com o padrão USB 3.2 ou superior, não sendo utilizados hubs, placas ou adaptadores;
  - 4.4.3. No mínimo, 1 porta deverá ser do padrão USB-C 3.0 ou superior, sendo uma localizada na parte frontal;
  - 4.4.4. No mínimo, uma porta USB4 energizada, sendo no padrão tipo A ou C;
  - 4.4.5. Interface de rede Ethernet Gigabit, com pelo menos 1 conector RJ-45, suportando o modo de operação Full Duplex, auto-sense, integrada à placa-mãe, possuindo WOL (Wake On LAN), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE;
  - 4.4.6. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou estendida da área de trabalho;
  - 4.4.7. O microcomputador deve possuir a tecnologia Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior;
  - 4.4.8. Deverá possuir uma (1) (uma) interface de rede wireless padrão Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e superior).
- 4.5. Armazenamento
  - 4.5.1. Deverá possuir, no mínimo, 1 unidade de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive) padrão NVMe com capacidade de 500 GB, utilizando a interface PCIe 4.0;
  - 4.5.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 5.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo, 2.100 MB/s;
  - 4.5.3. O equipamento deverá estar apto a receber uma unidade M.2 NVMe PCIe Gen 4 para expansão de armazenamento, sem que seja necessário qualquer adaptadores, bolas ou cabos. A referida unidade de armazenamento não precisará ser fornecida pelo licitante;
  - 4.5.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido em nenhum de seus termos devido à realização de expansões previstas nesta especificação;
  - 4.5.4. Deverá possuir tecnologia T.C. M.C ou superior;
- 4.6. Teclado



SEPLAC/PR/2025/0004

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-626 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigaprotm.gov.br/legisla/publicar/app/validarDoc?e=30054200-626>

ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 4.6.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT2 membrana; O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT2;
- 4.6.2. Deverá possuir ajuste de inclinação;
- 4.6.3. Os LEDs indicativos devem ser individualizados e devem possibilitar a identificação sem equívoco de qual LED está aceso;
- 4.6.4. LED indicador de teclado numérico habilitado e LED indicador de tecla Caps Lock (PESQUISA);
- 4.6.5. Teclado da numeração predominante do gabinete (CPU);
- 4.6.6. Padão USB;
- 4.6.7. O teclado fornecido deverá ser da mesma marca/fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (evidentemente comprovado);
- 4.7. Controladora de vídeo
- 4.7.1. Deverá suportar resolução de, no mínimo, 1920 x 1080 (FullHD);
- 4.7.2. Deverá atender ao padrão DirectX 12 ou superior;
- 4.7.3. Deverá possuir recursos de hardware e de software para utilização de no mínimo 3 (três) monitores simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou extensão da área de trabalho;
- 4.7.3.1. As saídas deverão ser do tipo HDMI 1.4 ou superior ou DisplayPort 1.4 ou superior;
- 4.7.3.2. A CONTRATADA poderá fornecer adaptadores de HDMI para DisplayPort ou vice-versa, desde que estes não limitem os recursos exigidos no item anterior;
- 4.8. UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)
- 4.8.1. Deve ser disponibilizada pelo mesmo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos copyright sobre o UEFI, em que não serão aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- 4.8.2. Deve fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema por meio de menus e opções visuais;
- 4.8.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 4.8.4. Deve estar em conformidade com a norma NIST 800-54, baseado nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade de UEFI antes de passar para ela o controle de execução;
- 4.8.5. Controle de permissões de acesso por meio de senhas, em que, uma para inicializar o equipamento, uma para os recursos de gestão e outra para alteração das configurações da UEFI (supervisor);
- 4.8.6. Deve permitir atualizações de firmware, tanto localmente quanto remotamente, para garantir que o sistema esteja sempre atualizado com as últimas correções de segurança e melhorias;
- 4.8.7. Deve ser capaz de detectar e suportar corretamente os dispositivos de hardware instalados no sistema, além de carregar os drivers necessários durante o processo de inicialização;
- 4.8.8. Deve suportar a inicialização a partir de unidades de estado sólido (SSDs) e outros dispositivos de armazenamento, oferecendo opções de boot flexíveis e personalizáveis;
- 4.8.9. Deve permitir personalização das configurações do sistema, como ordem de inicialização, configurações de energia e ajustes avançados;
- 4.8.10. Deve possuir mecanismo, em hardware e/ou software, independente do sistema operacional, que realize recuperação da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados;
- 4.8.11. Deverá ser gravado em campo próprio da BIOS o número de patrimônio do equipamento (Asset Tag), consultável via "WMI Queries" (SystemEnclosure.get SMBiosAssetTag);
- 4.9. Mouse
- 4.9.1. Possuir 3 botões na parte superior, para manuseio com os dedos indicador e médio;
- 4.9.2. Deverá ser ambidiestro (simétrico), permitindo o uso adequado por pessoas destras e canhotas;
- 4.9.3. Deverá possuir tecnologia óptica de, no mínimo, 3000 dpi (pontos por polegada);
- 4.9.4. Possuir pelo menos 1 botão com a função scroll;
- 4.9.5. Conexão USB com fio, sem uso de adaptadores;



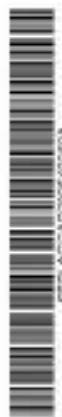
ANEXO 000001  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 4.9.6. Deverá acompanhar mouse pad com apoio para o pulso, base antiderrapante e que permita o perfeito funcionamento do mouse especificado;
- 4.9.7. Deverá possuir a mesma cor da cor do gabinete (cor);
- 4.9.8. O mouse fornecido deverá ser da mesma marca e/ou fabricante do microcomputador ou em regime de ODM (diretamente comprovado).
- 4.10. Gabinete e Fonte
- 4.10.1. Baixo ruído;
- 4.10.2. Comprovar a eficiência energética (Energy Star ou equivalente) de equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idêntico emitido por instituições públicas ou privadas;
- 4.10.3. A potência nominal máxima deve ser capaz de suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima do microcomputador especificado no item 3 destas especificações técnicas;
- 4.10.4. O volume total do gabinete não poderá ultrapassar 1,4 litros. A capacidade em litros é medida por intermédio da multiplicação de (A x L x P);
- 4.10.5. Possuir no mínimo 1 (um) alto falante interno de pelo menos 2 (um) Watt, de potência, compatível com o controlador de som do equipamento;
- 4.10.6. Possuir ventilação na parte frontal e traseira;
- 4.10.7. Possuir botão ligar/desligar na parte frontal do gabinete;
- 4.10.8. Possuir luzes de indicação na parte frontal do equipamento, um para indicar que o equipamento está ligado e o outro para indicar a atividade do disco rígido;
- 4.10.9. Possuir sensor de intrusão que gere log para posterior auditoria, passível de obtenção via protocolo SNMP ou superior;
- 4.10.10. Possuir "pé" ou "suporte" de borracha antiderrapante;
- 4.10.11. Capaz de suportar a configuração completa de acessórios ou componentes do equipamento;
- 4.10.12. Possuir sistema de refrigeração direcionado para perfeita refrigeração do processador e demais componentes internos ao gabinete, para garantir a temperatura de funcionamento e vida útil dos componentes, considerando a operação na capacidade máxima do microprocessador em ambiente não refrigerado;
- 4.10.13. Possuir sistema para uso de cadeado ou fechadura para controle de acesso ao interior do gabinete, não sendo utilizadas adaptações no mesmo;
- 4.10.14. Possuir sistema antifurto que impeça o acesso aos componentes internos e tráfego para fixação de cadeado do tipo Kensington;
- 4.10.15. Deverá ser "Tool-Less" (retirada sem a necessidade de ferramentas) para abertura e retirada de memória, sendo aceita a utilização de parafusos ressaltados. O projeto tool-less deverá ser original do fabricante do equipamento, não sendo aceita nenhum tipo de fraguagem, soldagem em geral, fusão, emprego de adesivos, fitas adesivas ou qualquer outros procedimentos ou emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o equipamento ou suas partes para atender a funcionalidade "Tool-Less";
- 4.10.15.1. Caso seja necessária alguma ferramenta para a retirada/instalação do SSD NVMe que não seja do tipo fenda ou fenda cruzada (phillips), esta deverá ser fornecida na quantidade equivalente a 5% de cada lote solicitado;
- 4.11. Sistema Operacional
- 4.11.1. Cada equipamento deverá vir previamente instalado e licenciado com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Profissional 64 bits ou superior, em português (Brasil), configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;
- 4.11.2. Os equipamentos devem ser entregues customizados com a imagem padrão do CONTRATANTE com o Windows 11 Profissional 64 bits ou superior, em português (Brasil), e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectiva configuração;
- 4.11.3. Deverão ser fornecidos, por local de entrega, 3 (três) mídia de instalação/restauração do Microsoft Windows 11 Profissional 64 bits ou superior, em português (Brasil), ou uma mídia para cada equipamento, se a quantidade de equipamentos adquiridos por local for menor que 3;



**ANEXO 000001  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

- 4.11.4. Por meio de instalação/restauração, entende-se o Sistema Operacional customizado em imagem ISO gravado em pen-drive;
- 4.11.5. Soluções de restauração em partição dentro do HD não serão aceitas como forma de substituir as mídias mencionadas;
- 4.12. Headset
- 4.12.1. Função fone de ouvido e função microfone em um único dispositivo;
- 4.12.2. Não deve requerer placa de som no computador;
- 4.12.3. Estéreo, com Tira/Haste ajustável/Regulável, sobre o cabeço;
- 4.12.4. Protetor do ouvido almofadado substituíveis para ambas as orelhas (bi-auricular);
- 4.12.5. Braço do microfone flexível ou rígido com eixo ajustável;
- 4.12.6. Microfone com cancelamento de ruído e bloqueando o barulho do ambiente;
- 4.12.7. Deve oferecer controle de volume e modo acoplado no próprio cabo;
- 4.12.8. O modo deve ter uma indicação luminosa quando acionado;
- 4.12.9. Faixas: Resposta de frequência: 50Hz a 10KHz; Sensibilidade: mínima de 85 dB;
- 4.12.10. Microfone Resposta de frequência: 100Hz a 5KHz; Sensibilidade: mínima de -45dB;
- 4.12.11. Cor predominante preta;
- 4.12.12. Único conector USB 2.0 - Tipo A, com partilhado para ambas as funções (fone de ouvido e microfone);
- 4.12.13. Poderá ser oferecido com conector USB-C, desde que fornecido com o adaptador para USB-A, homologado pelo fabricante do headset;
- 4.12.14. Drivers disponíveis para Windows 10 e 11 - 64 bits;
- 4.13. Responsabilidade Ambiental
- 4.13.1. Comprovar a eficiência energética do equipamento mediante apresentação de certificado emitido por instituições públicas ou privadas;
- 4.13.2. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas: perfluorados (PFAS), chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-Cr), bisfenóis polibromados (PBB) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 4.13.3. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente emitida por laboratório reconhecido pelo INMETRO para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;
- 4.14. Disposições Gerais
- 4.14.1. Serão aceitos equipamentos com características iguais ou superiores às descritas nessa especificação técnica;
- 4.14.2. Será considerado equipamento superior aquele que possuir configuração e desempenho superior ao equipamento especificado;
- 4.14.3. Cada equipamento deverá ser acompanhado de 1 (um) cabo de aço com trava do padrão Birmingham;
- 4.14.4. Todos os cadeados deverão ser abertos com chaves, não serão aceitos cadeados baseados em código;
- 4.14.4.1. Todos os "segredos" deverão ser iguais, podendo ser abertos por qualquer uma das chaves entregues;
- 4.14.5. Deverá ser entregue, no mínimo, 2 chaves por cadeado;
- 4.14.6. O fabricante do equipamento deverá mostrar ser membro do TCG Group comprovado através do link <https://trustcomputinggroup.org/membership/member-companies/> em qualquer categoria. Os membros do TCG desenvolvem práticas visando manter a qualidade de todos os componentes produzidos fazendo com que o próprio uso e, ocasionalmente, necessidade de manutenção e a reposição de peças também sejam garantidas;
- 4.14.7. O fabricante deverá estar aderente ao DMTF (Desktop Management Task Force), comprovado através do site <https://www.dmtf.org/about/dmf/> ou DMTF 9.0. Esta comprovação visa garantir que o equipamento atenda aos padrões para manter a gestão interpretável das tecnologias de informação;



**ANEXO PRONAI**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

4.1.4.3. O equipamento deverá ser compatível e superior a tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (Item 4.1.3).

**3. Notebook Tipo I**

**3.1. Processador:**

3.1.1. Referência processadores Intel Core i5 ou AMD Ryzen PRO 8000 Series;

3.1.2. Deverá possuir, no mínimo, 10 núcleos físicos e 12 threads, com chip gráfico integrado (Intel) ou 6 núcleos físicos e 12 threads, com chip gráfico integrado (AMD);

3.1.3. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;

3.1.4. Controlador de memória DDR4 integrado;

3.1.5. Apenas serão aceitos processadores de última ou penúltima geração;

3.1.6. Possuir, no mínimo, 12 MB de cache (Intel) ou 16 MB de cache L3 (AMD);

3.1.7. O processador deverá possuir tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (processadores de AMD).

**3.2. Memória**

3.2.1. Deverá possuir, no mínimo, 16 GB de memória RAM DDR4 ou superior, com taxa de transferência, no mínimo, de 2300 MB/s;

3.2.2. Deve suportar a tecnologia Dual Channel;

**3.3. Placa-Mãe**

3.3.1. Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo, não sendo aceito o emprego de placas mãe de livre comercialização no mercado;

3.3.2. Interfaces e dispositivos integrados à placa principal;

3.3.3. Deverá possuir no mínimo 04 (quatro) portas USB, sendo 03 (uma) porta USB energizada e duas do tipo C;

3.3.3.1. Uma porta USB Tipo C deverá ser livre para utilização;

3.3.4. Não será aceito o emprego de hubs, placas e adaptadores para adequação a especificação, a placa-mãe fornecida deverá ser totalmente compatível com o processador ofertado;

3.3.5. Possuir saída HDMI 2.0 ou superior;

3.3.6. Deverá possuir uma 01 (uma) interface de rede wireless padrão Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E);

3.3.7. Interface de rede Ethernet Gigabit, com pelo menos 1 conector RJ-45, suportando o modo de operação Full Duplex, auto-sense, integrada à placa-mãe, possuindo WOL (Wake On Lan), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE;

3.3.8. Interface Bluetooth 5.3 ou superior;

3.3.9. Conectores de entrada de microfone e de saída de fones de ouvido ou porta do tipo combo;

**3.4. Armazenamento:**

3.4.1. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) unidade de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive) padrão NVMe com capacidade de 500 GB, utilizando a interface PCIe x4;

3.4.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 3.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo, 2.100 MB/s;

3.4.3. Deverá possuir tecnologia TLC, NLC ou superior;

**3.5. Tela**

3.5.1. Tela de matriz ativa TFT ou LED, com área mínima de 13 polegadas e máxima de 16 polegadas = "Widescreen";

3.5.2. Com 16 milhões de cores;

3.5.3. Controle de brilho;

3.5.4. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo;

3.5.5. Tratamento antirreflexo;

3.5.6. Possuir resolução Full HD (1920x1080) ou superior;

**3.6. Sistema Operacional**

3.6.1. O equipamento deverá ser fornecido com licença do Sistema Operacional Microsoft® Windows 11 Professional, ou superior, idioma português (Brasil) configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;

75



SEPLACAP70548508A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
 01/09/2025 às 15:28:41  
 Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapto.mf.gov.br/legisla/publica/app/validarDoc?n=30054200-696>



ARTIGO 1º  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 5.6.2. Os equipamentos devem ser entregues customizados com a imagem padrão do CONTRATANTE, com o Windows 11 Profissional 64bit ou superior, em português (Brasil), e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectiva configuração;
- 5.6.3. Deverão ser fornecidas, por local de entrega, 5 (cinco) mídias de instalação/restauração do Microsoft Windows 11 Profissional 64 bit ou superior, em português (Brasil), ou uma mídia para cada equipamento, se a quantidade de equipamentos adquiridos pelo local for menor que 5;
- 5.6.4. Por mídia de instalação/restauração, entende-se o Sistema Operacional customizado em imagem ISO gravado em pendrive;
- 5.6.5. Soluções de restauração em partição dentro do HD são sendo aceitas como forma de substituir as mídias mencionadas;
- 5.7. Alimentação Elétrica e Bateria
- 5.7.1. Adaptador de corrente/tensão com tensão de entrada 110/220 VAC com seleção automática de entrada e tensão de saída compatível com o notebook;
- 5.7.2. Bateria com autonomia mínima de 5 (cinco) horas, em uso normal, considerando o acesso aos dispositivos de armazenamento;
- 5.7.3. Bateria interna com pelo menos 4) Wh de capacidade energética;
- 5.7.4. Fonte de alimentação de no mínimo 65 Watts (60W);
- 5.8. Webcam
- 5.8.1. Webcam FHD, resolução de no mínimo 3080p com infravermelho para uso do Windows Hello;
- 5.8.2. Deverá possuir dispositivo de proteção de privacidade da câmera;
- 5.9. Teclado
- 5.9.1. Teclado com o padrão ABNT 2 de tipo retro iluminado. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT-2;
- 5.9.2. Presença de no mínimo dois teclas de funções (F3-F12) situadas na posição superior do teclado;
- 5.9.3. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apagar-se devido por abrasão ou uso prolongado;
- 5.9.4. Com proteção contra líquidos;
- 5.9.5. Mouse embutido do tipo Touch Pad ou Clickpad;
- 5.10. Mouse
- 5.10.1. Possuir 2 botões na parte superior, para manuseio com os dedos indicador e médio;
- 5.10.2. Deverá ser ambidestro (simétrico), permitindo o uso adequado por pessoas destros e canhotos;
- 5.10.3. Deverá possuir tecnologia óptica de, no mínimo, 1000 dpi (pontas por polegadas);
- 5.10.4. Possuir pelo menos 1 botão com a função scroll;
- 5.10.5. Conexão USB com fio, sem uso de adaptadores;
- 5.10.6. Deverá acompanhar mouse pad com apoio para o pulso, base antiderrapante e que permita o perfeito funcionamento do mouse especificado;
- 5.10.7. Deverá possuir a mesma taxa de qualidade do gabinete (c/c);
- 5.10.8. O mouse fornecido deverá ser da mesma marca e/ou fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (dedicadamente comprovado);
- 5.11. UEFI (Unified Extensible Firmware Interface)
- 5.11.1. Deve ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos copyright sobre a UEFI, em que não serão aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- 5.11.2. Deve fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema por meio de menus e opções visuais;
- 5.11.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 5.11.4. Deve estar em conformidade com a normativa NIST 800-147, baseada nos padrões de mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da UEFI antes de passar para ela o controle de execução;



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/validarDoc?n=30054200-696>





JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 5.15.3.3. Altas temperaturas: temperatura de, no mínimo, 43°C por mais de uma hora.
- 5.15.3.4. Proteção contra poeira.
- 5.15.3. O fabricante do equipamento deverá mostrar ser membro do TCG Group comprovado através do link <https://trustcomputinggroup.org/membership/member-companies/> em qualquer categoria. Os membros do TCG desenvolvem práticas visando manter a qualidade de todos os componentes produzidos levando em conta o próprio uso e, ocasionalmente, necessidade de manutenção e reposição de peças também sejam garantidas.
- 5.15.4. O fabricante deverá estar aderente ao DMTF (Desktop Management Task Force), comprovado através do site (<https://www.dmtf.org/about/dm/>) ou UEFI 9.0. Esta comprovação visa garantir que o equipamento atenda aos padrões para melhorar a gestão interoperável das tecnologias de informação.
- 5.15.5 O equipamento deverá ser compatível e suportar a tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (Item 5.1.7).
- 6. Notebook Tipo B**
- 6.1. Processador:**
- 6.1.1. Rotulagem processadores Intel Core 5 ou AMD Ryzen PRO 8000 Series;
- 6.1.2. Deverá possuir, no mínimo, 10 núcleos físicos e 12 threads, com chip gráfico integrado (Intel) ou 6 núcleos físicos e 12 threads, com chip gráfico integrado (AMD);
- 6.1.3. Arquitetura x86 com suporte a 64 bits;
- 6.1.4. Controlador de memória DDR5 integrado;
- 6.1.5. Apenas serão aceitos processadores de última ou penúltima geração;
- 6.1.6. Possuir, no mínimo, 32MB de cache (Intel) ou 16 MB de cache L3 (AMD);
- 6.1.7. O processador deverá possuir tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (processadores da AMD).
- 6.2. Memória**
- 6.2.1. Deverá possuir, no mínimo, 16 GB de memória RAM DDR5, com taxa de transferência, no mínimo, de 4800 MHz;
- 6.3. Placa-Mãe**
- 6.3.1. Deverá ser do mesmo fabricante do microcomputador, ou fabricada sob sua especificação para uso exclusivo, não sendo aceito o emprego de placas-mãe de livre comercialização no mercado.
- 6.3. Interfaces e dispositivos integrados a placa principal**
- 6.3.1. Deverá possuir no mínimo 03 (três) portas USB, sendo 01 (uma) porta USB integrada;
- 6.3.2. Não será aceito o emprego de hubs, placas e adaptadores para adequação a especificação; a placa-mãe fornecida deverá ser totalmente compatível com o processador ofertado;
- 6.3.3. Possuir saída HDMI 2.0 ou superior;
- 6.3.4. Deverá possuir uma 01 (uma) interface de rede wireless padrão Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E);
- 6.3.5. Interface de rede Ethernet Gigabit, com pelo menos 1 conector RJ-45, suportando o modo de operação Full Duplex, auto-sense, integrada a placa-mãe, possuindo WOL (Wake On Lan), totalmente compatível com os padrões Ethernet IEEE, sendo aceito através de adaptador para RJ45;
- 6.3.6. Interface Bluetooth 5.3 ou superior;
- 6.3.7. Conectores de entrada de microfone e de saída de fones de ouvido ou porta do tipo combo.
- 6.4. Armazenamento:**
- 6.4.1. Deverá possuir, no mínimo, 1 (uma) unidade de armazenamento do tipo SSD (Solid State Drive) padrão NVMe com capacidade de 500 GB, utilizando a interface PCIe 4.0;
- 6.4.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 3.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo, 2.100 MB/s;
- 6.4.3. Deverá possuir tecnologia TRIM, NVD ou superior;
- 6.5. Tela**
- 6.5.1. Tela de maior área: 1PT ou 14D, com área mínima de 15 polegadas e máxima de 16 polegadas – "WideScreens"

78

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 07/09/2025 às 15:28:41.



SEPLACAP705457050A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
07/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigaprotm.gov.br/legaco/publico/app/autenticar?c=30054200-696>

ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 6.5.2. Com 16 milhões de cores;
- 6.5.3. Controle de brilho;
- 6.5.4. Capacidade de visualização simultânea das imagens na tela e em um monitor externo;
- 6.5.5. Tratamento antirreflexo;
- 6.5.6. Possuir resolução Full HD (1920x1080) ou superior;
- 6.5.7. Deverá possuir tecnologia Multi-touch;
- 6.6. Sistema Operacional
- 6.6.1. O equipamento deverá ser fornecido com licença de Sistema Operacional Microsoft® Windows 11 Profissional, ou superior, idioma português (Brasil) configurado de modo a reconhecer os elementos de hardware que compõem o sistema;
- 6.6.2. Os equipamentos devem ser entregues customizados com a imagem padrão do CONTRATANTE com o Windows 11 Professional 64 bit ou superior, em português (Brasil), e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectiva configuração;
- 6.6.3. Deverão ser fornecidas, por local de entrega, 3 (três) mídias de instalação/restauração do Microsoft Windows 11 Profissional 64 bit ou superior, em português (Brasil), ou uma mídia para cada equipamento, se a quantidade de equipamentos adquiridos pelo local for maior que 3;
- 6.6.4. Por meio de instalação/restauração, criando-se o Sistema Operacional customizado em imagem ISO provido em pendrive;
- 6.6.5. Soluções de restauração em partição dentro do HD não serão aceitas como forma de substituir as mídias mencionadas;
- 6.6.7. Alimentação Elétrica e Bateria
- 6.6.8. Adaptador de corrente/tensão com tensão de entrada 110/220 VAC com seleção automática de entrada e tensão de saída compatível com o notebook;
- 6.6.9. Bateria com autonomia mínima de 5 (cinco) horas, em uso normal, considerando o acesso aos dispositivos de armazenamento;
- 6.6.10. Reserva interna com pelo menos 18 Wh de capacidade energética;
- 6.6.11. Fonte de alimentação de no mínimo 6A 60 Watts (divolt);
- 6.7. Webcam
- 6.7.1. Webcam FHD, resolução de no mínimo 1080p com infravermelho para uso do Windows Hello;
- 6.8. Teclado
- 6.8.1. Teclado com o padrão ABNT 2. O equipamento deverá funcionar constantemente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT-2;
- 6.8.2. Presença de no mínimo duas teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado;
- 6.8.3. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
- 6.8.4. Com proteção contra líquidos;
- 6.8.5. Mouse embutido do tipo Touch Pad ou Clickpad;
- 6.9. Mouse
- 6.9.1. Possuir 2 botões na parte superior, para manuseio com os dedos indicador e médio;
- 6.9.2. Deverá ser ambidestro (simétrico), permitindo o uso adequado por pessoas diestras e canhotas;
- 6.9.3. Deverá possuir tecnologia óptica de, no mínimo, 3.000 dpi (pontos por polegada);
- 6.9.4. Possuir pelo menos 1 botão com a função scroll;
- 6.9.5. Conexão USB com fio, sem uso de adaptadores;
- 6.9.6. Deverá acompanhar mouse pad com apoio para o pulso, base antiderrapante e que permita o perfeito funcionamento do mouse especificado;
- 6.9.7. Deverá possuir a mesma cor da cor do gabinete (cor);
- 6.9.8. O mouse fornecido deverá ser da mesma marca e/ou fabricante do microcomputador ou em regime de OEM (devidamente comprovado);
- 6.10. Usb (Universal Serial Bus) Hardware Interface



SEPLACAP70545050A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 6.10.1. Deve ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ou este deverá ter direitos *copyright* sobre a UEFI, em que não serão admitidas soluções em regime de ODM ou customizadas;
- 6.10.2. Deve fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema por meio de menus e opções visuais;
- 6.10.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 6.10.4. Deve operar em conformidade com a normativa NIST 800-147, baseado nos padrões do mercado de maneira a usar métodos de criptografia robusta para verificar a integridade da UEFI antes de passar para ela o controle da execução;
- 6.10.5. Controle de permissões de acesso por meio de senhas, em que, uma para inicializar o equipamento, uma para os recursos de gestão e outra para alteração das configurações da UEFI (supervisor);
- 6.10.6. Deve permitir atualizações do firmware, tanto localmente quanto remotamente, para garantir que o sistema esteja sempre atualizado com as últimas correções de segurança e melhorias;
- 6.10.7. Deve ser capaz de detectar e suportar corretamente os dispositivos de hardware instalados no sistema, além de carregar os drivers necessários durante o processo de inicialização;
- 6.10.8. Deve suportar a inicialização a partir de unidades de estado sólido (SSDs) e outros dispositivos de armazenamento, oferecendo opções de boot flexíveis e personalizáveis;
- 6.10.9. Deve permitir personalização das configurações do sistema, como ordem de inicialização, configurações de energia e ajustes avançados;
- 6.10.10. Deve possuir mecanismo, em hardware e/ou software, independente do sistema operacional, que assegure recuperação da BIOS e firmware quando corrompidos ou adulterados;
- 6.10.11. Deverá ser gravado em campo próprio da BIOS o número do patrimônio do equipamento (Asset Tag), consultável via "WMI Queries" (SystemEnclosure.get SMIAssetTag);
- 6.11. Gabinete:
- 6.11.1. Peso máximo de 1,45 KG, com bateria instalada;
- 6.11.2. Espessura máxima de 2,20 cm;
- 6.11.3. Sistema de ventilação, dimensionado para a perfeita refrigeração dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de 50 (deci) horas diárias consecutivas em ambiente não refrigerado;
- 6.11.4. Cor deverá ser predominantemente prata ou prata;
- 6.11.5. Possui microfone integrado;
- 6.11.6. Possui câmera integrada;
- 6.11.7. Som estéreo com alto falantes integrados e controle de som (aumentar, diminuir e modo) integrado no gabinete ou através de tecla função;
- 6.12. Responsabilidade ambiental:
- 6.12.1. Comprovar a eficiência energética (Energy Star ou equivalente) de equipamento, mediante apresentação de certificado ou outro documento idêneo emitido por instituições públicas ou privadas;
- 6.12.2. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex. Cr), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 6.12.3. Comprovar que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950 ou similar emitida por instituição acreditada pelo INMETRO ou internacional equivalente emitida por laboratório reconhecido pelo INMETRO para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais eletrônicos;
- 6.13. Mala para Transporte:
- 6.13.1. Mala para notebook, em couro, poliéster ou nylon, não costurada, com bolso interno para documentos e objetos e bolso externo para acomodar carregador e mouse, com alça removível. Deve possuir qualidade construtiva que garanta resistência e proteção efetiva para o equipamento.

30

Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Rua da Assembleia, 100 - Centro - Curitiba/PR - CEP: 80010-000 - Fone: (41) 3063-1000 - Fax: (41) 3063-1001 - E-mail: trf1@trf1.jus.br



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL 1.10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigetec.mf.gov.br/legis/publico/app/autenticar?e=30054200-696>

ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 6.14 Disposições Gerais
- 6.14.1. Serão aceitos equipamentos com características iguais ou superiores às descritas nessa especificação técnica;
- 6.14.2. Será considerado equipamento superior aquele que possuir configuração e desempenho superior ao equipamento especificado;
- 6.14.3. Deverá possuir funções de notebook e tablet (2 em 1);
- 6.14.3.1. Deverá permitir abertura em 360°;
- 6.14.4. O notebook deverá, de forma comprovada, suportar as seguintes condições para atestar a existência do aparelho:
- 6.14.4.1. Alta Umidade: amplitude do ar de 91-95%, sob uma temperatura de 30-60°C;
- 6.14.4.2. Baixas temperaturas: temperaturas de até -20°C por mais de uma hora;
- 6.14.4.3. Altas temperaturas: temperatura de, no mínimo, 45°C por mais de uma hora;
- 6.14.4.4. Proteção contra poeira;
- 6.14.5. O fabricante do equipamento deverá mostrar ser membro do TCG Group comprovado através do link <https://www.comptongroup.org/membership/members-companies/> em qualquer categoria. Os membros do TCG desenvolvem práticas visando manter a qualidade de todos os componentes produzidos fazendo com que o próprio uso e, ocasionalmente, necessidade de manutenção e reposição de peças também sejam garantidos;
- 6.14.6. O fabricante deverá estar aderente ao DMTF (Desktop Management Task Force), comprovado através do site (<https://www.dmtf.org/about/39/>) ou UEFI 9.0. Esta comprovação visa garantir que o equipamento atenda aos padrões para melhorar a gestão interoperável das tecnologias de informação;
- 6.14.7. O equipamento deverá ser compatível e suportar a tecnologia vPro habilitada (processadores Intel) ou tecnologia AMD PRO Security habilitada (item 6.3.7);
7. Monitor Tipo I
- 7.1. Acervo de LCD ou de LCD com matriz ativa TFT;
- 7.2. Tamanho da tela visível (em polegadas): de 20 a 22 polegadas;
- 7.3. Ângulo de Visualização Vertical: 178°;
- 7.4. Ângulo de Visualização Horizontal: 178°;
- 7.5. Tipo Painel: Antirreflexivo e Antiestático;
- 7.6. Relação largura-altura de 16:10 ou 16:12 (widescreen);
- 7.7. Resolução mínima: 1920 x 1080;
- 7.8. Cor suporte a, no mínimo, 16 milhões de cores;
- 7.9. Brilho, no mínimo, 250 cd/m²;
- 7.10. Contraste típico (dinâmico) mínimo: 1000:1;
- 7.11. Como no mínimo 1 (uma) entrada digital do tipo DisplayPort e 1 (uma) entrada digital do tipo HDMI;
- 7.12. Com 1 (um) cabo de força, 1 (um) cabo DisplayPort e 1 (um) cabo HDMI, compatíveis com as entradas digitais do monitor;
- 7.13. Base que permita regulação de altura, de inclinação, de rotação (posições retrato e paisagem) e de giro horizontal sobre a base;
- 7.14. Compatível que permita a utilização do monitor na orientação retrato (tela na posição vertical) ou na orientação paisagem (tela na posição horizontal);
- 7.15. Compatível com os sistemas operacionais da família Microsoft Windows 10 de 64 bits ou superior;
- 7.16. Alimentação elétrica bivolt 110V/220V automática;
- 7.17. Controle de áudio com opções de funções OSD para ajustes de contraste, brilho, posição (vertical e horizontal), aquecimento, reset, ajuste de imagem (fino e grosso) e cor (RGB);
- 7.18. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), como hexavalente (Hex-Cr), bifenilos polibromados (PBB) e éteres difenilbromados (PBDE).



SEPLACAP70545850A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapto.mf.gov.br/legisla/publicar/app/autenticar?n=30054200-696>

ANEXO 000001  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**8. Monitor Tipo II**

- 8.1. Painel de LCD ou de LED com matriz ativa TFT;
- 8.2. Tamanho da tela visível (em polegadas): de 23 a 25 polegadas;
- 8.3. Ângulo de Visualização Vertical: 178°;
- 8.4. Ângulo de Visualização Horizontal: 178°;
- 8.5. Tipo Painel: Anti-reflexivo e Antiestático;
- 8.6. Relação largura altura de 16:9 ou 16:10 (widescreen);
- 8.7. Resolução mínima: 1920 x 1080;
- 8.8. Com suporte a, no mínimo, 16 milhões de cores;
- 8.9. Brilho, no mínimo, 250 cd/m²;
- 8.10. Contraste típico (dinâmico) mínimo: 1000:1;
- 8.11. Com no mínimo 1 (um) entrada digital do tipo DisplayPort, 1 (uma) entrada digital do tipo HDMI 2 (duas) portas do tipo USB 3.2;
- 8.12. Com 1 (um) cabo de força, 1 (um) cabo DisplayPort e 1 (um) cabo HDMI, compatíveis com as entradas digitais do monitor;
- 8.13. Base que permita regulagens de altura, de inclinação, de rotação (posições retrato e paisagem) e de giro horizontal sobre a base;
- 8.14. Com pivot que permita a utilização do monitor na orientação retrato (tela na posição vertical) ou na orientação paisagem (tela na posição horizontal);
- 8.15. Compatível com os sistemas operacionais da família Microsoft Windows 10 de 64 bits ou superior;
- 8.16. Alimentação elétrica bivolt: 100V/220V automática;
- 8.17. Controle de áudio com opções de funções OSD para ajustes de contraste, brilho, posição (vertical e horizontal), autoajuste, reset, ajuste de imagem (fino e grosso) e cor (RGB);
- 8.18. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-Cr), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs).

**9. Monitor Tipo III**

- 9.1. Monitor de vídeo ultrawide;
- 9.2. Tamanho da tela visível (em polegadas): de 24 a 26 polegadas;
- 9.3. Tipo de painel: IPS (in-plane-switching);
- 9.4. Formato da tela: 21:9;
- 9.5. Resolução: Full HD, 7680 x 1080 ou superior;
- 9.6. Tamanho Máximo sem suporte: largura 70 cm, altura 32 cm, profundidade 9cm;
- 9.7. No mínimo uma entrada digital HDMI;
- 9.8. Base que permita regulagens de altura, de inclinação, de rotação (posições retrato e paisagem) e de giro horizontal sobre a base;
- 9.9. Com pivot que permita a utilização do monitor na orientação retrato (tela na posição vertical) ou na orientação paisagem (tela na posição horizontal);
- 9.10. Alimentação elétrica bivolt: 100V/220V automática;
- 9.11. O equipamento deverá possuir modo de economia de energia;
- 9.12. Comprovar que o equipamento não é fabricado com utilização das seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente, nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Hex-Cr), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenilpolibromados (PBDEs).

**10. Monitor Tipo IV**

- 10.1. Monitor de vídeo ultrawide;
- 10.2. Tamanho da tela visível (em polegadas): de 27 a 29 polegadas;
- 10.3. Tipo de painel: IPS (in-plane-switching);
- 10.4. Formato da tela: 21:9;

82

Este documento é uma reprodução fiel do original, não sendo responsável por danos materiais ou morais decorrentes de sua utilização.



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/sigapetro/publico/app/validarDoc?n=30054200-696>

ANEXO 1  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 10.5. Resolução: Full HD: 2560 x 1080 ou superior;  
10.6. Tamanho Mínimo (em suporte): largura 70 cm, altura 32 cm, profundidade 10 cm;  
10.7. No mínimo uma entrada digital HDMI;  
10.8. Base que permita regulagem de altura, de inclinação, de rotação (posição retrato e paisagem) e de giro horizontal sobre a base;  
10.9. Computador que permita a utilização do monitor na orientação retrato (tela na posição vertical) ou na orientação paisagem (tela na posição horizontal);  
10.10. Alimentação elétrica bivolt 110V/220V automática;  
10.11. O equipamento deverá possuir modo de economia de energia;  
10.12. Comprovar que o equipamento não é fabricado com utilização das seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente, nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), óxido de hexavalente (Hx-Cr), bifenilos polibromados (PBBS) e éteres difenil-polibromados (PBDES).

**11. Monitor Multimídia**

- 11.1. Painel de LED ou de LCD com matriz ativa TFT;  
11.2. Tamanho da tela visível (em polegadas): de 23,5 a 25 polegadas;  
11.3. Ângulo de Visualização Vertical: 178°;  
11.4. Ângulo de Visualização Horizontal: 178°;  
11.5. Tipo painel: Anti-reflexivo e antiestático;  
11.6. Relação largura-altura de 16:9 ou 16:10 (widescreen);  
11.7. Resolução mínima: 1920 x 1080;  
11.8. Comprimento de onda mínima, 36 milhões de cores;  
11.9. Brilho, no mínimo, 250 cd/m²;  
11.10. Contraste típico (dinâmico) mínimo: 1000:1;  
11.11. Deverá ter 2 entradas digitais, sendo 1 HDMI 1.4 ou superior e 1 DisplayPort 1.2 ou superior;  
11.12. Deverá possuir, integrado, um hub USB;  
11.12.1. Deverá ter 3 portas USB 3.0 ou superior tipo A, para ligação de dispositivos;  
11.12.2. Deverá ter 1 porta USB para ligação do monitor ao microcomputador;  
11.12.3. O total de portas USB do monitor deverá ser de no mínimo 4;  
11.12.4. Deverá ser fornecido o cabo de ligação USB entre o monitor e o microcomputador, compatível com o tipo da porta USB do monitor;  
11.13. Deverá vir acompanhado de 1 cabo de força, 1 cabo HDMI e 1 cabo DisplayPort com comprimento mínimo de 1,5m que não limitem as características das portas citadas acima;  
11.14. Base que permita regulagem de altura, de inclinação, de rotação (posição retrato e paisagem) e de giro horizontal sobre a base;  
11.15. Com pivô que permita a utilização do monitor na orientação retrato (tela na posição vertical) ou na orientação paisagem (tela na posição horizontal);  
11.16. Compatível com os sistemas operacionais da família Microsoft Windows 10 de 64 bits ou superior;  
11.17. Alimentação elétrica bivolt 110V/220V automática;  
11.18. Controle do usuário com opções de funções OSD para ajustes de contraste, brilho, posição (vertical e horizontal), autoajuste, reset, ajuste de imagem (fino e grosso) e cor (RGB);  
11.19. Com caixa de som integrada de no mínimo 4 W;  
11.19.1. Caso haja mais de um alto-falante, a soma das potências individuais destes deverá ser, de no mínimo, 4W;  
11.20. Com microfone embutido;  
11.21. Com um conector para headset (controle line in e line out) ou em conectores separados para microfone e fone de ouvido;  
11.22. Com câmera integrada com resolução mínima de 1920x1080 na 2.0 megapixels;  
11.22.1. Certificada para Windows Hello;  
11.22.2. Com suporte a infravermelho e RGB.



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

- 11.23. Com janela de privacidade para câmara ou outra forma de impedir fisicamente que imagens sejam capturadas;
- 11.23.L. A exigência acima deve ser suprida com uma solução integrada constante no projeto original do monitor, sem o uso de adaptações;
- 11.24. Com controles que permitam ajustar o volume da caixa de som;
- 11.25. Com controles que permitam mutar e desmutar o microfone;
- 11.26. Com indicação de microfone mutado ou desmutado;
- 11.27. Comprovar que o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), bromo hexavalente (Hex-Cr), bifenílicos polibromados (PBBs) e éteres de fenilpolibromados (PBDEs);



SEPLACAP70545959A

SIGA





JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90023/2024

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QTD TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Microcomputador TIPO I, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital Marca: Modelo:	UN	4.656		
2	Microcomputador TIPO II, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital Marca: Modelo:	UN	1.266		
3	Microcomputador TIPO III, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital Marca: Modelo:	UN	3.601		
4	Microcomputador TIPO IV, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital Marca: Modelo:	UN	9.604		
5	Notebook Tipo I, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital	UN	3.876		

55

Este documento é uma cópia autêntica do documento original, assinado eletronicamente pelo signatário, conforme o disposto no artigo 10º, inciso I, da Lei nº 11.127/2020.



SEPLACAP70545950A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CIB -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em:  
<https://www.sigedoc.mf.gov.br/sigedoc/publico/app/autenticar?c=30054200-696>



JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

	<p><b>Marca:</b></p> <p><b>Modelo:</b></p>				
6	<p><b>Notebook Tipo II, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital</b></p> <p><b>Marca:</b></p> <p><b>Modelo:</b></p>	UN	859		
7	<p><b>Monitor Tipo I, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital</b></p> <p><b>Marca:</b></p> <p><b>Modelo:</b></p>	UN	390		
8	<p><b>Monitor tipo II, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital</b></p> <p><b>Marca:</b></p> <p><b>Modelo:</b></p>	UN	20.001		
9	<p><b>Monitor tipo III, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital</b></p> <p><b>Marca:</b></p> <p><b>Modelo:</b></p>	UN	2.002		
10	<p><b>Monitor Tipo IV, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital</b></p> <p><b>Marca:</b></p> <p><b>Modelo:</b></p>	UN	3886		
11	<p><b>Monitor Multimídia, demais características devem ser indicadas na proposta conforme especificado no Anexo I deste Edital</b></p>	UN	3.718		

54

© 2006 The Authors  
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESEN/ ECON SOCIAL L 10050 / CISE  
01/09/2025 às 15:25:41  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadep.mt.gov.br/sigadep/public/app/autenticar?c=30054200-656>

**SIGA**

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Marca:				
Modelo:				

#### 1 - Consignar na proposta:

**Prazo de entrega dos equipamentos, será de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento pela Contratada da Ordem de Fornecimento;**

**Prazo de garantia dos equipamentos com assistência técnica "on site", de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo;**

**Prazo de garantia das baterias, objeto do item: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo;**

**Prazo de validade da proposta: de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no item 2 do Edital;**

#### Declaro que:

**nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;**

**não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);**

**a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;**

**não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) que seja cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação deste Poder Judiciário, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 220/2016, bem como, aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;**

87



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-626 - consulte a autenticidade em  
<https://www.ojpedio.rj.gov.br/legisla/publico/app/autenticar?n=30054200-626>

ARTIGO 1º REDEMI  
 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
 a não aplicação da prática de registro de oportunidade junto ao  
 fabricante

3 - Além das condições constantes do subitem 4.2 deste Edital, **deverão constar da proposta os seguintes dados do Representante Legal da empresa:**

- a) nome completo;
- b) e-mail;
- c) telefone;
- d) domicílio;



58



Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado digitalmente pelo signatário, conforme consta no registro eletrônico no sistema de arquivamento.



SEPLACAP70545959A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
 01/09/2025 às 15:28:41  
 Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigedoc.mf.gov.br/sigedoc/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
**ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90023/2024**

**MODELO DE FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

- O formulário a partir do modelo constante do presente anexo é de preenchimento obrigatório, e deverá fazer parte integrante da proposta técnica de cada licitante.
- As propostas que não atenderem à totalidade das características obrigatórias serão desclassificadas.
- O formulário deverá ser preenchido sob a seguinte orientação:
  - Coluna "Página do Manual/catalogo/etc" com indicação do requisito comprovado: **constar nome do documento comprobatório (catálogo / folder / manual) com indicação da Página e citação do conteúdo comprobatório do requisito** que contenha a informação que comprove a característica solicitada. Quaisquer comprovações baseadas em URLs do fabricante, na internet, deverão ser materializadas em documento que deverá ser anexado no Portal de Compras do Governo Federal, mesmo que de forma parcial.

ITEM	ITEM DO EDITAL E DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	DOCUMENTO COMPROBATORIO (CATALOGO / FOLDER / MANUAL) COM INDICAÇÃO DA PAGINA E CITAÇÃO DO CONTEUDO COMPROBATORIO DO REQUISITO
1	<b>Microcomputador TIPO I</b> Exemplo: 1.2.1. Deverá possuir, no mínimo, 64 GB de memória RAM DDR5, com taxa de transferência, no mínimo, de 4480 MT/s.	Exemplo: Model XYZ Datasheet .pdf pg. 5 Roteiro DirecionalPágina .REACH, WEEE
	1.1.2	
2	<b>Microcomputador TIPO II</b> Exemplo: 2.2.3. Possuir, no mínimo, 4 slots para memórias do tipo DDR5, permitindo expansão para, no mínimo, 64 GB	Exemplo: Model XYZ Datasheet .pdf pg. 5 Roteiro DirecionalPágina .REACH, WEEE
	2.1.2	
3	<b>Microcomputador TIPO III</b> Exemplo: 3.5.3. Os LEDs indicadores devem ser individualizados e devem possibilitar a identificação sem equívocos de qual LED está ativado.	Exemplo: Model XYZ Datasheet .pdf pg. 5 Roteiro DirecionalPágina .REACH, WEEE
	3.1.2	
4	<b>Microcomputador TIPO IV</b> Exemplo: 4.5.4. Deverá possuir tecnologia TLC ou MLC.	Exemplo: Model XYZ Datasheet .pdf pg. 5 Roteiro DirecionalPágina .REACH, WEEE
	4.1.2	
5	<b>Notebook Tipo I</b>	

59



SEPLACAP70545505A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.mt.gov.br/legisla/publica/app/autenticar?n=30054200-696>

ARTIGO 198º

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

6	Exemplo: 5.1.2. Deve-se possuir, no mínimo, 10 núcleos físicos e 12 threads, com chip gráfico integrado.	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	5.1.2 ...	
6	<b>Notebook Tipo II</b>	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	Exemplo: 6.3.3. Possui saída HDMI 2.0	
7	<b>Monitor Tipo I</b>	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	Exemplo: 7.1. Ângulo de Visão: 179°	
8	<b>Monitor Tipo II</b>	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	Exemplo: 8.5. Tipo: Panel Anti-reflexo e Antestática	
9	<b>Monitor Tipo III</b>	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	Exemplo: 9.6. Tamanho Máximo sem suporte: largura 70 cm, altura 32 cm, profundidade 6cm	
10	<b>Monitor Tipo IV</b>	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	Exemplo: 10.12. Comprova-se que o equipamento não é fabricado com utilização das seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente, nas quantidades permitidas pela diretiva RoHS: chumbo (Pb), cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr6+), bifenilos polibromados (PBBs) e éteres difenil polibromados (PBDEs)	
11	<b>Monitor Multimídia</b>	Exemplo: Model XYZ Datasheet, pdf pg. 5 RoHS DirectivePágina , REACH, WEEE
	Exemplo: 11.6. Relação largura-altura de 16:9 ou 16:10 (wide-screen)	
11	11.1.2 ...	



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**ANEXO IV- PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90623/2024**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A União, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, Bloco "A" – Brasília/DF, inscrito no CNPJ/ME nº 00.656.507/0001-25, representado pelo \_\_\_\_\_, Dr. \_\_\_\_\_, nos termos da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, do Decreto 11.462 de 31 de março 2023, e demais normas legais aplicáveis, obedecidas as disposições contidas no instrumento convocatório e em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário \_\_\_\_\_ estabelecido no \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ representado pelo Sócio \_\_\_\_\_, conforme abaixo:

ITEM	QUANTIDADE REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1			
Especificação:			
2			
Especificação:			

Este Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCPI\*, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantagemidade do preço.

As especificações técnicas e demais exigências constantes do Decreto nº Decreto 11.462/2023, no Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_ e Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e do Fornecedor Beneficiário.

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA**

(Nome do Representante Legal)

91



SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-626 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigedoc.mf.gov.br/sigedoc/publico/app/autenticar?n=30054200-626>

JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

**ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90023/2024**

**MINUTA DO CONTRATO**



92



Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo signatário, e não possui validade jurídica. Qualquer alteração ou modificação no documento original é considerada nula e sem efeito.



SEPLACAP70545959A

SIGA



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CIB -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigedoc.mf.gov.br/sigedoc-publico/app/autenticar?c=30054200-696>



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

## CONTRATO TREFI MINUTA 20135716

CONTRATO N. 0204 PARA FORNECIMENTO DE MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS E MONITORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNÇÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO.

CONTRATANTE: UNIÃO/TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, inscrita no CNPJ/MF 00.688.507/0001-25, com sede no SAL/SCL, Quadra 02, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília-DF, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado, conforme atribuições delegadas pelo Ato Presi. n. 163 de 07/05/1991, por seu diretor-geral da Secretária, o Juiz Federal **ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF n. 517.580.759-53, RG n. 3.891.736-6 SSP/PR, residente e domiciliado nesta Capital.

CONTRATADA: \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ telefonia (nº) \_\_\_\_\_ e-mail \_\_\_\_\_, doravante  
denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (razão social), CPF  
\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_.

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato, com observação ao constante no Processo Administrativo Eletrônico n. 000.2954-70.2024.4.01.2008- T10 e com fundamento na Lei 14.133/2021; Decreto 11.462/2023; Decreto 7.174/2010; Pregão Eletrônico n. /2024; Ata de Registro de Preços n. /2024) demais disposições regulamentares e mediante as seguintes cláusulas e condições:

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste instrumento consiste no fornecimento de computadores, notebooks e monitores, incluindo substância técnica da garantia, conforme quantitativos e especificações técnicas constantes deste contrato e seus anexos.

## 2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Por este instrumento, a Contratada obriga-se a

2.1.1. Responsabilizar-se por todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e tributos de qualquer espécie que venham a ser devidos em decorrência da execução do objeto contratado, bem como pelos custos relativos ao deslocamento e estadia de seus profissionais, em qualquer cidade.

2.1.2. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante.

2.1.3. Arcar com o pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais-distrital, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com o fornecimento objeto deste contrato;

2.1.4. Arcar com todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais a que o Contratante for compelido a responder em decorrência desta contratação.

2.1.5. Master, durante toda a vigência do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, sob as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório, para a contratação;

2.1.8. Manter seus profissionais, quando nas dependências do Comitê, em perfeitas condições de apresentação e assinar, subscritando-os as normas internas de conduta, sanções e disciplina; a

Copyright 1991 by John Wiley &amp; Sons, Inc. All rights reserved. This book is registered at the Copyright Clearance Center, Inc., 27 Congress St., Salem, MA 01970.

Copyright 1993 by ITG, Inc. All rights reserved. No part of this publication may be reproduced without prior written permission from ITG, Inc.



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / C152  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autoridade em  
<https://assinareletronica.rr.gov.br/validacao/publica/aplicacao/validacao?c=30054200-656>

**SIGA**



Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela [Resolução CNJ 147/2011](#), e a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, instituída pela [Resolução CNJ 351/2009](#), sem que se configure, com isso, qualquer vínculo empregatício com a Órgão.

2.1.7. Substituir qualquer um de seus empregados, quando solicitado pelo Contratante, que seja considerado inconveniente à boa ordem, demonstrar incapacidade técnica, perturbe a ação da fiscalização do Contratante ou não atenda às suas determinações.

2.1.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Escalização do Contratante, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito do fornecimento.

2.1.8. Comunicar ao Contratante, de imediato e por escrito, qualquer irregularidade verificada durante a execução do contrato, bem a adoção das medidas necessárias à sua regularização.

2.1.10. Acatar as determinações feitas pela fiscalização do Contratante no que tange ao cumprimento do objeto deste contrato.

2.1.11. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato e em seus anexos.

2.1.12. Fornecer, sem qualquer ônus adicional para o Contratante, os equipamentos juntamente com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à perfeita instalação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, suportes, drivers de controle e programas de configuração e etc.

2.1.12.1. Os equipamentos deverão ser fornecidos com todos os manuais e quaisquer outros elementos acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento e adequação ao ambiente existente, além de demais literatura técnica pertinente, bem como respectivas notas fiscais e/ou faturas.

2.1.13. Entregar equipamentos novos, de primeiro uso, acondicionados adequadamente em caixas lacradas, de forma a proporcionar completa segurança durante o transporte e o armazenamento.

2.1.14. Atender prontamente às solicitações do Contratante acerca de dúvidas quanto a procedimentos de instalação, configuração ou utilização dos produtos.

2.1.15. Promar assistência técnica pelo prazo estabelecido neste contrato, a partir da data de assinatura do Termo de Recombinação Definitivo, quando da abertura de chamados técnicos.

2.T.15.1. Substituir, obrigatoriamente, sem ônus para o Contratante, o equipamento entregue que venha a apresentar defeito de fabricação durante o período de garantia.

2.1.16. Responder os prazos contratuais máximos de atendimento de chamados técnicos.

2.1.17. Fornecer manuais de instalação, operação e configuração, em português do Brasil, para todos os itens da solução.

2.1.17.1. Os manuais poderão ser fornecidos em meio eletrônico ou por meio de acesso a Home Page do fabricante.

2.1.18. Comprovar, no momento da entrega, a origem dos itens importados, bem como quitação dos tributos de importação a eles referentes, caso o objeto ofertado seja de origem estrangeira.

2.1.10. Nils subcontratant, celălalt nu transferă, totalmente, a obligației de plată către beneficiar.

2.1.10.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

2.1.19.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste no fornecimento de equipamentos.

2.1.19.2. A subcontratação fica limitada a prestação dos serviços de assistência técnica em armários.

2.1.20. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto do interesse do Contratante ou de terceiros de que tenha conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações e os regimes de negócios, devendo orientar seus empregados nesse sentido.



2.1.20.1. Com a assinatura deste contrato, a Contratada compromete-se com os termos do seu Anexo I, denominado Compromisso de Confidencialidade de Informações, sobre as condições de revelação de informações sigilosas e as regras definidas para o seu uso e proteção.

2.1.21. Fornecer, para os subitens 1.8.11, 2.8.11, 3.8.11, 4.8.11, 5.11.11, 6.10.11 de item 9 do Anexo I ao Edital, junto ao equipamento entregue, etiqueta relacionando o número de série e o respectivo número de patrimônio, sendo este último fornecido pelo Contratante, nos termos do subitem 3.1.12 deste contrato.

### 3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Por este instrumento, o Contratante obriga-se a:

- 3.1.1. Proporcionar todas as condições necessárias para o cumprimento do objeto deste contrato;
- 3.1.2. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessários ao cumprimento do objeto deste contrato;
- 3.1.3. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade verificada no cumprimento do objeto deste contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;
- 3.1.4. Assegurar o acesso às suas dependências dos profissionais incumbidos da entrega e execução dos serviços, respeitadas as normas internas (segurança, disciplina) do Contratante;
- 3.1.5. Receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento;
- 3.1.6. Recusar o recebimento de produtos que não estiver em conformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada;
- 3.1.7. Designar servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste contrato;
- 3.1.8. Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento deste contrato;
- 3.1.9. Exigir, sempre que necessário, a apresentação, pela Contratada, da documentação comprovando a manutenção das condições que ensejaram o seu contrato;
- 3.1.10. Emitir a Ordem de Fornecimento indicando as quantidades e os locais destinados à entrega dos equipamentos, observadas as localidades previstas neste contrato;
- 3.1.11. Emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à entrega dos bens, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a entrega dos equipamentos, no prazo máximo de 01 (um) mês, contado do recebimento pelo Contratante, podendo ser prorrogado, motivadamente, por igual período;
- 3.1.12. Fornecer a relação de números de patrimônios quando da liberação da Ordem de Fornecimento para atendimento aos subitens 1.8.11, 2.8.11, 3.8.11, 4.8.11, 5.11.11, 6.10.11 de item 9 do Anexo I ao Edital.

### 4. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 4.1. O acompanhamento e a fiscalização do contrato consistem na verificação da conformidade da sua execução pelo gestor do contrato, de acordo com as cláusulas contratuais estabelecidas;
- 4.2. A gestão será exercida por servidor ou comissão designada pelo Contratante;
- 4.3. O servidor ou comissão de que trata o item 4.2, observado, ao que caber, o Decreto 11.244/2022, deverá:
  - 4.3.1. Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando todas as ações necessárias para a sua execução e regularização das falhas ou defeitos;
  - 4.3.2. Receber, atestar e autenticar os documentos da despesa quando comprovada a fiel e correta execução do objeto contratado, para fins de pagamento;
  - 4.3.3. Comunicar, formalmente, irregularidades constatadas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura.

Este documento é uma cópia autêntica do documento original, assinado digitalmente pelo signatário, conforme o Decreto 11.244/2022, e pode ser consultado no sistema de arquivamento eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



SEPLACAP/2025/0004



Assinado digitalmente por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO em 07/09/2025 às 15:28:41. Documento nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em: <https://www.sigapto.mt.gov.br/legisla/publica/app/validarDoc?n=30054200-696>

Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CISE - 07/09/2025 às 15:28:41. Documento nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em: <https://www.sigapto.mt.gov.br/legisla/publica/app/validarDoc?n=30054200-696>

SIGA

**SIGA**

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de 07 (sete) dias úteis a contar da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável por acompanhar e fiscalizar o contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e demais condições estabelecidas neste contrato e na proposta.

6.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado, na hipótese de não haver qualquer irregularidade, e que não existe a Contratada de reparar eventuais defeitos constatados posteriormente.

6.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

6.4. Os equipamentos serão recebidos nos seguintes casos:

6.4.1. Quando entregues com especificações técnicas inferiores às contidas neste contrato e/ou proposta.

6.4.2. Todo o lote entregue deverá ser substituído, caso ocorra a incidência de defeitos de fabricação, em quantidade igual ou superior a 10% (dez por cento) do total dos bens/materiais entregues. A devolução ocorrerá a qualquer tempo, independente de transcorrido o prazo de recebimento definitivo, às expensas da Contratada.

6.4.3. Enquanto não solucionada a pendência, ficarão suspensos os prazos para o recebimento definitivo.

6.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.6. O embargo do recebimento definitivo do objeto não implicará dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para o Contratante.

6.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 141 da Lei 14.133/2021, comunicando-se a Contratada para emissão de Nota Fiscal no que tange à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

## 7. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. Os serviços de assistência técnica e garantia serão prestados "on site", realizados pela Contratada ou por credenciados/autorizados do fabricante, no local de entrega dos equipamentos.

7.2. A garantia contempla suporte ao funcionamento dos equipamentos como fornecimento de peças por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2.1. Para os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06, a garantia também contempla a disponibilização de atualização de firmware por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

7.2.2. Para as baterias objeto dos itens 05 e 06: 36 (trinta e seis) meses de garantia.

7.3. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, a própria Contratada, às suas expensas, por intermédio de sua matriz, filiais, escritórios ou representantes técnicos autorizados, estará obrigada a atender às solicitações do Contratante de acordo com os prazos estabelecidos em garantia.

7.4. A Contratada deverá prestar atendimento às solicitações do Contratante para manutenção da solução e para os serviços abaixo discriminados, quando solicitado:

7.4.1. Substituir quaisquer peças, componentes e acessórios defeituosos.

7.4.2. Corrigir defeitos de fabricação ou de projeto.

7.4.3. Fornecer novas versões e atualizações de firmware para os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06.

7.4.4. Analisar problemas de configuração, parametrização, interoperabilidade e incompatibilidade do

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado digitalmente por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE - em 07/09/2025 às 15:28:41.



SEPLACAP70545505A



Assinado digitalmente por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE - em 07/09/2025 às 15:28:41.

Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE - em 07/09/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigapto.mt.gov.br/sigapto-publico/app/validarDoc?n=30054200-696>

SIGA





7.15.1. Entende-se por recorrência a abertura de 3 (três) chamados de assistência técnica no período de 20 (vinte) dias corridos por causas similares ou defeitos de mesma natureza.

7.15.2. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade pelo deslocamento dos seus técnicos ao local para manutenção do equipamento, bem como pela retirada e entrega e por todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

7.15.3. A Contratada deverá substituir toda e qualquer peça e componentes defeituosos, mesmo aqueles sujeitos a desgaste natural.

7.15.4. A Contratada deverá retirar os equipamentos que foram substituídos no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, após a substituição daqueles defeituosos. A não retirada será considerada abandono de propriedade, conforme dispõe o art. 1.275, III, do Código Civil Brasileiro, cabendo ao Contratante decidir sobre a sua destinação.

7.16. Para os bens referentes à consorciação a Contratada deverá oferecer garantia contra defeito de fabricação não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, incluindo eventuais avarias durante o transporte até o local de entrega, mesmo após sua aceitação pelo Contratante.

7.16.1. A Contratada, durante o período de garantia, assume e se compromete a substituir, integral e gratuitamente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento da notificação, o material em que foram verificados defeitos ou vícios, incluindo hipótese de reincidência de defeitos ou se não foram corrigidos a contento.

## 8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A despesa com a execução do presente contrato correrá à conta dos recursos orçamentários consignados no Programa de Trabalho \_\_\_\_\_ Elemento de Despesa \_\_\_\_\_ e Unidade Orçamentária \_\_\_\_\_.

8.2. Foi emitida a Nota de Empenho de \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), para atender as despesas oriundas desta contratação.

## 9. DO PREÇO

9.1. Pela execução do objeto deste contrato, o Contratante pagará à Contratada o valor total fixo e irrevogável de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso).

9.2. O preço a que se refere esta Cláusula compreende todas as despesas concernentes ao objeto deste contrato, tais como transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, embalgens, prêmios de seguro, fretes, taxas e outros dispêndios de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação.

## 10. DO PAGAMENTO

10.1. Os prazos para liquidação e pagamento terão como limite:

10.1.1. 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa, a contar da anotação da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente.

10.1.1.1. O atesto da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente deverá ocorrer em até 03 (três) dias úteis contados do recebimento definitivo de que trata o subitem 6.2 deste contrato.

10.1.2. 10 (dez) dias úteis para pagamento, contados da liquidação.

10.1.3. Os prazos serão interrompidos no momento em que a Contratada for notificada para regularizar quaisquer pendências que impeçam a liquidação ou o pagamento da despesa.

10.2. A regularidade de que trata o subitem 2.1.5, especialmente com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF) e a Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos à Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), será confirmada antes do pagamento.

10.3. Havendo atraso no prazo estipulado no subitem 10.1 desta Cláusula, não ocasionado por culpa da Contratada, o valor devido será corrigido, monetariamente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento e a data sua

Contrato 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV. ECON. SOCIAL L 10660 / CIBS - 07/09/2025 de 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigaprot.gov.br/legisacao/publicar/app/autenticar?e=30054200-696>

SIGA



apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei n. 10.406/2002)

11.5. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.6. No caso de penalidade imposta pelo Contratante, baste a apreensão da decisão final exarçada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pelo Contratante, independentemente de anuidade, autorização ou manifestação da Contratada.

11.7. Sancionada a Contratada, caso esta não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido da garantidor mediante simples comunicação escrita.

11.8. Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados nos subitens 11.4.1 e 11.4.2 desta cláusula, obriga-se a Contratada a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação feita pelo Contratante.

11.9. Em caso de alteração do contrato, a Contratada deverá apresentar nova garantia na mesma modalidade da anterior ou complementar a já existente, no prazo previsto no subitem anterior.

11.10. Caso a Contratada não cumpra o disposto nos itens anteriores, dentro do prazo estipulado, o Contratante poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a sua regularização, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da Contratada.

11.10.1. Em caso de retenção de que trata o subitem 11.10, o Contratante oficiará a Contratada para, em novo prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da notificação, regularizar a prestação da garantia.

11.11. A garantia ou seu saldo será liberada ou restituída conforme o disposto no subitem 4.6 deste contrato, desde que cumpridas todas as obrigações contratuais.

## 12. DA VIGÊNCIA

12.1. Este instrumento entra em vigor a partir de \_\_\_\_\_, tendo sua duração prevista para \_\_\_\_\_.

12.2. Na vigiância acima estabelecida estão incluídos os seguintes pontos:

13.2.1. Até 30 (trinta) dias corridos para emissão e entrega da Ordem de Fornecimento, contados da data inicial estabelecido no subitem 12.1, com término previsto para \_\_\_\_\_.

11.2.2. Até 60 (sessenta) dias corridas para a entrega dos equipamentos, contados do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao do recebimento em da sua inquérito ciência, pela Contratada, da Ordem de Fornecimento, com término previsto para

11.2.3. Até 07 (sete) dias úteis para o recebimento provisório, contados da entrega dos equipamentos, com término previsto para \_\_\_\_\_.

11.2.4. Até 07 (sete) dias úteis para o recebimento definitivo dos equipamentos, contados do recebimento provisório, com término previsto para \_\_\_\_\_.

12.2.5 **60 (sessenta) meses** de assistência técnica da garantia "on site", para todos os itens, contados a partir do recebimento definitivo, com término previsto para

12.2.5.1. **30 (trinta e seis) meses**, de assistência técnica da garantia "in site" para as baterias objeto dos itens 05 e 06, contados a partir de recebimento definitivo.

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste contrato, observados os termos dos arts. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, as seguintes sanções:

### E3.1.1. Advertência.

13.1.2. Multa, cujos percentuais estão definidos nos itens seguintes ou conforme a soma das porcentagens mensais indicadas nas respectivas obrigações.

### 11.1.3. Impedimento de licitar e contratar.

#### 11.1.4 Declaração de irredovidade para ler e continuar.

Copyright 2013 by John Wiley & Sons, Inc. All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage or retrieval system, except as may be permitted in writing by John Wiley & Sons, Inc.



Autenticado com senha por FRANCISCOMARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 106507 C151  
01/09/2025 às 15:25:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadepi.mt.gov.br/sigadepi/public/app/autenticar?n=30054200-656>

**SIGA**





ainda devidos, ou descontados da garantia contratual, ou recolhidos ao tesouro nacional, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou, ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente, nos termos do § 8º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

13.12. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas nesta Contratação será precedida de regular processo administrativo, onde se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

13.13. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

#### 14. DA RESCISÃO

14.1. O Contratante se reserva o direito de extinguir unilateralmente o presente contrato, na ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 157, incisos I a IX e art. 158, inciso I, todos da Lei 14.133/2021.

14.2. O presente Contrato poderá, ainda, ser extinto por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos constantes no art. 138, incisos II e III, da Lei 14.133/2021.

#### 15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. O presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição indispensável para a sua eficácia, em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei 14.133/2021.

#### 16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Toda e qualquer comunicação/informação/notificação e envio de documentos (contrato e demais documentos) à Contratada será feita pelo e-mail informado no preâmbulo deste contrato, ou outro que o substituir, apontado formalmente pela Contratada.

16.2. É de exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado, até mesmo na hipótese de obrigações pós-contratuais.

16.3. Em caso de inobservância do previsto no subitem 16.2, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação via postal/pessoal.

16.4. Frustradas as tentativas na forma do subitem 16.3, o Contratante poderá realizar a comunicação/informação/notificação/intimação da Contratada mediante publicação no Diário da Justiça Federal da 1ª Região – o DJEF, disponível no site do Contratante (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/publicacoes/diarios-de-justica/diarios-de-justica.html>), para todos os efeitos, resolvidas as hipóteses legais em que se determine publicação no Diário Oficial da União.

#### 17. DO FORO

17.1. Fica eleito pelas partes o foro federal, no Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia de qualquer outro.

Por estarem as partes de acordo, assinam o presente instrumento por meio de senha eletrônica.

Juiz Federal **ROBERTO CARLOS DE OLIVEIRA**  
Diretor-Geral do Secretariado do TRF 1ª Região

#### CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Welles Ribeiro da Silva**, **Supervisor(a) de Seção**, em 19/08/2025, às 14:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sel.trf1.jus.br/autenticidade/informacao> o código verificador **21135716** e o código CRC **C3A3749A**.

Contrato TRF1-RESEITA-21135716

RECEBIDA EM 19/08/2025 ÀS 14:58 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)

URL: <https://www.trf1.jus.br/portaltrf1/publicacoes/diarios-de-justica/diarios-de-justica.html>



Autenticado com senha por **FRANCISCO MARCOS COLANTONIO** - **ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL** L 10650 / CISE - 01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em <https://www.sigaprot.trf1.gov.br/sigaprot/publico/app/autenticar?n=30054200-696>



SIGA

ANEXO AO CONTRATO N.º \_\_\_\_/2024  
COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE DE INFORMAÇÕES

## LORIE TO

1.1. Esta compreensão estabelece condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratante, no que diz respeito ao tratamento de informações sigilosas, disponibilizadas pelo Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução deste contrato, de acordo com o que dispõe a [Lei 12.527/2011](#) e os [Decretos 7.724/2012](#) e [7.845/2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, bem como o que dispõe a [Lei 13.709/2018](#) e a [Resolução CNJ 365/2021](#), sobre a proteção geral de dados.

## 2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1. Para os efeitos deste compromisso, são estabelecidas as seguintes conexões e definições:

2.1.1. INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, tomados em qualquer meio, suporte ou formato.

**2.1.2. INFORMAÇÃO SIGILOSA:** queda submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

2.1.3. CONTRATO: contrato celebrado entre as partes, ao qual este ANEXO se vincula.

### 3. INFORMAÇÃO SIGILOSA

3.1. São consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não aos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado.

3.2. Este compromisso abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro meio apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador no íntegro ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do Contratante e/ou quaisquer informações técnicas / comerciais refinados / resultados ou não do Contrato, devendo ser denominadas INFORMAÇÕES, a que finalmente não pelos seus empregados a Contratada venha a ter acesso, confidencialidade ou que venha a ficar confiada durante e em razão das atividades de execução do Contrato.

#### 4. LIMITES DO SIGILO

4.1 As obrigações constantes deste ANEXO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

4.1.1. Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada.

4.1.2. Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente ANEXO

4.1.3. Sejam reveladas em razão de repressão judicial ou outra denominação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpriam qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para efetuar medidas de proteção ao julgar cabíveis.

#### 5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. A Contratada se compromete a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do contrato, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do contrato.

5.2. A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do Contratante.

5.3. A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuam direta ou indiretamente na execução do contrato sobre a existência deste ANEXO, bem como da natureza sigilosa das informações.

Copyright © 2005 John Wiley &amp; Sons, Ltd.

Copyright © 2004 John Wiley & Sons, Inc. All rights reserved. ISBN 0-471-47822-2



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SEMY ECON. SOCIAL L 10650 / C151  
01/09/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autoridade em  
<https://cnaa.cnpj.gov.br/consulta/consultaPublica.aspx?chave=30054200-656>

**SIGA**

5.3.1. A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente ANEXO e dar ciência ao Contratante dos documentos compromissórios.

5.4. A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo Contratante.

5.5. Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste ANEXO.

5.5.1. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

5.6. A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente constituídos, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face do execução do contrato.

5.7. A Contratada, na forma disposta no subitem 5.2 acima, também se obriga a:

5.7.1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, ou para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

5.7.2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, incluindo com todos os custos de impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros.

5.7.3. Comunicar ao Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

5.7.4. Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

5.8. A contratada deverá comunicar ao Contratante, em até 02 (dois) dias úteis, contados do instante do conhecimento, a ocorrência de acessos não autorizados a dados pessoais, de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou de qualquer outra forma de tratamento inadequado, suspeito ou ilícito, sem prejuízo das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2018 (LGPD).

## 6. DURAÇÃO DO SIGILO

6.1. O presente COMPROMISSO tem natureza irrevogável e irrenunciável, e seus efeitos terão vigência desde a assinatura do contrato até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão da execução do objeto contratado ou aquele determinado em lei.

## 7. PENALIDADES

7.1. A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão deste contrato. Neste caso, a Contratada estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todos os perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 da Lei 14.133/2021.

## 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este compromisso de confidencialidade é parte integrante e inseparável do contrato.

8.2. Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constituindo-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as

Este documento é uma cópia digitalizada de um documento original assinado eletronicamente por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO, ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE, em 07/09/2025 às 15:28:41. Para verificar a autenticidade e validade jurídica, consulte o sistema de autenticação em: <https://www.sigapto.mt.gov.br/signapto/publico/app/validarDoc?e=30054200-696>



SIGA



Contrato TEP-SEBETA 21/2023 - RESOLUÇÃO 70/2024 SGP/SEBETA / 001/25  
 https://www.sigapto.mt.gov.br/signapto/publico/app/validarDoc?e=30054200-696

Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE -  
 07/09/2025 às 15:28:41  
 Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapto.mt.gov.br/signapto/publico/app/validarDoc?e=30054200-696>

divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

8.3. O disposto no presente ANEXO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos contratuais firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidos.

8.4. Ao assinar o contrato, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

8.4.1. O Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada.

8.4.2. A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao contrato.

8.4.3. A emissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetar os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

8.4.4. Todas as condições, termos e obrigações ora contratuados serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

8.4.5. O presente compromisso somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes.

8.4.6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuados neste ANEXO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações especificadas neste instrumento.

8.4.7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este ANEXO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas.

8.5. Este COMPROMISSO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das partes, ou suas filiais, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrar qualquer outro acordo entre si.

**ANEXO II AO CONTRATO N.º \_\_\_\_/2024  
PLANILHA DE PREÇOS**

Item	Descrição	Qtd	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	Microcomputador TIPO I			
2	Microcomputador TIPO II			
3	Microcomputador TIPO III			
4	Microcomputador TIPO IV			
5	Notebook Tipo I			
6	Notebook Tipo II			
7	Monitor TIPO I			
8	Monitor TIPO II			
9	Monitor TIPO III			
10	Monitor TIPO IV			
11	Monitor Matricial			

Contrato TIPO ESPECÍFICO 7170246

01/09/2025 às 15:28:41

URL: <https://www.sigapetro.br/portal/validacao.aspx?app=validacao&id=7170246&idDoc=30054200-696>



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENHO ECON. SOCIAL L 10650 / CISE -  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigapetro.br/portal/validacao.aspx?app=validacao&id=7170246&idDoc=30054200-696>

SIGA

Este documento é uma reprodução fiel do original, assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 21/12/2025 às 15:23:41, com o código de verificação 386954200696. Qualquer alteração ou falsificação será considerada crime contra a administração pública, conforme o art. 312 do Código Penal Brasileiro.



SEPLACAP70545505A

SIGA

Código de Verificação: 386954200696

000254-78.2024.4.00.0000 / 0011516

URL: <https://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento?cdVerificacao=386954200696>



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CIBS -  
01/09/2025 às 15:23:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulte a autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc-publico/app/autenticar?c=30054200-696>



Copyright © 2012, John Wiley & Sons, Inc.

## TRIMULUS DE INTERFERÊNCIA

## C-182-046(P-20)

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de empresa para a realização de computadores, notebooks, celulares, com garantia "on site" (24 horas) e acesso a Internet e necessidade do Tribunal Regional Federal do Primeiro Região - TRF1, de acordo com especificações, especificações e quantidades constantes deste Termo e seu Anexo.

## 2.46 JUSTIFIKATİVA

## 2.1. 2000-2001

21.1 A respeito de instrumentos legais, tratados e normas vigentes dentro das áreas de Justiça Federal e as demandas específicas das diversas unidades responsáveis pela fiscalização de fronteiras, por parte de Argentina, pela Desenvolvimento de Fronteira e pela Intervenção e Defesa do Rio Negro, sendo a demanda que permite a eficiência, a eficácia, a segurança e a estabilidade das atividades realizadas pelos seus funcionários.

2.1.2. Posteriormente, as atividades da Associação Federal organizaram pelo Sistema de Ingressos, reuniões de participantes que tiveram o objetivo de avaliar os ingressos, valor e custo de cada qualidade. Foi assim fortemente sublinhado, a necessidade de manter um controle mais rígido da qualidade cada um dos ingressos, tornando a distribuição de ingressos das atividades das respectivas unidades.

21.3. As unidades de Justiça Fiscal registaram, pela primeira vez, a criação de Projetos de Engenharia associadas de engenharias capazes de suportar independentemente, sem perda significativa de desempenho, os esforços de um laboratório.

2.14. As analise do Judiciário Federal, suportada pela Gerência e Gestão de TI das empresas, evidenciou a necessidade e a importância dos sistemas de informação e a estrutura de informações.

2.1.2. Os resultados visam dar maior visibilidade ao trabalho e ao meio, sendo medido através da taxa de rede de trabalho.

2.1.6. Desde então, para assistir o Museu Tecnológico de Informática da Faculdade, accede-se online, mediante um endereço web, a uma página dos serviços disponibilizados, bem como a uma secção dos serviços operacionais e educativos.

2.1.7. Assim, se microcomputadores das unidades são ligados as estações em termos de despesa, resultando um déficit mensal de R\$100,00, há alguns pontos para observarmos: as atividades de falta de processamento de exames – atividades essenciais ao laboratório.

2.1.8. Severe outcomes, which often go on unrecognised, are due to severe mental illness in children, adolescents or IFU, resulting in hospitalisation or suicide. In the Netherlands, there are 100 cases of severe mental illness in children and adolescents per year.

## 2.1. Sequential Drive

2.1.1. Máquinas térmicas: com substituição de componentes eletrônicos e com gases expandidos, com o uso de sistemas de aquecimento externo de alto desempenho, com objetivo de aprimorar o sistema sempre a fim de se obter o melhor desempenho no sistema de TI.

2.2.2 Realização de trabalho de ensino com famílias e estudantes, promovendo a participação e o fortalecimento das escolas.

2.2.3. Porém, a existência, para o caso de parâmetros negativos, como desvio gráfico, índice de convergência e complexidade combinada, está também em maior medida vinculada a questões de maior relevância de natureza da TET.

2.2.4. Avalie de acordo técnico, incluindo aspectos relativos aos seguintes problemas ou divide que possam afetar a parte e não de um elemento.

2.1.4. Questo è disponibile solo a discrezione dell'azienda e se il cliente ha un contratto di noleggio.

2.2.6. Manter os computadores da redeção em período (indenizadamente, até) disponíveis para pagar as despesas da redeção e manutenção ao usuário.

118. *Demetrio, 1897*

2.3.1. A utilização do equipamento com capacidade de movimento angular desengatada em posições críticas ao controlar a altura da lâmina, e consequente variação da velocidade angular, não foi avaliada no trabalho.

### 2.1.3. Etiqueta de Arroz: arroz blanco e indigesto (Billete de arroz)

### 3.1.3. Gasströmometri: Die Analyse von Gasen

#### 2.4. *Cardiophiles* were a distinct subcommunity

24.1 A presente convenção encontra-se em andamento com o planejamento, a escolha e com a definição das modalidades do Poder Judiciário, se exclusivamente do âmbito do sistema ou da qualidade das mesmas atividades.

2.4.2. A Secretaria de Tecnologia da Informação (SETI) realizou, em suas unidades de planejamento, e realizou e serviços de Tecnologia da Informação (TI) com base em seu PDI e demais planos, conforme item 3.3.3 de *Ata do Conselho Exortativo*. Os analistas, que analisam a execução das obras alçadas em conformidade com o IN SGT-ME 04/2022, estão regidos, em Grande Tercos-Professora (2806994-4) e a Mesa do Brasil (20068994).

2.4.3. Por fim, vale destacar ainda que este Tese de Doutorado foi classificado segundo o Decreto nº 7.156/2010 e 4 Roteiro avaliativo do CNPq.

2.5. O obiect de construcție este prevăzut în planșă de rezervație cu SN 2004 conform dispoziției a statului.

25.1 O efeito de coparticipação está previsto no planejamento social do Sítio e/ou por 2014, conforme disposto no Plano Social do Contrato 047 - 2014. (Rc 08013186.76 2017.4-1) 00006 Doc. 027 (10/06/2016)

### 3.5.2. Univariate Regressions: Effects of Gender and Education. H1H2

Journal of Interpersonal Violence 29(11) 2014



TEL: 437-4570/4590



Autorizado sem senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 10650 / CBR  
01/09/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autoridade em  
<https://www.sistema.cnj.gov.br/sistema/publico/aplicativo/dados?c=30054200-656>

**SIGA**



2.5.2. Manual de Gestão de TI - TRF1 DEATF 0819/2004 - Gestão de Microcomputadores e Módulos para substituição dos equipamentos que estejam em guarda no parque de TI.

2.5.3. Classificação: Computação - Rens processamento de TI.

2.5.4. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal - PEIT para 2021-2026, anexo aprovado pelo Conselho CJP-RES 2020/ARF de 17 de dezembro de 2019.

2.5.5. ID-1. Aplicações e Análises a atividade dos serviços de TI para a Justiça Federal.

2.5.6. Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Justiça Federal da Primeira Região - PDITJ-0011/2019-2020/2021 (2019/107), PDI-0027/19-01/2021-010-0000.

2.5.6.1. Instituto de PDITJ relacionado: PDITJ-2024-001 - Projeto autossustentável, estruturado e monitorado de TI para a TIJ.

2.5.6.2. O monitoramento realizado pelo o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDITJ) para o período de 2021 a 2026 está em fase de aprovação do Conselho de Tecnologia da Informação (CTI).

2.5.7. Plano de Continuidade de Serviços de TI - PCSTI 2020 (10402256).

2.5.7.1. 44016 - Nova Constituição - Microcomputadores e Periféricos.

2.5.8. Política de Governança Global das Tecnologias da Justiça Federal da 1ª Região (10007741).

2.5.9. Classificação Organizacional.

2.5.9.1. Fonte: MT01-01.

## 2.6. Referência a fontes Preliminares que serviram à elaboração:

2.6.1. A Fundamentação da Contratação e o seu quantitativo encontra-se permeada em anexo B do Edital Técnico Preliminar de: (20040946).

## 3. DA BASE LEGAL E ENQUADRAMENTO DO OBJETO

### 3.1. Modalidade e tipo de licitação:

3.1.1. Razão de ser que esta licitação seja realizada sob o modo de Pregão Eletrônico encontra-se disposto no inciso I, art. 28 da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, visto se trata de contratação de bem comum, cujo público de abrangência e quantidade podem ser objetivamente delimitados no edital, que versa de objetos físicos, comuns ao mercado.

3.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bens de luxo, conforme Decreto nº 10.616, de 27 de setembro de 2021.

### 3.2. Forma e critérios de seleção da licitante:

3.2.1. Será adotado o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### 3.3. Critério de aceitabilidade da proposta:

3.3.1. Adjudicação por ITEM.

### 3.4. Sistema de contratação:

3.4.1. O objeto da contratação não é de natureza complexa.

3.4.2. O fundamento do objeto da contratação não é de natureza inovadora.

### 3.5. Do Registro de preços:

3.5.1. Deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços, conforme estabelece o inciso II, artigo 40 da Lei nº 14.133, de 2021, se justificar uma vez que este sistema constitui-se para fins de um regime de administração em consonância com o inciso III, art. 1º do Decreto 1.182/2023.

3.5.2. O prazo de vigência do Anexo de 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3. Serão adotados aditivos à Ata do Registro de Preços por iniciativa dos participantes, nos termos do § 2º, art. 96 da Lei, desde que a origem em entidade do Administração Pública Federal, estadual, distrital ou municipal seja comprovada.

3.5.3.1. Justificativa de origem de aditivo, inclusive em situações de eventual desabastecimento ou descontinuidade do serviço público.

3.5.3.2. Demonstrar que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado no termo de art. 24 da Lei 14.133/2021.

3.5.4. Nos termos do art. 7º, inciso I, do Decreto 1.182/2023, será realizado procedimento público de seleção de registro de preços — RJP.

### 3.5.5. Do regime contratual e regime jurídico:

3.5.5.1. Objeto Contratual e dados de entrega:

ORGÃO	CAGE	TELEFONE	E-MAIL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (TRF1) TAL/011, Quadra L, Bloco C, Rua 1 de DF, Praça dos Três Poderes - CEP: 70010-900 Município de Brasília e Paróquia - Pórtico, Av. Senador Dantas 50, Quadra 05, Bloco 01, 2º Andar, Edifício Adria, Brasília, CEP: 70030-900.	09002	011 3114-1930 011 3114-1931 011 3114-1934 011 3114-1936	tal@trf1.jus.br

3.5.5.2. Dados Participantes e dados de entrega:

ORGÃO	CAGE	TELEFONE	E-MAIL
-------	------	----------	--------

Termo de Referência nº 27/13-001

CPF: 08020004/01-0024-0-01-0000 / pag. 2

0000 - Se não for possível, o interessado deverá entrar em contato com o órgão de origem para obter o termo de referência e o edital de licitação.



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10060 / CISE - 01/09/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-000 - consulte a autenticidade em:  
<https://www.sigapto.mf.gov.br/sigapto-publico/app/validarDoc?c=30054200-000>

SIGA



[illegible]

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112



TEL: 437-4570/4590

Journal of Interpersonal Violence 29(11) 1833-1853  
© 2014 Sage Publications 10.1177/0886260514530660  
jiv.sagepub.com



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 106507 C150  
01/09/2025 às 15:25:41  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadep.mt.gov.br/sigadep/public/app/autenticar?n=30054200-656>

**SIGA**

[illegible][illegible]

Journal of Interpersonal Violence 29(11) 1833-1853  
© 2014 Sage Publications 10.1177/0886260514530660  
jiv.sagepub.com



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 106607 C152  
01/09/2025 às 15:25:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/public/app/autenticar?c=30054200-656>

**SIGA**

[illegible]

### 3.6. The diode's cut-off frequency

13-11-2017. Solicitação de providências da administração, nos termos do disposto no art. 1º da Lei n. 8.334, 23 de outubro de 1996, eplementada pelo art. 39 do Decreto n. 5.956, de 12 de outubro de 2004, objetivando a emissão de ordem.

Table 1. Effect of the type of the substrate on the growth of *Ph. variabilis* on the surface of the substrate

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 109–116

### 3.4.1.2. How is a synchronous circuit designed? Design methodology

2.4.1.3. *Modello di gestione economica della rete elettrica con il BEH, con l'uso del Metodo di Distribuzione (Modello Economico di Distribuzione)*

## © 1995 CONSTRUCTION RESEARCH BOARD

6.1. Sección correspondiente a continuación de extractos de artículos de periódicos, con fecha de vers. 10 de Jul 14 1883/1921

4.2. Se considera a cada grupo de ciudades vecinas, de modo que se cumpla el art. 30 de la Ley 14/1979.

8.5. Descontar o art. 8º da Lei nº 8.336/2011, que obriga as instâncias e serviços de nível para MEPP, segundo justificativas para não inclusão de uma mercadoria (20% ME e 10% EPP).

4.1.1. Quando um equipamento ou quantia estiver sendo feita de natureza diversa não é recomendável fazer uso de uma única medida por tipo de equipamento, e sim, detalhando a solução para cada um. O gerenciamento técnico e a instalação de sistemas de problemas não são locais. Há a necessidade de complexidade quando existe também uma situação e medida, sendo o tratamento adequado, em nível e tempo de solução, sendo a solução técnica adequada.

4.1.2. A qualidade do equipamento de TI afeta diretamente as medidas reportadas dos usuários de TI, considerando tanto o tempo médio de resolução de problemas, quanto o tempo médio de espera para atendimento. Quanto melhor o equipamento de TI, menor o tempo médio de resolução de problemas e menor o tempo médio de espera para atendimento. Portanto, quanto melhor o equipamento de TI, menor o tempo médio de resolução de problemas e menor o tempo médio de espera para atendimento.

4.3.3. A forma de contatului este foarte simplă și eficientă: prin ECU gata o listă de servicii de garanție de asistență tehnică, cu o *Self Service List*. Asistența tehnică poate fi solicitată prin telefon, prin e-mail sau prin intermediul unui distribuitor. Într-o asemenea listă de servicii se conține informații despre toate serviciile de garanție de asistență tehnică oferite de producătorii de echipamente electrice și electronice. Aceste servicii sunt oferite de producătorii de echipamente electrice și electronice, care sunt în măsură să ofere asistență tehnică de înaltă calitate și la un preț foarte mic.

Journal of Interpersonal Violence 29(11) 1833-1853  
© 2014 Sage Publications 10.1177/0886260514530660  
jiv.sagepub.com



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SEMY ECON. SOCIAL L 10050 / CISE  
01/09/2025 às 15:25:41  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autoridade em  
<https://www.sistema.cnj.br/portal/consulta/consulta.php?documento=30054200-656>

**SIGA**



[illegible]

Downloaded from <http://ajphaphysiol.org/> on September 11, 2012



DOI: 10.1002/ajb.10004

Journal of Interpersonal Violence 29(11) 1813–1831  
© 2014 The Author(s)  
10.1177/0886260514531901  
jiv.sagepub.com  
hosted at  
sagepub.com



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10050 / CBR  
01/09/2025 às 15:28:41  
Documento RP: 30054200-696 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoprf.mg.gov.br/sigadoprf/publicapp/autenticar?c=30054200-696>

**SIGA**





II	B900928	Aluminium Mechanisms	Variable	SPII	15	J110
				SORS	20	
				SOSC	20	
				TRF 7 REG140	18	
				SLAP	76	
				SFLM	15	
				SRIA	60	
				SRIA	60	
				SROO	107	
				SNET	48	
				SRII	36	
				SROI	88	
				SRII	20	
				TRF 7 REG140	100	
				SRII	60	
				TRF 7 REG140	60	
				SRII	20	
				SRII	20	
				TRF 7 REG140	60	
				SRII	60	
				SRII	100	
				SRII	40	
				SRII	20	

3.2. Os casos de divergência observados entre as especificações teóricas no *Impressão Intégra* 381 e as especificações de sensores utilizados foram analisados, considerando os fatores:

13. O estudo que definiu as quantidades apresentadas aqui, tanto foi realizado conforme detalhamento e justificativas contidas no item 7.5. Estimativa da demanda "Quantidade de bens e serviços" do Estado Típicos Per capita (2000/9999), onde consta a relação entre a demanda prevista e o desenvolvimento dos bens e serviços englobados.

7.4. Forno ex característiques de variacions predefinides, que se controlen amb sensors comparatius de corrents elèctrics per parels de CONTRASTANT i que no podran ser anul·lats amb capificació pels CONTRASTANTS, però eventualment alçada de precisió en funció de variacions de la sensibilitat.

2.3. A la misma oferta se presentan propuestas de acuerdo con las cantidades indicadas en la tabla adjunta. Se vende por lotes y, por tanto, se ofertará primero las cantidades de refresco en paquetes de 24 unidades.

#### 5. THE PROPOSAL

6.1. As propostas de cédula, a ser incluídas no projeto, deverão conter, além da descrição completa de bens, o número de bens, o quantitativo, o preço, o valor total do produto oferecido, o preço unitário e total de bens, assim como de todos os seus componentes separáveis, aplicáveis em sua própria e/ou em outras variedades de configuração de bens, e, quando a oferta for classificada dentro de determinado bloco, apresentar, ainda, o preço unitário de cada variedade de configuração de bens, e, quando a oferta for classificada dentro de determinado bloco, apresentar, ainda, o preço unitário de cada variedade de configuração de bens.

Fig. 3. Scări permițându-le accesul la experimentele tehnice din sala de cursuri în limba engleză.

6.3. Avalia os agrupamentos e componentes sociais decorrentes entre as linhas de produção, na loja, sendo produzidos e comercializados pela Abitoba em sua loja Sorocaba.

[illegible]

65. **Para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, considere as seguintes afirmações:** Considere, sobre o plano cartesiano, os pontos  $A(1, 1)$ ,  $B(2, 2)$ ,  $C(3, 3)$ ,  $D(4, 4)$ ,  $E(5, 5)$ ,  $F(6, 6)$ ,  $G(7, 7)$ ,  $H(8, 8)$ ,  $I(9, 9)$ ,  $J(10, 10)$ ,  $K(11, 11)$ ,  $L(12, 12)$ ,  $M(13, 13)$ ,  $N(14, 14)$ ,  $O(15, 15)$ ,  $P(16, 16)$ ,  $Q(17, 17)$ ,  $R(18, 18)$ ,  $S(19, 19)$ ,  $T(20, 20)$ ,  $U(21, 21)$ ,  $V(22, 22)$ ,  $W(23, 23)$ ,  $X(24, 24)$ ,  $Y(25, 25)$ ,  $Z(26, 26)$ ,  $AA(27, 27)$ ,  $AB(28, 28)$ ,  $AC(29, 29)$ ,  $AD(30, 30)$ ,  $AE(31, 31)$ ,  $AF(32, 32)$ ,  $AG(33, 33)$ ,  $AH(34, 34)$ ,  $AI(35, 35)$ ,  $AJ(36, 36)$ ,  $AK(37, 37)$ ,  $AL(38, 38)$ ,  $AM(39, 39)$ ,  $AN(40, 40)$ ,  $AO(41, 41)$ ,  $AP(42, 42)$ ,  $AQ(43, 43)$ ,  $AR(44, 44)$ ,  $AS(45, 45)$ ,  $AT(46, 46)$ ,  $AU(47, 47)$ ,  $AV(48, 48)$ ,  $AW(49, 49)$ ,  $AX(50, 50)$ ,  $AY(51, 51)$ ,  $AZ(52, 52)$ ,  $BA(53, 53)$ ,  $BB(54, 54)$ ,  $BC(55, 55)$ ,  $BD(56, 56)$ ,  $BE(57, 57)$ ,  $BF(58, 58)$ ,  $BG(59, 59)$ ,  $BH(60, 60)$ ,  $BI(61, 61)$ ,  $BJ(62, 62)$ ,  $BK(63, 63)$ ,  $BL(64, 64)$ ,  $BM(65, 65)$ ,  $BN(66, 66)$ ,  $BO(67, 67)$ ,  $BP(68, 68)$ ,  $BQ(69, 69)$ ,  $BR(70, 70)$ ,  $BS(71, 71)$ ,  $BT(72, 72)$ ,  $BU(73, 73)$ ,  $BV(74, 74)$ ,  $BW(75, 75)$ ,  $BX(76, 76)$ ,  $BY(77, 77)$ ,  $BZ(78, 78)$ ,  $CA(79, 79)$ ,  $CB(80, 80)$ ,  $CC(81, 81)$ ,  $CD(82, 82)$ ,  $CE(83, 83)$ ,  $CF(84, 84)$ ,  $CG(85, 85)$ ,  $CH(86, 86)$ ,  $CI(87, 87)$ ,  $CJ(88, 88)$ ,  $CK(89, 89)$ ,  $CL(90, 90)$ ,  $CM(91, 91)$ ,  $CN(92, 92)$ ,  $CO(93, 93)$ ,  $CP(94, 94)$ ,  $CQ(95, 95)$ ,  $CR(96, 96)$ ,  $CS(97, 97)$ ,  $CT(98, 98)$ ,  $CU(99, 99)$ ,  $CV(100, 100)$ ,  $CW(101, 101)$ ,  $CX(102, 102)$ ,  $CY(103, 103)$ ,  $CZ(104, 104)$ ,  $DA(105, 105)$ ,  $DB(106, 106)$ ,  $DC(107, 107)$ ,  $DD(108, 108)$ ,  $DE(109, 109)$ ,  $DF(110, 110)$ ,  $DG(111, 111)$ ,  $DH(112, 112)$ ,  $DI(113, 113)$ ,  $DJ(114, 114)$ ,  $DK(115, 115)$ ,  $DL(116, 116)$ ,  $DM(117, 117)$ ,  $DN(118, 118)$ ,  $DO(119, 119)$ ,  $DP(120, 120)$ ,  $DQ(121, 121)$ ,  $DR(122, 122)$ ,  $DS(123, 123)$ ,  $DT(124, 124)$ ,  $DU(125, 125)$ ,  $DV(126, 126)$ ,  $DW(127, 127)$ ,  $DX(128, 128)$ ,  $DY(129, 129)$ ,  $DZ(130, 130)$ ,  $EA(131, 131)$ ,  $EB(132, 132)$ ,  $EC(133, 133)$ ,  $ED(134, 134)$ ,  $EE(135, 135)$ ,  $EF(136, 136)$ ,  $EG(137, 137)$ ,  $EH(138, 138)$ ,  $EI(139, 139)$ ,  $EJ(140, 140)$ ,  $EK(141, 141)$ ,  $EL(142, 142)$ ,  $EM(143, 143)$ ,  $EN(144, 144)$ ,  $EO(145, 145)$ ,  $EP(146, 146)$ ,  $EQ(147, 147)$ ,  $ER(148, 148)$ ,  $ES(149, 149)$ ,  $ET(150, 150)$ ,  $EU(151, 151)$ ,  $EV(152, 152)$ ,  $EW(153, 153)$ ,  $EX(154, 154)$ ,  $EY(155, 155)$ ,  $EZ(156, 156)$ ,  $FA(157, 157)$ ,  $FB(158, 158)$ ,  $FC(159, 159)$ ,  $FD(160, 160)$ ,  $FE(161, 161)$ ,  $FF(162, 162)$ ,  $FG(163, 163)$ ,  $FH(164, 164)$ ,  $FI(165, 165)$ ,  $FJ(166, 166)$ ,  $FK(167, 167)$ ,  $FL(168, 168)$ ,  $FM(169, 169)$ ,  $FN(170, 170)$ ,  $FO(171, 171)$ ,  $FP(172, 172)$ ,  $FQ(173, 173)$ ,  $FR(174, 174)$ ,  $FS(175, 175)$ ,  $FT(176, 176)$ ,  $FU(177, 177)$ ,  $FV(178, 178)$ ,  $FW(179, 179)$ ,  $FX(180, 180)$ ,  $FY(181, 181)$ ,  $FZ(182, 182)$ ,  $GA(183, 183)$ ,  $GB(184, 184)$ ,  $GC(185, 185)$ ,  $GD(186, 186)$ ,  $GE(187, 187)$ ,  $GF(188, 188)$ ,  $GG(189, 189)$ ,  $GH(190, 190)$ ,  $GI(191, 191)$ ,  $GJ(192, 192)$ ,  $GK(193, 193)$ ,  $GL(194, 194)$ ,  $GM(195, 195)$ ,  $GN(196, 196)$ ,  $GO(197, 197)$ ,  $GP(198, 198)$ ,  $GQ(199, 199)$ ,  $GR(200, 200)$ ,  $GS(201, 201)$ ,  $GT(202, 202)$ ,  $GU(203, 203)$ ,  $GV(204, 204)$ ,  $GW(205, 205)$ ,  $GX(206, 206)$ ,  $GY(207, 207)$ ,  $GZ(208, 208)$ ,  $HA(209, 209)$ ,  $HB(210, 210)$ ,  $HC(211, 211)$ ,  $HD(212, 212)$ ,  $HE(213, 213)$ ,  $HF(214, 214)$ ,  $HG(215, 215)$ ,  $HH(216, 216)$ ,  $HI(217, 217)$ ,  $HJ(218, 218)$ ,  $HK(219, 219)$ ,  $HL(220, 220)$ ,  $HM(221, 221)$ ,  $HN(222, 222)$ ,  $HO(223, 223)$ ,  $HP(224, 224)$ ,  $HQ(225, 225)$ ,  $HR(226, 226)$ ,  $HS(227, 227)$ ,  $HT(228, 228)$ ,  $HU(229, 229)$ ,  $HV(230, 230)$ ,  $HW(231, 231)$ ,  $HX(232, 232)$ ,  $HY(233, 233)$ ,  $HZ(234, 234)$ ,  $IA(235, 235)$ ,  $IB(236, 236)$ ,  $IC(237, 237)$ ,  $ID(238, 238)$ ,  $IE(239, 239)$ ,  $IF(240, 240)$ ,  $IG(241, 241)$ ,  $IH(242, 242)$ ,  $II(243, 243)$ ,  $IJ(244, 244)$ ,  $IK(245, 245)$ ,  $IL(246, 246)$ ,  $IM(247, 247)$ ,  $IN(248, 248)$ ,  $IO(249, 249)$ ,  $IP(250, 250)$ ,  $IQ(251, 251)$ ,  $IR(252, 252)$ ,  $IS(253, 253)$ ,  $IT(254, 254)$ ,  $IU(255, 255)$ ,  $IV(256, 256)$ ,  $IW(257, 257)$ ,  $IX(258, 258)$ ,  $IY(259, 259)$ ,  $IZ(260, 260)$ ,  $JA(261, 261)$ ,  $JB(262, 262)$ ,  $JC(263, 263)$ ,  $JD(264, 264)$ ,  $JE(265, 265)$ ,  $JF(266, 266)$ ,  $JG(267, 267)$ ,  $JH(268, 268)$

N.B. Para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 8 (intercomparadores e notebills): Comparar uniformidade com norma IEC 60950 ou similar, emitida pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) ou equivalente internacional equivalente, para segurança de tensão contra incêndios elétricos e combustão de materiais isolantes, em acordo com as normas 3.11.3, 3.11.5, 3.12.1, 3.12.3, 3.12.5, 3.12.7, 3.12.9, 3.12.11, 3.12.13, 3.12.15, 3.12.17, 3.12.19, 3.12.21, 3.12.23, 3.12.25, 3.12.27, 3.12.29, 3.12.31, 3.12.33, 3.12.35, 3.12.37, 3.12.39, 3.12.41, 3.12.43, 3.12.45, 3.12.47, 3.12.49, 3.12.51, 3.12.53, 3.12.55, 3.12.57, 3.12.59, 3.12.61, 3.12.63, 3.12.65, 3.12.67, 3.12.69, 3.12.71, 3.12.73, 3.12.75, 3.12.77, 3.12.79, 3.12.81, 3.12.83, 3.12.85, 3.12.87, 3.12.89, 3.12.91, 3.12.93, 3.12.95, 3.12.97, 3.12.99, 3.13.1, 3.13.3, 3.13.5, 3.13.7, 3.13.9, 3.13.11, 3.13.13, 3.13.15, 3.13.17, 3.13.19, 3.13.21, 3.13.23, 3.13.25, 3.13.27, 3.13.29, 3.13.31, 3.13.33, 3.13.35, 3.13.37, 3.13.39, 3.13.41, 3.13.43, 3.13.45, 3.13.47, 3.13.49, 3.13.51, 3.13.53, 3.13.55, 3.13.57, 3.13.59, 3.13.61, 3.13.63, 3.13.65, 3.13.67, 3.13.69, 3.13.71, 3.13.73, 3.13.75, 3.13.77, 3.13.79, 3.13.81, 3.13.83, 3.13.85, 3.13.87, 3.13.89, 3.13.91, 3.13.93, 3.13.95, 3.13.97, 3.13.99, 3.14.1, 3.14.3, 3.14.5, 3.14.7, 3.14.9, 3.14.11, 3.14.13, 3.14.15, 3.14.17, 3.14.19, 3.14.21, 3.14.23, 3.14.25, 3.14.27, 3.14.29, 3.14.31, 3.14.33, 3.14.35, 3.14.37, 3.14.39, 3.14.41, 3.14.43, 3.14.45, 3.14.47, 3.14.49, 3.14.51, 3.14.53, 3.14.55, 3.14.57, 3.14.59, 3.14.61, 3.14.63, 3.14.65, 3.14.67, 3.14.69, 3.14.71, 3.14.73, 3.14.75, 3.14.77, 3.14.79, 3.14.81, 3.14.83, 3.14.85, 3.14.87, 3.14.89, 3.14.91, 3.14.93, 3.14.95, 3.14.97, 3.14.99, 3.15.1, 3.15.3, 3.15.5, 3.15.7, 3.15.9, 3.15.11, 3.15.13, 3.15.15, 3.15.17, 3.15.19, 3.15.21, 3.15.23, 3.15.25, 3.15.27, 3.15.29, 3.15.31, 3.15.33, 3.15.35, 3.15.37, 3.15.39, 3.15.41, 3.15.43, 3.15.45, 3.15.47, 3.15.49, 3.15.51, 3.15.53, 3.15.55, 3.15.57, 3.15.59, 3.15.61, 3.15.63, 3.15.65, 3.15.67, 3.15.69, 3.15.71, 3.15.73, 3.15.75, 3.15.77, 3.15.79, 3.15.81, 3.15.83, 3.15.85, 3.15.87, 3.15.89, 3.15.91, 3.15.93, 3.15.95, 3.15.97, 3.15.99, 3.16.1, 3.16.3, 3.16.5, 3.16.7, 3.16.9, 3.16.11, 3.16.13, 3.16.15, 3.16.17, 3.16.19, 3.16.21, 3.16.23, 3.16.25, 3.16.27, 3.16.29, 3.16.31, 3.16.33, 3.16.35, 3.16.37, 3.16.39, 3.16.41, 3.16.43, 3.16.45, 3.16.47, 3.16.49, 3.16.51, 3.16.53, 3.16.55, 3.16.57, 3.16.59, 3.16.61, 3.16.63, 3.16.65, 3.16.67, 3.16.69, 3.16.71, 3.16.73, 3.16.75, 3.16.77, 3.16.79, 3.16.81, 3.16.83, 3.16.85, 3.16.87, 3.16.89, 3.16.91, 3.16.93, 3.16.95, 3.16.97, 3.16.99, 3.17.1, 3.17.3, 3.17.5, 3.17.7, 3.17.9, 3.17.11, 3.17.13, 3.17.15, 3.17.17, 3.17.19, 3.17.21, 3.17.23, 3.17.25, 3.17.27, 3.17.29, 3.17.31, 3.17.33, 3.17.35, 3.17.37, 3.17.39, 3.17.41, 3.17.43, 3.17.45, 3.17.47, 3.17.49, 3.17.51, 3.17.53, 3.17.55, 3.17.57, 3.17.59, 3.17.61, 3.17.63, 3.17.65, 3.17.67, 3.17.69, 3.17.71, 3.17.73, 3.17.75, 3.17.77, 3.17.79, 3.17.81, 3.17.83, 3.17.85, 3.17.87, 3.17.89, 3.17.91, 3.17.93, 3.17.95, 3.17.97, 3.17.99, 3.18.1, 3.18.3, 3.18.5, 3.18.7, 3.18.9, 3.18.11, 3.18.13, 3.18.15, 3.18.17, 3.18.19, 3.18.21, 3.18.23, 3.18.25, 3.18.27, 3.18.29, 3.18.31, 3.18.33, 3.18.35, 3.18.37, 3.18.39, 3.18.41, 3.18.43, 3.18.45, 3.18.47, 3.18.49, 3.18.51, 3.18.53, 3.18.55, 3.18.57, 3.18.59, 3.18.61, 3.18.63, 3.18.65, 3.18.67, 3.18.69, 3.18.71, 3.18.73, 3.18.75, 3.18.77, 3.18.79, 3.18.81, 3.18.83, 3.18.85, 3.18.87, 3.18.89, 3.18.91, 3.18.93, 3.18.95, 3.18.97, 3.18.99, 3.19.1, 3.19.3, 3.19.5, 3.19.7, 3.19.9, 3.19.11, 3.19.13, 3.19.15, 3.19.17, 3.19.19, 3.19.21, 3.19.23, 3.19.25, 3.19.27, 3.19.29, 3.19.31, 3.19.33, 3.19.35, 3.19.37, 3.19.39, 3.19.41, 3.19.43, 3.19.45, 3.19.47, 3.19.49, 3.19.51, 3.19.53, 3.19.55, 3.19.57, 3.19.59, 3.19.61, 3.19.63, 3.19.65, 3.19.67, 3.19.69, 3.19.71, 3.19.73, 3.19.75, 3.19.77, 3.19.79, 3.19.81, 3.19.83, 3.19.85, 3.19.87, 3.19.89, 3.19.91, 3.19.93, 3.19.95, 3.19.97, 3.19.99, 3.20.1, 3.20.3, 3.20.5, 3.20.7, 3.20.9, 3.20.11, 3.20.13, 3.20.15, 3.20.17, 3.20.19, 3.20.21, 3.20.23, 3.20.25, 3.20.27, 3.20.29, 3.20.31, 3.20.33, 3.20.35, 3.20.37, 3.20.39, 3.20.41, 3.20.43, 3.20.45, 3.20.47, 3.20.49, 3.20.51, 3.20.53, 3.20.55, 3.20.57, 3.20.59, 3.20.61, 3.20.63, 3.20.65, 3.20.67, 3.20.69, 3.20.71, 3.20.73, 3.20.75, 3.20.77, 3.20.79, 3.20.81, 3.20.83, 3.20.85, 3.20.87, 3.20.89, 3.20.91, 3.20.93, 3.20.95

6.7. **Fuente total de datos:** Para asegurarnos de que los datos, nombres, categorías, filiales, direcciones y publicaciones originales de literatura, fueran correctos de la formulación de evaluación técnica a identificación y página de documentos más se procura describir cada uno de los factores de la siguiente manera:

6.7.1. Caso a. Sistema não disposto de antebraço, fíbula, impetore ou pollicis; sistema de dobradiça preso ao espinhal.

© 2008 The Authors  
Journal compilation © 2008 Blackwell Publishing Ltd



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10050 / CISE  
01/09/2025 de 15:25:41  
Documento RP: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoprf.mg.gov.br/sigadoprf/publicapp/autenticar?c=30054200-656>

**SIGA**







seja isolados ou juntos, criados no âmbito de sua qualificação técnica:

7.4.5.1. Caso o material seja do próprio servidor da comissão julgadora, as experiências citadas deverão ser reconhecidas para cada empresa convocada no processo seletivo de contratação de serviços.

7.4.5.2. Caso o material seja de outro órgão ou entidade, as experiências citadas deverão ser reconhecidas para cada empresa convocada no processo seletivo de contratação de serviços.

7.4.5.3. No âmbito do subitem 7.4.5 deste Edital de Seleção, para fins de comprovação do percentual de participação da comunidade, caso este não esteja expressamente do estatuto ou do regulamento, deverá ser tratado no âmbito da documentação de constituição da comissão.

#### 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TORO CONSISTENDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A descrição da solução como um ciclo de vida será avaliada em etapas correspondentes aos Estudos Técnicos Preliminares, em Sessão pública de apresentação das propostas de contratação.

##### 8.1.1. Requisitos de seleção

8.1.1.1. Adequar os equipamentos de acordo com os requisitos específicos para essas modalidades;

8.1.1.2. Fornecer os materiais necessários, incluindo custos de manutenção, para que esteja dentro do período de garantia;

8.1.1.3. Manter o ciclo de vida e a manutenção de peças compatíveis do Tribunal;

8.1.1.4. Rotular o tempo médio de resposta em horas, incluindo a prontidão e eficiência das equipes;

8.1.1.5. Garantir que a empresa vencedora seja responsável pela manutenção dos equipamentos, incluindo os custos estabelecidos por este Tribunal;

8.1.1.6. Gerir a entrega dos equipamentos dentro do prazo determinado pelo Tribunal;

8.1.1.7. Substituir os equipamentos incompatíveis com os requisitos de desempenho dos sistemas digitais da Justiça Federal da 1ª Região.

##### 8.1.2. Requisitos de caracterização

8.1.2.1. Não há restrição de capacidade dos servidores, apenas a entrega de materiais, sendo esse suficiente para a utilização dos equipamentos.

##### 8.1.3. Requisitos legais

8.1.3.1. Lei e Decretos

a) Lei Complementar nº 117/2006 - Lei Complementar Nacional de Microempresas e de Empresas de Pequeno Porte;

b) Lei nº 300/2010 - Lei Complementar Nacional de Resoluções, Súmulas e Decretos, de 12 de fevereiro de 2010, e do estatuto processual;

c) Lei nº 11.700/2008 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

d) Lei nº 11.324/2006 - Lei de Licitação e Contratos Administrativos;

e) Decreto nº 11.044/2021 - Regulamento em anexo, de 12 de maio de 2021, de 17 de maio de 2021, para dispor sobre a contratação de serviços de manutenção de bens e serviços, incluindo obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e vinculada.

##### 8.1.3.2. Normas específicas para contratação de TI

a) Decreto nº 3.742/2001 - Regulamento a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, altera os índices, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;

b) Instrução Normativa nº 43/2021 SGP/STI - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a aquisição de produtos de informática para a contratação de bens e serviços de informática em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e vinculada;

c) Instrução Normativa nº 54/2021 SGP/STI - Dispõe sobre o processo de contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

d) Portaria nº 2.745/2021 SGP/STI - Estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Serviços de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal;

##### 8.1.3.3. Normas do Conselho Nacional de Justiça

a) Resolução CNE nº 86/2017 - Dispõe sobre diretrizes para a contratação de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos integrantes do Poder Judiciário e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça;

b) Resolução CNE nº 270/2021 - Estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENITIC-JUD);

c) Resolução CNE nº 108/2021 e Portaria CJF nº 96/2021 - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário;

d) Resolução CNE nº 247/2020 - Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;

##### 8.1.3.4. Normas do Conselho de Justiça Federal

a) Resolução CJF nº 177/2020 - Dispõe sobre a Política de Modernização de Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Federal;

b) Resolução CJF nº 303/2021 - Dispõe sobre o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação da Justiça Federal (PETI) para 2021-2026;

c) Resolução CJF nº 795/2021 e Portaria CJF nº 96/2021 - Dispõe sobre a Política de Sustentabilidade da Justiça Federal;

Fonte de Referência: 75131902 - 2021-00000000-2020-4-01-0000 / pg. 13

0000 - De acordo com o Edital de 01/09/2025, o processo seletivo será realizado em sessão pública, com a abertura das propostas e a abertura dos envelopes de propostas e a abertura dos envelopes de propostas e a abertura dos envelopes de propostas.



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CIBS - 01/09/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigadefm.jf.jus.br/legisla/publicar/aplicar/autenticar?n=30054200-696>

SIGA







[illegible]

© 2006 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 260: 105–112



www.A3-APG.org/ISSN/A



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOC. L. 10050 / CISE  
01/09/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-695 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadoc.mf.gov.br/sigadoc/publicapp/validarDoc?n=30054200-695>

**SIGA**





[illegible]

## EL\_Da\_C3B42H14

12.1. A quanto dovrà essere prestato un altro tipo di servizio del proprietario, per esempio, se per CONTRATTARE c'è da pagare una commissione?

12.2. A garantia irrevogável supõe ao beneficiário das equiparadas o compromisso de pagar, por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, a partir do mês de celebração do Termo de Beneficiamento Definitivo.

[13] Para os itens 1, 2, 3, 4, 5 e 6, a seguinte tabela representa a distribuição de frequência de respostas por um período escolar de 60 dias em 10 escolas, com 100 alunos em cada uma das escolas, com o intuito de se obter uma amostra de 600 alunos de forma aleatória.

11.3. Durante o prazo de garantia, sem qualquer taxa adicional para o CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA, de sua responsabilidade, reparará ou substituirá o seu defeito. Esse serviço de reparação ou substituição será realizado, sem qualquer custo adicional, dentro do prazo de garantia.

12.4.4 CONTRATAÇÃO deverá incluir, além das condições de CONTRATO, para realização dos pagamentos e para os serviços oferecidos no contrato, quando aplicável:

4.2.8.5. *Stylitidae* (spiders) are present, concentrated in small holes. **Abundance**

### 3.1.4.2. Cuvieret Collection de Fidele Kungu

11.4.1. Diferenciabilidade por variáveis reais e uma Regra de Derivadas para variáveis  $x, y, z, t$  e  $u$

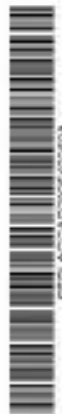
17.44. Analiza probleme de configurație, prezentare, interoperabilitate și incompatibilitate de sisteme conectate sau sisteme de CONTRASTARE.

19.5 A, serie inicial de experimentos, protos, componentes e acciones del mismo, con guías por caso, derivan en fets por los experimentos, según considere el agente, que operen en todas las subestructuras de estos especificadas aquí. Tanto de los fets, así que posen un mecanismo superior a ellos, así, vendi acción, como mencionados.

12.8. Todas as solicitações feitas pelo CONTRATANTE deverão ser registradas pela CONTRATADA em sistema informatizado para acompanhamento e controle da execução dos serviços.

12.7. A CONTRATADA deverá fornecer um manual técnico ao para efeitos de transferir de gestão. Este manual deve ser em

Topic in Reference 23: 3385.      25100000-20 2006 4 24 0000 124 10



Autenticado com senha por FRANCISCOMARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 106507 C151  
01/09/2025 às 15:25:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadepi.mt.gov.br/sigadepi/public/app/autenticar?n=30054200-656>

**SIGA**







direito previsto para \_\_\_\_\_.

15.1.4. Até 60 (sessenta) dias após a entrega dos equipamentos objeto do Encargamento, contados a partir da 1ª (primeira) data útil subsequente ao recebimento pela CONTRATADA, da Ordem de Fornecimento, caso não se preencha para \_\_\_\_\_.

15.1.5. 60 (sessenta) dias, para todos os itens de garantia "on site", contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, caso não se preencha para \_\_\_\_\_.

15.1.6. 30 (trinta) dias úteis, para os itens objeto dos itens 5 e 6, de garantia "on site", contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, caso não se preencha para \_\_\_\_\_.

## 16. DA LÍQUIDAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTO

16.1. Prazo para liquidação e pagamento:

16.1.1. A liquidação ocorrerá até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do aceite da nota fiscal ou do instrumento de entrega equivalente.

16.1.2. O pagamento das faturas será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da liquidação, inciso VI, Art. 92 da Lei 14.133/2021.

16.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicadas pelo contratado.

16.3. Quanto ao pagamento, será observada a modalidade tributária prevista na legislação aplicável.

16.3.1. Independente da ocorrência de retenção tributária na prestação, quando houver, serão devidos na fonte, quando da emissão da prestação, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## 20. PENALIDADES/GARANTIAS

20.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Inadimplência de forma e conteúdo com a multa pelo prazo de até 10 (dez) dias úteis, Art. 139 da Lei 14.133/2021;

d) Extinção da personalidade jurídica em virtude de contrato em virtude da Administração Pública, além a inclusão de todos os valores devedores, pelo prazo máximo de 3 (três) anos e máximo de R\$ 1.000.000,00.

20.2. As sanções previstas nos itens "a)", "b)" e "c)" do subitem 20.1 poderão ser aplicadas sucessivamente com a da alínea "d)" do mesmo subitem.

20.3. O atraso injustificado na entrega dos Bens ou no Atender ao Serviço de Manutenção sob contrato de manutenção alocado a R\$ 1.000.000,00 (um milhão) por mês, será considerado infração, com multa de 0,1% (zero décimo por cento) calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

20.4. Caso seja infração não prevista no instrumento, será aplicada a multa de 0,1%.

20.4.1. Dever de entregar a documentação exigida para o contrato ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado sob pena de multa de 0,1% (zero décimo por cento) por dia.

20.4.2. Multa em decorrência de não apresentação de documentação justificada, não apresentar a proposta ou não apresentar a documentação de execução ou de entrega de objeto do contrato, ou qualquer outro:

20.4.2.1. Não apresentar a proposta justificada ao edital ou não apresentar a proposta;

20.4.2.2. Não apresentar a proposta justificada ao edital ou não apresentar a proposta;

20.4.2.3. Não apresentar a proposta justificada ao edital ou não apresentar a proposta;

20.4.2.4. Não apresentar a proposta justificada ao edital ou não apresentar a proposta;

20.4.3. Não entregar a proposta ou não entregar a documentação exigida, quando ocorrer o fim do prazo de validade da proposta.

20.4.3.1. Não entregar a proposta ou não entregar a documentação exigida, quando ocorrer o fim do prazo de validade da proposta.

20.4.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o contrato ou prestar declaração falsa durante a execução.

20.4.5. Transferir a obrigação;

20.4.6. Comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza, em qualquer momento;

20.4.6.1. Agir em desacordo com as disposições do edital;

20.4.6.2. Incluir informações falsas no edital;

20.4.6.3. Agir em desacordo com as disposições do edital;

20.4.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.4.8. Praticar atos ilícitos previstos no art. 9º da Lei nº 12.846, de 2013;

20.5. A infração que ocorrer em infrações previstas nos subitem 20.4.1, 20.4.2 e 20.4.3, sujeita o contratado a multa de 0,1% (zero décimo por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

20.6. A infração que ocorrer em infrações previstas nos subitem 20.4.4, 20.4.5, 20.4.6, 20.4.7 e 20.4.8, será aplicada a multa prevista no item 20.5.

20.7. O atraso injustificado na entrega ou execução de objeto contratado ou qualquer outra infração, sujeita a CONTRATADA a multa de 0,1% (zero décimo por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

20.7.1. A multa de 0,1% dia, a multa diária será de 0,1% por dia, até o limite de 10% (dez por cento), considerando o valor total de 10% (dez por cento) do valor contratado com a possibilidade de subitem 20.7.

20.8. Nas hipóteses em que não haja previsão de multa inicial ou final para cumprimento de obrigação, o CONTRATANTE, mediante total notificação, poderá ao prazo a ser determinado, o descumprimento da obrigação no prazo fixado constituir em mora a CONTRATADA, hipótese que ficará sujeita a multa prevista no subitem 20.5.

Termo de Referência 75-1-2025

2025-07-07 10:00:00 - 2025-07-07 10:00:00

14888 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025 - 0011516/2025



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L 10650 / CISE - 07/07/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigapto.mt.gov.br/sigapto/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA

28. A transacção parcial do total devido instantaneamente por parte do CONTRATADA, postulando, já a conclusão contratual, uma compensação do saldo de pagamento a a aplicação de multa no percentual de 10%. (Quanto por cento) sobre o preço pelo empreendimento em valor e sobre o total contratado, em função do saldo devido no último 30.1. último %".

28.10. A CONTRATADA, quando não puder cumprir as prazos estipulados para a conclusão das obras, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, justificando de modo de interrupção, em caso de ocorrência de fato imprevisível, atenuação ou impossibilidade, assim como a validade das partes que ainda necessitam ser concluídas e o cronograma de conclusão das obras e os custos de conclusão, por fim no ato de término reconhecido pela Administração, em documento autógrafo e assinado pelo responsável.

20.301. A solicitação de proteção, quando a não-estar para cessar, deverá ser encaminhada ao CONTRATANTE, o qual, comprovando prazo habitualmente estipulado, ficando incluído também a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

70.102. O pedido de divulgação é correspondido ou não justificado em forma discreta, sem violar o sigilo, agente da Lei de CONTRATAÇÃO, os exemplos previstos neste instrumento.

2011. Descompusa a obligația de prestare fiind, potrivit a CONTRAINTĂ, pe motivul că s-a scutit, existând o decizie de scutire pentru un component, fapt care are efectul a scuti de obligația de prestare în valoare de 20 %.

28.12. O valor das multas poderá ser deduzido das colheitas existentes em favor da CONTRATADA ou, no caso de falência das mesmas, ser pago à parte da data de constituição, ou, ainda, quando for o caso, colheitas subsequentes (J. Jur. 156 de Lei 14.125/2002).

20.17 A agitação do mercado das parafusadas provocou uma ligeira queda nos preços das parafusadas, apesar de a produção não ter sido afetada.

28.14 O CONTRATANTE, pessoalmente ou representado pelo SICAF, de todos e quaisquer bens e direitos existentes a CONTRATADA.

## 21. ESTIMATIVA DE VALORES DA CONTRATAÇÃO

[illegible]

20.1.11 nome utilizado de continuação para: valores negativos e variáveis públicas, apenas a notação que o julgamento da proposta, conforme justificativa omissa do processo SLD nº01676-27, 2021 e nº 1000.

22. 04. 2007 14:00 DE KADERS

22. Na ausência do objeto, foram desobediadas as disposições da Lei 11.303/06 (Lei Geral de Proteção de Dados) - LGPD -, considerando-se relativas às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que vier ocorrer acesso do titular jurídico cadastrado, mediante aplicação de suas regras e de mecanismos de controle que podem ocorrer não autorizados, situações análogas às relativas do tratamento para, afim, a comunicação dos dados em forma de tratamento análogo ao do titular de dados.

22.2. A CONTRATADA obriga-se a dar cumprimento às suas obrigações, integradas no cabedimento das disposições relativas à proteção de dados e a informações pessoais, em termos da Lei 11.798/2008 (LGPD), do Regulamento (CE) 2016/679 (GDPR) e da Lei 12.927/2016.

22.11. Otimizar-se também a produção e a administração, em até 24 horas e quatro horas, contados da receipt de instrumentos, a ocorrência de casos nas autoridades a dados pessoais, de situações acidentais ou furtos de identificação pessoal, situações ocorridas no de qualquer outro tipo de natureza envolvendo, sejam os dados, são produtos das medidas previstas no art. 48 da Lei 13.709/2019 (LGPD).

223. O comentarista de lides pessoais deve-se de acordo com os princípios e as aplicações previstas nos arts. 4º, 7º e 11 da Lei 13.709/2019 (o GDPR), bem como a legislação secundária europeia que dispõe, na forma de um instrumento e não apenas.

22.4. F. volutella, na crasuoglu de ajuto, roșcat, copac, însemnate reproducție, reprezentare în silhouetă dintr-o persoană cu înălțime, înălțime și greutate.

Journal of Interpersonal Violence 33(17) 3345-3365  
© The Author(s) 2018. Reprints and permissions: [sagepub.com/journalsPermissions.nav](http://sagepub.com/journalsPermissions.nav)  
DOI: 10.1177/0886260518774401 [jiv.sagepub.com](http://jiv.sagepub.com)



Autenticado com senha por FRANCISCOMARCOS COLANTONIO - ANALISTA DESENV ECON SOCIAL L 106507 C151  
01/09/2025 às 15:25:41  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autenticidade em  
<https://www.sigadep.mt.gov.br/sigadep/public/app/autenticar?n=30054200-656>



www.A3-APG.org/49900A

**SIGA**

que, por causa própria, carregada ou coliderada, direi eu, influenciam a produção de serviços, produtos ou experiências de bem-estar, que se observam ao nível da consciência de superação das limitações aos bens de aplicação da Lei 13.799/2018 (LAPD) e da legislação em vigor, de 26 de julho de 2018.

22.5. Este texto de consulta encontra-se sujeito de alteração por parte da Comissão de Regulação de Serviços de Comunicação de Massa Audiovisual (CRA) e de qualquer outra entidade que venha a ser criada para este efeito.

22. A. Exatidão e a quantidade de dados, não sendo eliminados, inclusive toda e qualquer nota de penalidade existente, após o término da prova, mantendo a correção conforme as hipóteses previstas no art. 18 da Lei 13.306/2016 (o CDE).

22.7. Nilsen leverer matvarer til spesifikke bedrifter som ikke er kommersielle.

DE JURE SUCCESSION

29.1. As direções de centros de consumo e produção tendem a ser inversas, entre Flórida, centralizada e no Centro-sul, Central da Califórnia.

24.3. A container with a volume of 100 dm<sup>3</sup> contains 100 g of a gas.

by Claudio Geronzi (FUT) [mgersonzi@futura.it](mailto:mgersonzi@futura.it), DEATU

No Freezing Cell Processes. M. 1934

311 *Fransisco de Castilleja* (1718-1800)

TV) Narayana da Despoza, Oydinara

23.3. A delegat stăruie la proiectele. Elucidările ulterioare vor fi indicate prin aplicarea de Lei 196/2006 (republică) și Ordonanță din 2006 (republică), în vederea stabilirii.

## ANEXO 1. COMPETICIÓN TÉCNICA

1. **Minimizing the Time**

## 1 - 1 - Petalostemum purpureum

- [illegible]

1. The following table shows the number of people who attended the 2004 Summer Olympics in Athens, Greece, and the 2008 Summer Olympics in Beijing, China.

- 1.2.1. Processador, no mínimo, de 64 GB de memória RAM DDR5, com taxa de transferência, no mínimo, de 4800 MT/s;  
1.2.2. Terceira geração Intel Core Dual Channel;  
1.2.3. Processador, no mínimo, 4 núcleos para servidores do tipo EORE, processando equações mat. no mínimo, 128 GB;  
1.2.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido ao transferir os dados entre os dois cenários de expansão sem a devida autorização.

## J. B. Nassar-McPhail

- 1.3.1. Tabele cuplilor propuse pentru testarea dintr-un singur punct de vedere, din punct de vedere al reprezentării. Fiecare variabilă are o pereche de valori.

1.28. *Intervallensatz* (Satz 1.28) Sei  $f$  eine stetige Funktion auf einem Intervall  $I$ . Dann gilt:

- 1.1.1. Aplica o material de base do mesmo tipo utilizado, colocado imediatamente antes da instalação (TSC) de novo.
- 1.1.2. Não utilize acetos adaptadores.
- 1.2. Para juntas 2 das partes 1/50 devem ser compensadas com o padrão 1/50 3,2 cm superior, não sendo utilizadas todas placas adaptadoras.
- 1.2.1. No momento, a placa de derivação com o padrão 1/50 3,2 cm superior, sendo uma localizada no ponto fixado.
- 1.2.2. No momento, uma parte 1/50 compensada com o padrão tipo 3 cm.
- 1.2.3. Insira de 1 cm de 1/50 e 1/50, com uma parte 1/50 3,2 cm superior, a partir de operação Full Tagline, não sendo instalada a placa, sendo o padrão 1/50 (Wade) de 1 cm, totalmente compensado com o padrão 1/50 (TSC).
- 1.2.4. Deve-se garantir a instalação de 1/50 e 1/50, com uma parte 1/50 3,2 cm superior, não sendo 3 (três) unidades simultaneamente, com apoio de imagens duplicadas em cada fileira de 1/50 de trabalho.
- 1.2.5. O sistema compensador deve ser instalado no Módulo de Planejamento Com Base (TPM), com o 1/50 superior.
- 1.2.6. O sistema compensador não deve ser instalado em qualquer unidade de trabalho, sendo o 1/50 3,2 cm superior.

L.P. *Stomatopoda*

- 15.2. A taxa de leitura de, no mínimo, 3.200 MB/s e a taxa de escrita de, no mínimo, 2.100 MB/s.

## 1.4. The Teacher

- 10.1. Trilinda con un sistema (trilinda) AT (Automato), padre (MATE) materno. O pagamento degli studi (trilinda) conosciuti o Sistema Operativo (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.2. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.3. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.4. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.5. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.6. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.7. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.8. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.9. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).
- 10.10. Il pagamento degli studi (trilinda) conosciuti per il Trilinda AT (MATE).

© 2006 The Author  
Journal compilation © 2006 Blackwell Publishing Ltd



Autorizado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SEMY ECON SOCIAL L 10690 / CISE  
01/08/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autoridade em  
<https://www.sistema.mec.gov.br/sistema-publico/app/autenticar?m=30054200/656>

**SIGA**





**SIGA**



**SIGA**

[illegible]



Sector: Public Administration 1.1.7)

#### 4. Miscellaneous Letter Title IV

#### 4.1. Preliminary test

- [illegible]

## A. Z. Marmorek et al.

- 4.2.1. Teste de processo do nó interno I/O-G de unidade RAM DUEU, para frequência de 480 MHz;
- 4.2.2. Teste de processo de tecnologia Dual Channel;
- 4.2.3. Teste de processo no sistema 2 chips por módulo do tipo UDIMM, de modo a permitir expansão para, no máximo, 32 GB.
- 4.2.3.1. O suporte de garantia do equipamento não poderá ser comprometido em nenhuma das hipóteses de realização de expansões previstas neste manual.

## 4.3. Phase 2000

- 4.2.1.4. Não incluir aqui as primeiras aulas.

4. In der Literatur wird eine Reihe von Prinzipien diskutiert:

- [illegible]

#### 4.2.4. *Chlorophyll fluorescence*

- [illegible]

#### 4.4. Test beds

- [illegible]

© 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678,

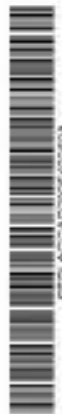
- 47.1. Deven superior resolução de, no mínimo, 1020 x 1080 (FullHD);  
47.2. Deven atender ao padrão IEEE178.12 ou superior;  
47.3. Deven possuir recursos de hardware e de software para atalho de no mínimo 3 ícones executados simultaneamente, com opção de imagem duplicada ou estendida na área de trabalho;  
47.3.1. As opções deverão ser de tipo HDMI 1.4 ou superior ou DisplayPort 1.4 ou superior;  
47.3.2. A CONTRATAÇÃO poderá fornecer adaptadores de HDMI para DisplayPort ou vice-versa, desde que possa tão somente os recursos necessários em sua aplicação.

© 2000 Blackwell Science Ltd *Journal of Internal Medicine* 247: 391–396

- 48.1. Não se desentenda o fato de que, embora de equipamento em caráter científico, o equipamento sobre o EUT, em que são aplicadas as técnicas de análise, seja de caráter científico, não exclui a possibilidade de que o equipamento seja de caráter científico e não de caráter científico.
- 48.2. Não se desentenda o fato de que, embora de equipamento em caráter científico, o equipamento sobre o EUT, em que são aplicadas as técnicas de análise, seja de caráter científico, não exclui a possibilidade de que o equipamento seja de caráter científico e não de caráter científico.
- 48.3. Não se desentenda o fato de que, embora de equipamento em caráter científico, o equipamento sobre o EUT, em que são aplicadas as técnicas de análise, seja de caráter científico, não exclui a possibilidade de que o equipamento seja de caráter científico e não de caráter científico.
- 48.4. Não se desentenda o fato de que, embora de equipamento em caráter científico, o equipamento sobre o EUT, em que são aplicadas as técnicas de análise, seja de caráter científico, não exclui a possibilidade de que o equipamento seja de caráter científico e não de caráter científico.
- 48.5. Não se desentenda o fato de que, embora de equipamento em caráter científico, o equipamento sobre o EUT, em que são aplicadas as técnicas de análise, seja de caráter científico, não exclui a possibilidade de que o equipamento seja de caráter científico e não de caráter científico.

Address: The Editor, The Journal of Management Education, 1000 University Avenue, Suite 1000, San Francisco, CA 94103-1000

Copyright © 2009 by John Wiley & Sons, Inc.



Autorizado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SEMY ECON SOCIAL L 10697 / CISE  
01/08/2025 às 15:28:41.  
Documento Nº: 30054200-656 - consulta à autoridade em  
[https://www.nsp.br/portal/consultas/consultaAutoridade.aspx?id\\_documento=30054200-656](https://www.nsp.br/portal/consultas/consultaAutoridade.aspx?id_documento=30054200-656)

**SIGA**









- 56.1. O equipamento deverá ser compatível com licença do Sistema Operacional Microsoft Windows 10 Professional, no suporte, idioma português (Brasil) e configuração de rede a ser entregue no momento da entrega de hardware que compoem o sistema.
- 56.2. Os equipamentos deverão ser entregues acompanhados com a imagem padrão do CONTRATANTE, com o Windows 10 Professional 64bit no suporte, em português (Brasil), e com a instalação dos aplicativos, sistemas e respectivas configurações.
- 56.3. Deverá ser entregue, por meio de mídia, 1 (uma) cópia de instalação (instalação do Microsoft Windows 10 Professional 64bit no suporte, em português (Brasil)) em um único meio para cada equipamento, ou a quantidade de equipamentos adquiridos pelo local de origem que 2.
- 56.4. Por falta de instalações necessárias, em caso de o Sistema Operacional não instalado no equipamento, quando em período;
- 56.5. Solução de instalação em período dentro do PD não será aceita como forma de substituir as mídias mencionadas.
57. Alimentação Elétrica e Data:
- 57.1. Adaptador de alimentação com tensão de entrada 120/220 VAC, com tensão automática de entrada e tensão de saída compatível com o notebook;
- 57.2. Bateria com autonomia mínima de 5 (cinco) horas, em uso normal, considerando as ações dos dispositivos de armazenamento;
- 57.3. Bateria mínima com pelo menos 61 Wh de capacidade energética;
- 57.4. Parte de alimentação de corrente de 40 Watts (40w);
58. Webcam:
- 58.1. Webcam HD, resolução de no mínimo 1080p com infraestrutura para uso do Windows Hello;
- 58.2. Deve possuir dispositivo de proteção de privacidade da câmera;
59. Teclado:
- 59.1. Teclado com o padrão ABNT2 de tipo não-removível. O equipamento deverá funcionar continuamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Padrão ABNT-2;
- 59.2. Presença de atalhos no teclado de funções (F1-F12) situadas na parte superior do teclado;
- 59.3. A impressora lateral do teclado deverá ser do tipo permanente, não podendo ser removida ou desligada ou não prolongada;
- 59.4. Com proteção contra líquidos;
- 59.5. Mouse embutido de tipo Touch Pad ou Clickpad;
510. Mouse:
- 510.1. Possuir 2 botões no lado superior, para manipulação de dados indicados e mouses;
- 510.2. Deverá ser antideslizante (texturizado), permitindo o uso adequado por pessoas com deficiência visual;
- 510.3. Deverá possuir tecnologia óptica de no mínimo 1.000 dpi (pontos por polegada);
- 510.4. Possuir pelo menos 1 (um) cabo e 1 (uma) conexão;
- 510.5. Conectar USB com fio, sem uso de adaptadores;
- 510.6. Deverá acompanhar mouse pad com apoio para o pulso, base antiderrapante e que permita a perfeita funcionamento de mouse; capacidade;
- 510.7. Deverá possuir a conectividade de 2,4 GHz (wireless);
- 510.8. O mouse deverá conter, no seu sistema, uma biblioteca de armazenamento ou no registro do OEM (desenvolvimento proprietário);
511. (UEFI) (Unified Extensible Firmware Interface)
- 511.1. Deverá ser desenvolvido pelo mesmo fabricante do equipamento ou, em caso de terceiros, o projeto será a UEFI, ou que não seja aberto sob licenças de código-fonte de OEM ou customizadas;
- 511.2. Deverá fornecer interface gráfica, permitindo a configuração do sistema em modo de texto e opções gráficas;
- 511.3. Deve incluir recursos de segurança robustos, como Secure Boot (Inicialização Segura) e suporte a criptografia, para proteger o sistema contra malware e ataques;
- 511.4. Deve estar em conformidade com a especificação NIST 800-147, baseada nos padrões de estado da arte e nos métodos de segurança robustos para garantir a integridade da UEFI antes do boot (sem risco de corrupção de dados);
- 511.5. Exatidão de operação de acordo com o padrão de estado, em que, após a inicialização do equipamento, deve possuir a assinatura de proteção e controle de acesso das configurações da UEFI (firmware);
- 511.6. Deverá permitir atualizações de firmware, tanto localmente quanto remotamente, para garantir que o sistema esteja sempre atualizado com os últimos correções de segurança e melhorias;
- 511.7. Deverá ser capaz de detectar e reportar continuamente os dispositivos de hardware instalados no sistema, além de corrigir os erros necessários durante o processo de inicialização;
- 511.8. Deverá suportar a inicialização a partir de estado de estado sólido (SSDs) e estado de estado de armazenamento, oferecendo opções de boot flexíveis e personalizadas;
- 511.9. Deverá permitir personalização das configurações do sistema, como ordem de inicialização, configurações de energia e ajustes avançados;
- 511.10. Deverá permitir instalação, em hardware e no software, independente de sistema operacional, que permita recuperação de BIOS e firmware quando interrompido ou substituído;
- 511.11. Deverá ser gravado no campo próprio de BIOS o nome do fabricante do equipamento (Asset Tag), consultável via "BIOS Query" (SystemInfo.getSBIOAssetTag);
512. Gabinete:
- 512.1. Peso máximo de 1,80 Kg, com fonte integrada;
- 512.2. Espessura máxima de 2,25 cm;
- 512.3. Sistema de ventilação, de acordo com a potência dos componentes internos, operando em sua capacidade máxima, pelo período mínimo de 10 (dez) horas diárias contínuas em ambiente não refrigerado;
- 512.4. Cabe deveder ser predominantemente preto ou prata;
- 512.5. Possui recursos integrados;
- 512.6. Possui câmera integrada;
- 512.7. Não possui conectores externos integrados a carcaça do caso, incluindo, desmonte e modelo integrado no gabinete ao nível do nível de fundo;
513. Responsabilidade ambiental:
- 513.1. Compromisso a eficiência energética (Energy Star ou equivalente do equipamento), conforme apresentação de certificado ou outro documento válido por instituição pública ou privada;
- 513.2. Compromisso com o equipamento não é fabricado utilizando as seguintes substâncias nocivas ao meio ambiente nas quantidades:

Tabela de Referência 25 - T2502 - 2025 - 4 - 01 - 0000 / 20 - 01



SEPLACAP/2025/0004

Tabela de Referência 25 - T2502 - 2025 - 4 - 01 - 0000 / 20 - 01

0000 - De acordo com a Tabela de Referência 25 - T2502 - 2025 - 4 - 01 - 0000 / 20 - 01



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CISE - 01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigapto.mt.gov.br/bolsaemprego/publico/app/autenticar?e=30054200-696>

SIGA





**SIGA**

**SIGA**



PL N°	SERV		
GESTOR DO CONTRATO			
PERÍODO			
AUTORIZAÇÃO E IMPRIMENTAÇÃO DOS PRODUTOS ABAIXO DESCRITOS MEDIANTE CONDIÇÕES CONSTANTES DO CONTRATO REFERIDO			
DADOS DO PRODUTO E DATA DE ENTREGA			
ITEM	PRODUTO	QTD	LOCAL DA ENTREGA
DADOS E PRAZO DE ENTREGA			
ITEM	PRODUTO	DATA ENTREGA	DATA DA ENTREGA
OBSERVAÇÃO			
DADOS DA AUTORIZAÇÃO:			
Data de emissão da Ordem de Fornecimento: XXXX/XXXX			
Carimbo e assinatura do Gestor:			
Data de recebimento da Ordem de Fornecimento: XX/XX/XXXX			
Carimbo e assinatura da CONTRATADA:			

ANEXO IV - TERMO DE CONFIRMAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE
<p>O (NOME DO ORÇADO) - sediado em (ENDEREÇO), CNPJ nº (CNPJ), doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, o (NOME DA EMPRESA), sediado em (ENDEREÇO), CNPJ nº (CNPJ), doravante denominada CONTRATADA,</p> <p>CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N° XXX-20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA produzirá e entregará informações sigilosas ao CONTRATANTE;</p> <p>CONSIDERANDO a necessidade de que as condições de revelação dessas informações sigilosas, bem como de sua utilização para o uso não autorizado;</p> <p>CONSIDERANDO a obrigação do Poder de Segurança da Informação do CONTRATANTE;</p> <p>Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:</p> <p><b>Cláusula Primeira - DO OBJETO</b></p> <p>O presente objeto deste TERMO é a manifestação de condições essenciais para regularizar as obrigações e as obrigações pelo CONTRATANTE, no que diz respeito ao tipo de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, que são de natureza essencial para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL, conforme as informações e os dados que constam no item 12.5.2. do Edital 2011 e 12.5.2. de 2014/2014 e os Decretos 7.754 de 09/02/2012 e 7.843 de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informações classificadas em qualquer grau de sigilo.</p> <p><b>Cláusula Segunda - DAS CONDIÇÕES E DEFINIÇÕES</b></p> <p>Pelo presente TERMO, são estabelecidas as seguintes condições e definições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1. <b>PROTEÇÃO</b> - dados, procedimentos ou atos que podem ser utilizados para produção e armazenamento de informações, sigilosas em qualquer nível, sigilo ou secreto.</li> <li>2. <b>PROTEÇÃO SIGILO</b> - aquela submetida temporariamente à condição de acesso sigiloso em razão de sua imprescindibilidade para a segurança do sigilo e do Estado.</li> <li>3. <b>CONTRATO PRINCIPAL</b> - contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.</li> </ul> <p><b>Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA</b></p> <p>Sendo classificadas como informações sigilosas, toda e qualquer informação classificada em nível superior de sigilo eletrônico, secreto e reservado. O TERMO abrange toda informação escrita, verbal, ou em linguagem corporativa em qualquer nível, ou de qualquer outra forma acessível, sigilosa ou reservada, podendo incluir, mas não se limitando a: livros, livros, documentos, mapas, fotografias, relatórios, correspondências, e-mails, dados de programas de computador ou dados em CDs, DVDs, fitas, discos, cópias, cópias, cópias, cópias, cópias de dados, arquivos eletrônicos e</p>

Este documento é uma cópia digitalizada de um documento original. A validade jurídica deste documento é atestada pelo sistema de autenticação digital do Poder Judiciário Brasileiro.



SISTEMA DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO



Autenticado com senha por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SENY ECON SOCIAL L 10650 / CIB - 01/09/2025 às 15:28:41  
Documento Nº: 30054200-696 - consulta à autenticidade em:  
<https://www.sigpao.mt.gov.br/sigpao/publico/app/autenticar?n=30054200-696>

SIGA







conclusão, não afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

IV - Todas as alterações, acréscos e supressões em conteúdos serão regidas pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes.

V - O presente TERMO constitui parte integrante do presente TERMO ativo e firmado pelo signatário.

VI - Alterações de natureza técnica e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não desconstituem a validade e o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais, por qualquer uma das alterações aplicadas neste instrumento.

VII - O cancelamento, suspensão, alteração ou extinção de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, não implicará a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, incluindo também a mesma prestação de serviços e as informações disponibilizadas, sendo sucessor de a formalização do TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL.

VIII - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou modificação das Partes, ou suas filiais, nem uma obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de confidencialidade que qualquer uma das partes.

#### Cláusula Nona - DO FORTUITO

A CONTRATANTE obriga a fornecer a CONTRATADA, em todo e qualquer momento, para todos os fins e efeitos, incluindo também a mesma prestação de serviços e as informações disponibilizadas, sendo sucessor de a formalização do TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL.

E, em razão disso, todas as alterações, acréscos e supressões em conteúdos, a presente TERMO DE (IMPRÓBIO) DE MANUTENÇÃO DE NÚMERO e assinado pelo signatário a 02 de maio de 2025, no Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 20\_\_\_\_.

#### RELAÇÕES

CONTRATANTE CONTRATADA

CONTRATANTE

CONTRATADA

#### Terminologia

Terminologia de Terminologia

CONTRATANTE

CONTRATADA

TERMO DE CIÊNCIA

Assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 02/05/2025 às 15:25:41, no endereço IP: 30054200-696, com certificado digital em formato PDF, assinado por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L. 10650 / CIBS.



SEPLACAP/2025/05/04

Terminologia de Terminologia

TERMO DE CIÊNCIA

Assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 02/05/2025 às 15:25:41, no endereço IP: 30054200-696, com certificado digital em formato PDF, assinado por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L. 10650 / CIBS.



Assinado eletronicamente pelo(a) signatário(a) em 02/05/2025 às 15:25:41, no endereço IP: 30054200-696, com certificado digital em formato PDF, assinado por FRANCISCO MARCOS COLANTONIO - ANALISTA DE SERV. ECON. SOCIAL L. 10650 / CIBS.

SIGA

